

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JEAN MARCOS BONATTO

**LATIFÚNDIO, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA: DINÂMICAS GLOBAIS DO CAPITALISMO
NO CAMPO A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM BITURUNA/PR (1986-2006)**

CHAPECÓ
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JEAN MARCOS BONATTO

**LATIFÚNDIO, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA: DINÂMICAS GLOBAIS DO CAPITALISMO
NO CAMPO A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM BITURUNA/PR (1986-2006)**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Émerson Neves da Silva

CHAPECÓ
2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bonatto, Jean Marcos
LATIFÚNDIO, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA: DINÂMICAS
GLOBAIS DO CAPITALISMO NO CAMPO A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS EM BITURUNA/PR (1986-2006) / Jean
Marcos Bonatto. -- 2026.
112 f.

Orientador: Doutor Êmerson Neves da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2026.

1. Reforma Agrária. 2. Violência. I. Silva, Êmerson
Neves da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

JEAN MARCOS BONATTO

**LATIFÚNDIO, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA: DINÂMICAS GLOBAIS DO
CAPITALISMO NO CAMPO A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM
BITURUNA/PR (1986-2006)**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca no dia 11/02/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **EMERSON NEVES DA SILVA**
Data: 10/03/2026 10:28:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Émerson Neves da Silva (UFFS)
(orientador/presidente)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO MARCOS MYSKIW**
Data: 10/03/2026 07:46:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw (UFFS)
(Avaliador interno)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO ANTONIO BOTH DA SILVA**
Data: 10/03/2026 07:26:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva (UEM)
(Avaliador externo)

Dedico este trabalho a todos e todas que
entregaram suas vidas na luta pela terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul, e em especial ao Programa de Pós-Graduação em História, que depositaram neste forasteiro uma confiança generosa, acolheram-me com respeito e me ensinaram que fronteira não é o limite, mas o espaço de encontro e transformação.

À minha família, por todo amor, paciência e incentivo ao longo desta jornada. Por compreenderem minhas ausências, celebrarem minhas conquistas e me lembrarem sempre de onde venho.

À minha companheira Dara, por caminhar ao meu lado com coragem. Por compartilhar os dias de dúvida e os de alegria, por me lembrar da beleza nas pequenas coisas e por ser abrigo nas travessias desta jornada.

Ao meu orientador, professor Dr. Émerson Neves da Silva, pela confiança, pela partilha de saberes e pela presença ao longo de toda a caminhada. Sua sensibilidade acadêmica e humana foi essencial para que este trabalho ganhasse forma e sentido.

Aos meus colegas de curso João, Luiz, Gabriel S., Gabriel V. e Valéria, pelo acolhimento e pela parceria constante ao longo do mestrado. A convivência com vocês tornou esta trajetória mais leve.

Ao professor Dr. Silas Rafael Fonseca (UNESPAR), expresso minha gratidão pela generosidade em compartilhar conhecimentos e materiais que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Meu reconhecimento à Secretaria Regional do MST, pela acolhida e pelo acesso às fontes e documentos que tornaram possível parte deste estudo, e aos assentados do Assentamento 12 de Abril, com quem aprendi sobre o verdadeiro sentido da luta pela terra.

Ao professor Dr. Antônio Marcos Myskiw, pelas aulas instigantes que ampliaram meu olhar sobre Teoria da História, pela postura sempre acessível e compreensiva como coordenador do PPGH, e pela leitura atenta que contribuiu de forma significativa para o amadurecimento deste trabalho.

Ao professor Dr. Márcio Both, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições precisas que enriqueceram este trabalho e trouxeram novas perspectivas à pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho busca contextualizar e compreender a violência contra as populações camponesas na América Latina como parte de um processo global de avanço capitalista sobre o campo. Nas últimas décadas do século XX, a intensificação da globalização neoliberal resultou na reconfiguração das relações sociais e econômicas no campo, promovendo a concentração fundiária, a expansão do agronegócio, a expropriação de comunidades tradicionais e o acirramento dos conflitos por terra. Em resposta, emergiram movimentos sociais organizados que, além de reivindicarem acesso à terra e melhores condições de vida, passaram a enfrentar múltiplas formas de violência, tanto por parte de latifundiários e suas milícias privadas quanto por agentes estatais. Com o intuito de analisar esse fenômeno em perspectiva comparada, esta dissertação propõe-se a examinar episódios de violência no campo registrados no sudeste do estado do Paraná, especialmente no município de Bituruna, entre 1986 e 2006, durante a ocupação dos latifúndios madeireiros pelo MST e estender o olhar para outros casos ocorridos entre os anos de 1980 e 2000 em diferentes países latino-americanos como Guatemala, Paraguai, Argentina e Honduras. A investigação fundamenta-se em um conjunto diversificado de fontes, incluindo relatórios de organizações nacionais e internacionais (CPT; Observatório da Questão Agrária no Paraná; Internacional Federation for Human Rights; World Organization Against Torture), arquivos da secretaria do MST em Bituruna (boletins de ocorrência, documentos e clippings de notícias), registros fotográficos e entrevistas com ex-acampados e assentados. No pano de fundo teórico-metodológico essa pesquisa propõe uma abordagem voltada para a História Global e para a dialogicidade entre alguns conjuntos teóricos, a saber: violência, colonialidade do poder e experiência.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Latifúndio; Violência.

ABSTRACT

This dissertation seeks to contextualize and understand violence against peasant populations in Latin America as part of a broader global process of capitalist expansion in rural areas. In the late twentieth century, the intensification of neoliberal globalization reconfigured social and economic relations in the countryside, fostering land concentration, the expansion of agribusiness, the expropriation of traditional communities, and the escalation of land conflicts. In response, organized social movements emerged that, beyond demanding access to land and improved living conditions, began to confront multiple forms of violence, both from landowners and their private militias as well as from state agents. To analyze this phenomenon in a comparative perspective, this study examines episodes of rural violence in the southeastern region of Paraná State, particularly in the municipality of Bituruna, between 1986 and 2006, during the occupation of timber-based latifundia by the Landless Workers' Movement (MST), and extends its scope to other cases that took place between the 1980s and 2000s in Latin American countries such as Guatemala, Paraguay, Argentina, and Honduras. The research draws on a diverse range of sources, including reports from national and international organizations (CPT; Observatório da Questão Agrária no Paraná; International Federation for Human Rights; World Organisation Against Torture), archives from the MST office in Bituruna (police reports, documents and press clippings), photographic records, and interviews with former camp dwellers and settlers. The theoretical and methodological framework adopts an approach informed by Global History and emphasizes the dialogue between theoretical frameworks, namely violence, coloniality of power, and experience.

Keywords: Agrarian Reform; Latifundium; Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do Boletim Sem-Terra 4 de junho de 1981, na foto o cortejo fúnebre da menina Loivaci Pinheiro.....	40
Figura 2 - Mapa da Geografia das Lutas Camponesas no Paraná	45
Figura 3 - Mapa da distribuição espacial das famílias em ocupações de terra e das famílias assentadas no Paraná (1981-2018).....	47
Figura 4 - Gráfico do número de assassinatos em conflitos no campo paranaense (1967-2019)	48
Figura 5 - Mapa dos camponeses assassinados nos conflitos pela terra no Paraná (1967-2018)	48
Figura 6 - Mapa da disposição dos assentamentos no município de Bituruna	56
Figura 7 - Foto: Da esquerda para a direita: o deputado estadual Paulo Litro (PSDB-PR); Adriano Chohfi, delegado da Operação Castra; o chefe da Casa Civil paranaense Valdir Rossoni e Tarso Giacomet, diretor da Araupel.....	62
Figura 8 - Foto do acampamento Primeiro de Maio, Jornal Gazeta do Povo	66
Figura 9 - Boletim de ocorrência de ameaça	69
Figura 10 - Boletim de ocorrência de ameaça	69
Figura 11 - Boletim de ocorrência por incêndio e ameaça.....	70
Figura 12 - Mapa da área com Floresta Artificial do Estado do Paraná em hectare área no ano de 1996	80
Figura 13 - Mapa da área com Floresta Artificial do Estado do Paraná em hectare área no ano de 1996	81
Figura 14 - Ponto de vendas da Coopercontestado	104
Figura 15 - Curso de capacitação da produção de biogás e biofertilizantes promovido pela Coopercontestado.....	104
Figura 16 - Produtos destinados a merenda escolar	105
Figura 17 - Produtos da Coopercontestado no Encontro das Cooperativas da Reforma Agrária, em 2024, no município de Lapa-PR.....	105
Figura 18 - Acampados participando do curso com o engenheiro agrônomo Horácio Martins de Carvalho, Jornal Folha do Contestado	106
Figura 19 - Integrantes do MST entregando doações ao projeto PIA e ao Colégio Ana Boico, Jornal Nova Era	107
Figura 20 - Excerto de notícia do jornal Folha do Contestado sobre a Escola Itinerante Paulo Freire, no acampamento Primeiro de Maio	108
Figura 21 - Excerto de notícia do jornal Folha do Contestado sobre a Escola Itinerante Paulo Freire, no acampamento Primeiro de Maio	109
Figura 22 - Decreto municipal nº 006/2004 da Prefeitura de General Carneiro	110
Figura 23 - Coluna “Fique Por Dentro”, Jornal Folha de General Carneiro.....	111
Figura 24 - Coluna “Opinião”, Jornal O Iguassú.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Agentes internacionais da globalização da agricultura capitalista	27
Tabela 2 – Quantidade de madeira em tora para papel e celulose e para outras finalidades, da silvicultura segundo as Microrregiões e os Municípios - 1992; 2002; 2012; 2022.	29
Tabela 3 - Violência contra as populações camponesas na América Latina.....	30
Tabela 4 - Violência contra a pessoa (1985-2004) - Brasil	36
Tabela 5 - Violência contra a posse e propriedade (1985-2004) - Brasil	37
Tabela 6 - Conflitos por terra no Paraná no século XX.....	43
Tabela 7 - Violência contra a pessoa (1985-2004) – Paraná	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEPAL	Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREM	Centro Regional de Treinamento Militar
FIDH	Federação Internacional de Direitos Humanos
GETSOP	Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LMDSA	Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTEL	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná
MASTEN	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRECO	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná
MASTRO	Movimento dos Agricultores Rurais Sem-Terra do Oeste
MCA	Movimiento Campesino del Aguán

MOCASE	Movimiento Campesino de Santiago Del Estero
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MUCA	Movimento Unificado Campesino do Aguán
OMCT	World Organisation Against Torture
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIN	Programa de Integração Nacional
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 - O GLOBAL: A GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA AMÉRICA LATINA.....	21
1.1 IMPACTOS DA REVOLUÇÃO VERDE, DO AGRONEGÓCIO E DAS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL NA QUESTÃO AGRÁRIA LATINO AMERICANA	21
1.2 FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA.	32
2 - O LOCAL: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NOS ACAMPAMENTOS/ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE DO PARANÁ	43
2.1 A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARANÁ.....	50
2.2 ASSENTAMENTO 12 DE ABRIL (BITURUNA)	57
2.3 ASSENTAMENTO RONDON III (BITURUNA)	63
2.4 ACAMPAMENTO PRIMEIRO DE MAIO (GENERAL CARNEIRO/BITURUNA)	65
3 - O GLOCAL: CONEXÕES GLOBAIS DE PODER, VIOLÊNCIA E EXPERIÊNCIA CAMPONESA.....	74
3.1 GLOCALIDADE DA VIOLÊNCIA.....	77
3.2 ASPECTOS GLOCAIS ENTRE A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA CAMPONESA EM BITURUNA E NA AMÉRICA LATINA.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é propor uma análise - com as ferramentas oferecidas pela História Global - dos aspectos da violência contra os movimentos de luta pela terra na América Latina estendendo o olhar a partir dos episódios ocorridos na região sudeste do Paraná, especificamente nas cidades de Bituruna e General Carneiro entre os anos de 1985 e 2006. Isso se faz necessário, para entender como a violência foi instrumentalizada pelo projeto político neoliberal global no sentido de coibir a ação de movimentos sociais, desestruturar os modos de vida tradicionais, monopolizar os recursos humanos e naturais e obter o controle sobre as terras para seguir com o projeto de expansão capitalista sobre o campo latino-americano.

Bituruna¹, no sudeste do Paraná, é conhecida como a “Terra do Vinho”, contudo, o ramo madeireiro foi, desde muito cedo na história da região, o maior concentrador do monopólio do poder, tanto econômico quanto político, e isso se desvela até os dias atuais. Na economia do município, observamos que grande parte da população está empregada direta ou indiretamente pelas empresas do ramo da madeira, segundo o relatório do IPARDES de 2023, dos 4.089 empregos formais da cidade, 1.726 são das indústrias de transformação da madeira². Nota-se inclusive, que esse domínio sobre a maior parte dos empregos muitas vezes é utilizado como moeda de troca política, como pode ser vislumbrado analisando o histórico de eleições do município³, onde grande parte dos prefeitos e vereadores eleitos eram donos de grandes madeireiras ou agroflorestais e faziam ou fazem parte desse circuito econômico. Por mais que o ramo madeireiro na cidade tenha se tecnificado e se “modernizado”, seguindo a onda de inserção da indústria no mercado global e transformado a exploração de recursos e do trabalho menos visível a “olho nu”, o seu passado é marcado pela intensa e direta exploração e degradação do homem e da natureza.

A predominância da silvicultura e a extração da madeira nativa na região, além de causar um impacto ambiental gigantesco, também alterou a relação dos camponeses com a terra, o impacto se mostra principalmente, na desagregação do sistema faxinal, que até a década de 80 era muito comum na região, e, graças às ações dos latifundiários da madeira como as

¹ No último Censo (2022), Bituruna apresentava os seguintes dados: População: 15.533; Densidade demográfica: 12,58 hab/km²; PIB per capita 33.658,71 R\$; Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)(2010): 0,667.

² INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno estatístico do município de Bituruna. Curitiba, 2025, p.37-38.

³ LANZARINI, Gerson Luís. Galeria dos Prefeitos. Disponível em: <http://historiadebituruna.blogspot.com/search/label/GALERIA%20DOS%20PREFEITOS> acesso em: 04 mai. 2023.

Indústrias Zattar e da Indústria J. Bettega, foram extintos. O avanço do ramo madeireiro fez com que esse sistema baseado no uso comum da terra e na solidariedade produtiva fosse caindo em desuso, a criação de gado miúdo à solta que era sua principal característica e tinha como base da alimentação animal o pinhão foi abalada pela extração da araucária, além desses fatores, a dinamização do mercado suinocultor e a rapidez com que se renovava a produção nesse ramo fez com que os faxinalenses avançassem sobre os criadouros comuns para extrair araucária e colocar em seu lugar culturas com rápido retorno financeiro como o pinus e o eucalipto. Mas isto é assunto para outro momento, o intuito de trazer isso à baila é mostrar que a ação do latifúndio da madeira sobre a relação do camponês com a terra ou do trabalhador do campo com o trabalho segue a lógica oposta à da coletivização das relações e impõe a essas populações uma lógica própria que é a da acumulação primitiva do capital.

Essa herança das relações violentas entre camponeses e latifundiários pode ser entendida a partir de um olhar sobre o histórico da concentração das terras paranaenses. O estudo histórico dominial da região nos mostra que boa parte das terras colonizadas na “Frente Sudoeste” apresentam fortes indícios de vícios de origem e de ilicitudes na sua constituição, para Ana Cristina Hammel⁴, isso “explicita toda uma estrutura de apropriação de terras públicas feitas com o respaldo do Estado paranaense em favor de alguns grupos e famílias que concentram terras e poder com a expropriação e expulsão de inúmeras famílias camponesas.” Em Bituruna, isso não foi diferente, como veremos adiante.

Entre os anos de 1985 e 2006, nos municípios de Bituruna e General Carneiro, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra articulou, com a ajuda dos sindicatos e das pastorais, a ocupação de parte dessas terras improdutivas que estavam nas mãos dos latifundiários da madeira. O embate com as forças de Estado e com as milícias privadas desses donos de terras foi intenso, muitas pessoas ficaram feridas, foram expulsas, ameaçadas e humilhadas. É sobre esses episódios que a pesquisa se debruça.

Quanto à minha motivação pessoal para desenvolver esta pesquisa, deixo claro que não possuo vínculo com o campo, não faço parte daquele contexto, não lutei aquelas lutas, minha trajetória de vida está mais ligada ao operariado da indústria madeireira do que ao camponês ou ao sem-terra, contudo, vislumbrei as consequências daquele sofrimento. Meu primeiro contato se deu em 2013, durante uma entrevista feita pela minha companheira Dara (que tem

⁴ HAMMEL, Ana Cristina. Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas. Anais do XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, Maringá, 2020. Retirado de: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611877050_ARQUIVO_42a0c57b51c740eb6ecb8d82a1e39b71.pdf

pai assentado) com o sr. Anísio Rosa, uma importante liderança do MST que contribuiu para a organização das ocupações em 1988. Ouvindo as histórias que ele contava, fiquei fascinado e, ao mesmo tempo angustiado pelo fato de essa história ser tão pouco conhecida na cidade ou, quando conhecida, ter sido deturpada em função de anseios políticos. Além disso, os responsáveis por aquele massacre não sofreram qualquer tipo de punição e, além do mais, passaram a ser aclamados como figuras ilustres na cidade.

Minha pesquisa na graduação me levou para outro caminho, mas aquilo continuava me inquietando. De lá para cá, fui tendo contato com vários assentados e por meio deles conheci várias pessoas que fizeram parte das ocupações, ouvi as histórias dessas pessoas, conheci o passado e o presente daquelas comunidades, lecionei em escola de assentamento, vi posto em prática o projeto de exclusão dessas pessoas. E a partir daí, decidi assumir a responsabilidade de reestabelecer parte desse passado.

Os fatores de relevância social a serem considerados por esta pesquisa dizem respeito à forma como os movimentos de luta pela terra são vistos pela sociedade, ora banalizados, ora tratados como terroristas, sem se dar conta de sua valiosíssima importância social, política e econômica. Ademais, essa falta de visibilidade e até mesmo a subalternização desses grupos, faz parte de um projeto amplo de poder, que não emerge na superfície devido ao aparelhamento das forças políticas e econômicas que constituem os macro e micro poderes locais. Devolver essa visibilidade e restituir esse passado negado é o caminho que começará a ser trilhado nesta pesquisa.

No quadro de problematizações dessa pesquisa podemos destacar o seguinte questionamento central: Como se estruturaram as relações de poder nos conflitos agrários analisados e de que modo a violência foi empregada para sustentar e legitimar essas relações no contexto da expansão da agricultura capitalista? A partir dela, desdobram-se questões analíticas específicas: Que elementos permitem identificar um padrão de práticas violentas nos diferentes episódios examinados? Em que medida houve repressão política direcionada às populações camponesas e às suas formas de organização? Essas dinâmicas de poder e violência são particularidades do sul do Paraná ou expressam processos presentes em outras regiões da América Latina submetidas à modernização agrícola e ao avanço do agronegócio? Quais estratégias foram mobilizadas por grandes proprietários rurais para manter e justificar sua dominação sobre comunidades camponesas? Como se configuram os processos de territorialização da reforma agrária e de desterritorialização do latifúndio e de que forma esses movimentos se sobrepõem, se tensionam ou se redefinem ao longo do tempo?

Para responder a essas problematizações, nos ancoramos na hipótese de que a expansão da agricultura capitalista e das políticas alinhadas ao agronegócio produziu um padrão recorrente de uso da violência — jurídica, policial, privada e simbólica — como instrumento de manutenção da ordem fundiária e de contenção da ação coletiva camponesa. Esse padrão legitima-se por discursos de modernização, produtividade e segurança da propriedade, mas na prática reforça desigualdades históricas e restringe formas alternativas de organização do trabalho e do território. E em Bituruna, veremos que esse padrão toma forma a partir da expansão da silvicultura direcionada a transformação de madeira para exportação.

Para sustentar essas problematizações iremos recorrer à História Global como ferramenta teórico-metodológica. Nos estudos sobre a questão agrária, a História Global lança bases para compreensão da teoria dos sistemas-mundo que impactam a análise das dimensões do mundo agrário. Dessa maneira, a História Global nos será útil na compreensão desses acontecimentos, pois, privilegia uma abordagem das conexões, comparações e dos cruzamentos do objeto de pesquisa em escala global. O historiador e antropólogo venezuelano Fernando Coronil explica que essas conexões “mais que nunca, assim como os fenômenos locais não podem ser compreendidos fora das condições globais em que se desenvolvem, os fenômenos globais não podem ser compreendidos sem explicar as forças locais que os sustentam”⁵.

É importante salientar que, não se trata de uma “história de tudo” ou “de todos”, de acordo com Sebastian Conrad⁶ - um de seus precursores - a História Global se preocupa em não reproduzir generalizações ou metanarrativas.

Iremos resgatar de dentro da História Global, o conceito de “glocalização”, desenvolvido pelo sociólogo Roland Robertson⁷, que, em resumo, define como as práticas e ideias de âmbito mundial são reinterpretadas e recontextualizadas em diferentes locais, influenciando as identidades culturais e as práticas sociais em níveis locais. Esse conceito desenvolvido por Robertson apoia-se na problemática da visão homogeneizante da globalização, em que todos os aspectos do local seriam descaracterizados em função de sua inserção no mundo global.

⁵ CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 59.

⁶ CONRAD, Sebastian. O que é a História Global?. Edições 70. Lisboa, 2019, p.71.

⁷ ROBERTSON, Roland. Globalisation or glocalisation? *Journal of International Communication*, v. 1, n. 1, p. 33-52, 1994.

Outro conceito fundamental para esta pesquisa é o de “experiência”, formulado pelo historiador Edward Palmer Thompson⁸. Para o autor, a experiência de classe emerge das condições concretas de vida e das relações de produção nas quais os indivíduos se inserem, acumulando vivências que moldam a percepção que têm de si e dos outros. A classe, nos mostra Thompson⁹, “acontece” quando sujeitos que compartilham experiências comuns passam a reconhecer interesses convergentes e a articulá-los em contraste com os interesses de outros grupos. Já a consciência de classe corresponde ao modo como essas experiências são interpretadas e expressas culturalmente, por meio de tradições, valores, ideias e formas de organização. Adotar esse referencial permite compreender como trabalhadores rurais, diante da modernização agrícola e da expansão do agronegócio, interpretam processos de violência, perda de terras e intervenções estatais, produzindo respostas que resultam tanto das condições materiais quanto das interpretações que constroem sobre a sua própria realidade.

A partir do que foi exposto, pensando no objeto de pesquisa e também no contexto da história de luta dos trabalhadores rurais do município, pretende-se utilizar como principal recurso metodológico a história oral, essa escolha se justifica pela necessidade de articular os conhecimentos dos trabalhadores com a possibilidade de reconstrução histórica dos acontecimentos e torná-los acessíveis para além de suas fronteiras, dando devido reconhecimento e promovendo uma restituição desse passado. A história oral é a possibilidade de investigar historicamente o valor subjetivo que não emerge na superfície da fonte escrita, da imagem ou do monumento, muitas vezes, pelo fato de ter sido velado por forças políticas e econômicas do passado e atuais.

Para isso, iremos recorrer ao material produzido pelo professor Silas Rafael da Fonseca durante suas pesquisas de doutorado com os assentados do MST nos municípios de Bituruna e General Carneiro. O material em questão, que são entrevistas gravadas em áudio fazem parte do acervo pessoal do professor Silas e foram cedidas para essa pesquisa, nesse acervo se encontram 16 entrevistas com assentados e alguns ex-acampados que residem nos assentamentos 12 de Abril, Rondon, Etiene, e Vitória do Contestado. Segundo o relatório

⁸ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. v.1. Tradução Denise Bottmann. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. v.2. Tradução Renato Busatto Neto, Claudia Rocha de Almeida. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁹ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. v.1. Tradução Denise Bottmann. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

cedido pelo professor Silas, a faixa de idade dos entrevistados é de 40 a 70 anos, parte deles vive da agricultura familiar de subsistência e do extrativismo de erva-mate, lenha e da produção de carvão vegetal. Outra parte também pratica silvicultura, pecuária e produz soja e milho para comercialização.

Além das entrevistas com os ex-acampados, essa pesquisa tomará de empréstimo os relatórios anuais Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra, um importante acervo que registra a história de luta e a violência sofrida pelas populações camponesas ao longo das últimas décadas. Serão de extrema importância, outras fontes que também foram coletadas na secretaria do MST em Bituruna como: documentos legais, notas públicas, boletins de ocorrência e um clipping de notícias produzidas na época pelo movimento.

Partindo do pressuposto de Portelli¹⁰ de que, as fontes orais não são encontradas, mas sim cocriadas pelo historiador, as interpretações que serão dadas ao relato podem mudar a perspectiva e até mesmo as hipóteses deste trabalho. Pensando também, que o silenciamento pode produzir sentido para o relato, buscará analisar de que forma os entrevistados apresentam suas versões dos acontecimentos entrecruzando-as no espaço da coletividade, além disso, como aponta Portelli a “a história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”¹¹, e é nesse ponto que a escolha da história oral como metodologia se torna eficaz, no acesso à historicidade das vidas privadas.

Outros dois autores importantes para discutir a História Oral como metodologia são José Carlos Sebe Bom Meihy e Paul Thompson. Meihy nos mostra que a História Oral se tornou, ao longo das últimas décadas, um importante recurso de acesso às camadas pobres e analfabetas, aquelas camadas que não detêm ou não podem ostentar o código escrito, para Meihy, pode-se atribuir a história oral um caráter revolucionário, pois ela “se tornou a razão de ser de fatos locais de interesses coletivos”¹². Além disso, para Meihy, a história oral teve papel fundamental na “descaracterização da grande história”, na valorização do indivíduo e seu reenquadramento em contextos e na melhoria da autoestima de comunidades que passaram a se ver também como parte da história.

Paul Thompson também analisa a importância da História Oral pelo viés social, para ele, a mudança que se espera com o uso desta metodologia depende do “espírito” com que ela é utilizada, ou seja, depende de sua finalidade enquanto instrumento transformador. Thompson

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. trad. Ricardo Santhiago. - São Paulo: Letra e Voz, 2016.

¹¹ Ibidem, p. 12.

¹² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral: como fazer, como pensar. José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda. - 2ª ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015, p. 105.

afirma que a História Oral pode abrir novos horizontes de investigação, aproximar professores e alunos, instituições educacionais e o mundo exterior, e pode, inclusive, alterar o enfoque da própria história, nas palavras do autor a História Oral “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”¹³. Paul Thompson nos traz a noção de que, com o advento das pesquisas com história oral, o enviesamento da construção histórica desses movimentos pode ser superados a partir do momento em que o historiador social “pode passar dos burocratas e políticos para o mundo dos pobres, e aprender como o pobre via o funcionário da assistência social e de que modo sobrevivia a suas negativas.”¹⁴

Este trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro deles irá analisar como se articularam as diferentes formas de resistência camponesa na América Latina. A proposta do capítulo é entender se essa violência é parte de uma lógica global, associada à inserção subordinada dos países latino-americanos no mercado capitalista internacional.

O segundo irá analisar e compreender as formas locais de violência contra o MST no sudeste do Paraná, os agentes e os instrumentos dessa violência e as formas de resistência dos integrantes do movimento. Este capítulo será dedicado para a desfragmentação das fontes e para o desenrolar do problema e das hipóteses da pesquisa.

E o terceiro capítulo será dedicado a compreender como os acontecimentos até então relatados fazem parte de um panorama global de transformações no campo e no campesinato e a violência gerada por esse processo, a partir de medidas tomadas, principalmente pelos Estados Unidos com um projeto de alinhamento a uma política neoliberal. Também será mobilizado o conceito de “experiência” formulado por E. P. Thompson, entendido como o modo pelo qual grupos sociais interpretam e respondem às pressões estruturais que enfrentam, permitindo examinar como diferentes formas de ação e organização camponesa emergem das condições concretas vividas nesses contextos.

¹³ THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 22.

¹⁴ Ibidem, 1992, p. 26.

1 - O GLOBAL: A GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA AMÉRICA LATINA

A expansão da agricultura capitalista constitui o eixo explicativo que atravessa as transformações do campo latino-americano no final do século XX. A partir da difusão da chamada Revolução Verde e da atuação coordenada de agências internacionais, bancos multilaterais e políticas estatais alinhadas aos interesses dos Estados Unidos, desenhou-se um novo paradigma produtivo. Esse paradigma promoveu a difusão de pacotes tecnológicos, mecanização, monoculturas e integração a mercados de exportação e, ao mesmo tempo, acelerou a concentração fundiária, o êxodo rural e a proletarização de amplos contingentes agrários. O agronegócio emergiu como sistema econômico e político que reorganizou o uso da terra, as relações de trabalho e as formas de intervenção estatal. Suas consequências incluem a intensificação de conflitos, a criminalização das demandas camponesas e a instrumentalização da violência como mecanismo de manutenção de privilégios. Neste capítulo trataremos dos agentes da expansão do agronegócio, das dinâmicas da globalização no campo, e da consequente violência produzida por esse processo histórico.

1.1 IMPACTOS DA REVOLUÇÃO VERDE, DO AGRONEGÓCIO E DAS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL NA QUESTÃO AGRÁRIA LATINO AMERICANA

A Revolução Verde, originada em centros de pesquisa e políticas agrárias do pós-Segunda Guerra Mundial, difundiu sementes selecionadas, fertilizantes químicos, defensivos e técnicas de irrigação. Nos anos 1960 a 1980, esses pacotes tecnológicos foram promovidos como solução para a fome e o “atraso”, mas sua adoção exigia capital, crédito e mercados organizados.

De acordo com Ricardo Abramovay¹⁵, o principal difusor dessa doutrina foi o economista norte-americano e Nobel de Economia Theodore Schultz, cuja obra *Transformando a Agricultura Tradicional* (1964) exerceu influência decisiva sobre os programas de modernização agrícola implantados em países do “Terceiro Mundo”. Schultz via o agricultor tradicional não como um agente ineficiente ou atrasado, mas como um produtor racional, movido pela maximização de resultados dentro das limitações de seus recursos. Essa interpretação influenciou políticas que buscavam introduzir insumos industriais e tecnologias modernas como meio de elevar a produtividade e integrar a agricultura ao mercado global.

¹⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed., 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012.

Contudo, como observa Abramovay, a aplicação dessa teoria em contextos latino-americanos implicou consequências sociais profundas: A modernização, nesse sentido, representou menos uma elevação das condições de vida e mais um deslocamento estrutural do trabalho e da renda no campo, inaugurando a lógica que sustentaria o agronegócio contemporâneo.

Como sintetiza Abramovay¹⁶, a doutrina de Schultz pode ser resumida em cinco pontos centrais: a negação do camponês como categoria econômica distinta, a separação absoluta entre agricultura tradicional e moderna, a crença na incapacidade autônoma de transformação da agricultura tradicional, a ênfase na baixa produtividade como causa da pobreza e a necessidade de intervenção estatal para difundir tecnologias modernas. Ao considerar o agricultor tradicional apenas como um agente racional em um sistema produtivo ineficiente, as ideias de Schultz serviram para promover políticas que tratavam a modernização tecnológica como a única via de desenvolvimento, desconsiderando as dimensões sociais, culturais e históricas da agricultura camponesa.

Em contextos latino-americanos, isso implicou a subordinação da agricultura aos interesses da modernização produtiva e exportadora, aprofundando desigualdades históricas e marginalizando o campesinato. Para Emerson Neves da Silva, essa subordinação se deu a partir da década de 1960, como um “processo de internacionalização da produção sob a coordenação dos Estados Unidos”¹⁷ onde as empresas transnacionais passaram a se expandir para territórios onde pudessem intensificar a acumulação capitalista, aproveitando-se dos baixos custos de trabalho e da incorporação de novas populações ao mercado de consumo.

Agências multilaterais e governos estrangeiros financiaram projetos e programas que facilitaram a transição para esse modelo agroexportador. O Banco Mundial e organismos regionais de desenvolvimento apoiaram a implantação de políticas agrícolas voltadas à produtividade e à exportação, consolidando um circuito que favoreceu grandes propriedades e empresas integradas, ao passo que fragilizou a pequena agricultura familiar.

Em vários países, as orientações de ajuste estrutural promovidas pelo Banco Mundial têm impulsionado a transferência de bens coletivos para a esfera privada, atingindo terras públicas, áreas comunitárias, fontes de água e reservas florestais. Vários estudiosos de diversas áreas se debruçaram sobre as políticas do Banco Mundial para mostrar que muitos desses programas geram impactos econômicos, ambientais e sociais negativos, embora continuem sendo aplicados como parte de uma agenda ampla de expansão do neoliberalismo.

¹⁶ Ibidem, p.21.

¹⁷ SILVA, Emerson Neves da. *Rebeldia Camponesa na América Latina: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo* - Curitiba: CRV, 2020, p.23.

No meio rural, essa agenda se traduz em um conjunto de ações que reorganizam o acesso e o uso da terra. Entre elas destacam-se o mapeamento cadastral e georreferenciado dos imóveis rurais, a privatização de áreas estatais e comunitárias, a titulação individual de posses, a conversão da reforma agrária em mecanismo de compra e venda e a criação de instrumentos financeiros voltados à aquisição de propriedades. Paralelamente, avança o esforço para integrar agricultores e camponeses às cadeias produtivas controladas pelo agronegócio.

Nesse contexto, Peter Rosset observa que o Banco Mundial recolocou a reforma agrária na agenda pública em diversos países, lembrando que “há uns vinte anos palavras como reforma agrária eram tabu em muitos países, e apenas pronunciá-la poderia colocar em risco a própria vida”¹⁸. A justificativa econômica apresentada pelo Banco baseava-se em dois argumentos principais: a extrema concentração fundiária retardaria o crescimento econômico e que, haveria um déficit histórico de investimentos nas áreas rurais da América Latina, África e Ásia — somando-se a isso o argumento retórico da redução da pobreza.

A solução proposta passava pela abertura e dinamização dos mercados fundiários. Como sintetiza Rosset, tratava-se de viabilizar o “funcionamento do mercado de terras”, pois, segundo o Banco, “sem mercados a transferência de terras não ocorrerá, e, se a transferência não ocorrer, então não há possibilidade de que pessoas pobres adquiram terras”¹⁹. No Brasil, entretanto, o processo tomou direção oposta desta narrativa: a mercantilização da terra elevou preços, fortaleceu o poder das grandes corporações rurais e restringiu ainda mais o acesso das populações pobres ao mercado fundiário. Diante desse cenário, as alternativas de democratização da terra deixaram de vir da lógica de mercado e passaram a se concentrar na proposta de uma reforma agrária de caráter popular.

Laura Saldivar Tanaka e Hannah Wittman²⁰ nos mostram que a Guatemala adotou um caminho semelhante, também influenciado por recomendações de agências internacionais. Desde os anos 1980, a USAID defendia que a solução para a pressão crescente por terra deveria ocorrer por meio de um mercado fundiário “ordenado”, considerado mais barato e politicamente mais estável que programas públicos de colonização. Diversas iniciativas foram testadas ao longo da década, como a Fundación del Centavo e a compra de propriedades falidas para revendê-las em pequenos lotes. Em meados dos anos 1990, esse modelo ganhou forma

¹⁸ ROSSET, Peter. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, Mônica Dias. O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. - São Paulo: Viramundo, 2004, p. 16.

¹⁹ Ibidem, p. 19.

²⁰ TANAKA, Laura Saldivar; WITTMAN, Hannah. Acordo de paz e fundo de terras na Guatemala. In: MARTINS, Mônica Dias. O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. - São Paulo: Viramundo, 2004, p. 111.

institucional com a criação do Fontierras, um fundo destinado a financiar a aquisição de imóveis rurais e a estruturar um mercado de compra e venda voltado às famílias sem terra. O programa foi redesenhado várias vezes, mas avançou pouco: beneficiou um número reduzido de famílias, enfrentou falta de recursos e esbarrou em problemas estruturais, como superfaturamento de propriedades, pouca capacidade de negociação dos grupos interessados e a restrição da participação das organizações camponesas. O entrave era criado pelo próprio mercado em benefício dos latifundiários: “Quando grandes propriedades são colocadas à venda, o mercado é geralmente fechado, exceto para um pequeno grupo com recursos para comprar uma grande plantação”²¹

De acordo com a autora, o próprio Banco Mundial reconheceu que a maior parte das famílias guatemaltecas que demandavam terra não tinha condições mínimas para acessar o programa, enquanto grande parte das propriedades continuava com registros precários ou títulos duvidosos. A combinação desses fatores convergiu para a consolidação de um mercado fundiário restrito, lento e incapaz de responder às necessidades de dezenas de milhares de famílias camponesas.

O México também sofreu com uma reestruturação fundiária nesses moldes. Em 1992, a proposta de reforma agrária do Banco Mundial inspirou o parlamento a reformar o artigo 27 da Constituição de 1917, fazendo com que as terras comunais, os ejidos, pudessem ser demarcadas e tituladas, fazendo assim, que pudessem ser comercializadas.²²

De acordo com Manuel Domingos Neto²³, o Brasil passou a integrar esse conjunto de iniciativas com o argumento de que o aumento das ocupações de terra e o acirramento das tensões no campo ameaçariam a garantia da propriedade privada e a agenda de ajustes estruturais propostas pelo Banco. A medida também funcionou como resposta à atuação do MST, cuja pressão constante levou o Estado, ao longo dos últimos anos, a recorrer aos mecanismos legais de desapropriação e assentamento de famílias.

Nesse cenário, os governos de Fernando Henrique Cardoso adotaram um novo arranjo para o acesso à terra, alinhado às recomendações do Banco Mundial. Em vez de fortalecer a desapropriação por interesse social, passaram a apostar em mecanismos de compra financiada. O primeiro experimento foi o Cédula da Terra, iniciado como projeto piloto no Ceará e depois estendido a outros estados. As famílias organizadas em associações negociavam diretamente

²¹ Ibidem, p. 113.

²² Ibidem, 2020, p.42.

²³ NETO, Manuel Domingos. O “Novo Mundo Rural”. In: MARTINS, Mônica Dias. O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. - São Paulo: Viramundo, 2004, p. 31-32.

com os proprietários e assumiam financiamentos de longo prazo para adquirir as áreas. Embora apresentado como alternativa ágil e “desburocratizada”, o programa acumulou denúncias de imóveis superfaturados, laudos manipulados e pouca clareza sobre as obrigações assumidas pelos beneficiários. Ainda durante sua execução, o governo lançou o Banco da Terra, que ampliou essa lógica com novas linhas de crédito para compra de propriedades e infraestrutura básica. As críticas de movimentos sociais levaram à criação do Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, sem alterar o princípio central: substituir a reforma agrária clássica por operações de mercado. Ao mesmo tempo, os recursos destinados à desapropriação caíram de forma acentuada, revelando a mudança de orientação da política agrária no período.²⁴

Outro agente fundamental da globalização no campo é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Apesar de ser muitas vezes caracterizada como nacional-desenvolvimentista e antimonopolista, a CEPAL contribuiu para a construção do pensamento econômico neoliberal no sentido de defender a liberalização irrestrita dos mercados e a primazia do capital transnacional.

O discurso da CEPAL se alinha ao projeto neoliberal de agricultura ao defender a entrada da iniciativa privada estrangeira como catalisadora do desenvolvimento regional, isso expressa uma concepção “modernizante” que naturaliza a presença do capital internacional como portador de progresso. A ênfase nos “benefícios indiscutíveis” da associação entre empresas estrangeiras e capitais internos com a promessa de introdução de novas técnicas produtivas ignora as relações assimétricas de poder que estruturam a inserção da América Latina no sistema-mundo capitalista. Ao assumir a “livre concorrência” como ambiente neutro, o relatório desconsidera o caráter imperialista de boa parte desses investimentos, frequentemente associados à expropriação de recursos, à captura de políticas públicas e à submissão de economias locais à lógica do mercado global, conforme se nota no trecho:

Quando se fala de iniciativa privada nos países interessados no desenvolvimento latino-americano, pensa-se sobretudo na iniciativa de empresas estrangeiras e, algumas vezes, na sua possível combinação com o capital privado interno. As vantagens que isso apresenta não comporta a menor dúvida - sobretudo quando a iniciativa privada estrangeira traz consigo novas técnicas de produção e organização, num ambiente de livre concorrência, alheio a combinações monopolistas e práticas exclusivistas.²⁵

Essa inserção do capital estrangeiro não se daria de qualquer forma, estaria como dito anteriormente, atrelada “à pesquisa e levantamento dos recursos naturais dos países latino-

²⁴ Ibidem, p. 32-33.

²⁵ COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Informe preliminar da Secretaria Executiva da Comissão Econômica para a América Latina. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 1954, p. 9

americanos, bem como à investigação de novas utilizações desses recursos, à de novas técnicas de produção, e ao sério problema da formação de pessoal técnico”²⁶.

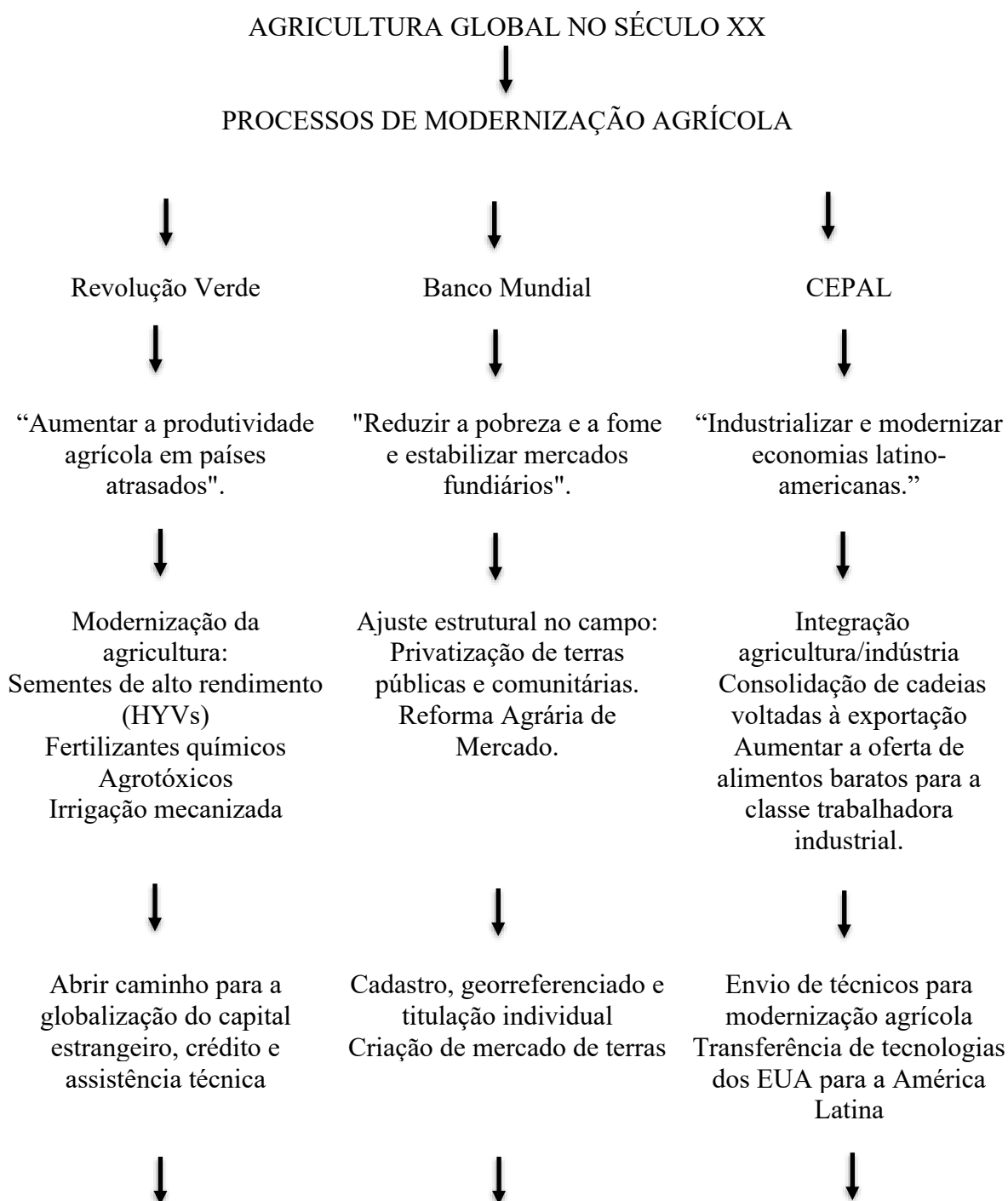
E tudo isso segue um propósito: ao destacar a necessidade de pesquisas sobre os recursos naturais da América Latina e o desenvolvimento de novas técnicas de produção, o relatório expressa uma visão de desenvolvimento centrada na exploração econômica do território, na tecnificação das atividades produtivas e na formação de mão de obra especializada. Essa formulação, embora revestida de neutralidade técnica, parte da premissa de que os recursos naturais devem ser reorganizados conforme critérios de produtividade, geralmente orientados por interesses estatais e empresariais, sem considerar os sujeitos que historicamente habitam e manejam esses territórios. Ao priorizar a “formação de pessoal técnico”, o discurso também sugere a desvalorização de saberes populares e práticas comunitárias que não se enquadram no modelo produtivo dito moderno, reforçando um processo de exclusão simbólica e material das populações indígenas e camponesas, nota-se no trecho em que o relatório enfatiza que essa inserção deve-se dar “especialmente nos países de população indígena ou cuja agricultura atravessa períodos estacionais de inatividade”.²⁷

Antes de examinar esses programas em detalhes, é importante situá-los no quadro mais amplo das estratégias de modernização agrícola que marcaram o século XX. A Revolução Verde, as diretrizes do Banco Mundial e as orientações da CEPAL compuseram um conjunto articulado de políticas que reorganizou a agricultura latino-americana, redefinindo a estrutura fundiária, o papel do Estado e o lugar do campesinato. O esquema a seguir sintetiza esses três eixos, permitindo compreender o ambiente político no qual se insere a reorientação da reforma agrária:

²⁶ Ibidem, p.50.

²⁷ Ibidem, p. 54

Tabela 1 - Agentes internacionais da globalização da agricultura capitalista



Modernização desigual da produção	Especulação fundiária	Marginalização crescente da agricultura camponesa
Endividamento e exclusão de agricultores pobres	Supervalorização de terras	Subordinação tecnológica e comercial aos EUA
Concentração fundiária e expansão do agronegócio	Endividamento de famílias camponesas	Crescente marginalização da pequena produção voltada ao autoconsumo.
Pressão sobre terras de camponeses e povos tradicionais	Reforço da concentração fundiária	
	Fragilização da reforma agrária clássica	

A partir dessa leitura, podemos concluir que a Revolução Verde inaugura um novo ordenamento ao introduzir um paradigma tecnológico que redefine o que passa a ser considerado “produção eficiente”: sementes padronizadas, dependência de insumos industriais e aumento contínuo da produtividade física por hectare. Essa lógica cria um tipo de modernização seletiva, altamente dependente de crédito e infraestrutura, que só pode ser plenamente apropriada por médios e grandes proprietários, e ficam de fora as lógicas produtivas baseadas na coletividade e no uso comum, como as comunidades indígenas, faxinalenses, a agricultura familiar cooperativa, os assentamentos. O Banco Mundial aprofunda essa orientação ao estruturar políticas de reforma agrária baseadas em mecanismos de compra e venda, reconhecendo a concentração fundiária como um entrave, mas propondo soluções que reforçam o papel do mercado na alocação da terra. A CEPAL, por sua vez, ainda que mais voltada a temas de desenvolvimento e integração produtiva, contribui para consolidar a ideia de que o setor agrícola deve se articular a cadeias exportadoras e adotar padrões técnicos homogêneos para elevar competitividade.

Nesse contexto global, Bituruna — assim como boa parte da região Sudeste paranaense, predominantemente silvicultora — insere-se, a partir das décadas de 1990 e 2000, em um processo de reestruturação produtiva marcado pela migração das antigas serrarias, dedicadas à extração e beneficiamento de madeiras nativas como a araucária, para o setor de produção de madeira compensada voltado à exportação, cuja matéria prima principal são o pinus e o eucalipto. Essa transição pode ser notada a partir dos dados fornecidos pelo IBGE sobre o número de árvores abatidas do pinheiro brasileiro nativo: Em 1986 o Paraná explorou 1.419,827 metros cúbicos da espécie, em 1996 a exploração caiu para 386.819, e em 2006 para 82.087 metros cúbicos.²⁸

28 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção da extração vegetal e da silvicultura. Rio de Janeiro: IBGE, 1986–2006. Disponível em:

Essa transformação acompanha o esgotamento das reservas florestais locais e a crescente demanda internacional por produtos industrializados de origem florestal - conforme vimos exposto no projeto da CEPAL -, especialmente após a expansão da silvicultura de pinus e eucalipto na região. As empresas madeireiras locais adaptaram-se a esse novo cenário, incorporando tecnologias de beneficiamento e ampliando seus vínculos com o mercado externo, o que consolidou uma economia dependente da exportação de produtos florestais e reforçou a concentração fundiária em torno das áreas de reflorestamento.

A dinâmica descrita acima aparece de forma contundente nos próprios dados de produção da região. A evolução do volume de madeira destinada à celulose e a outras finalidades, ao longo das últimas décadas, evidencia como a expansão da silvicultura reorganizou a economia local. Para compreender a dimensão material desse processo e o peso específico que municípios como Bituruna, Cruz Machado e General Carneiro assumiram dentro dessa cadeia produtiva apresento a seguir a série histórica compilada a partir do PEVS/IBGE.

Tabela 2 – Quantidade de madeira em tora para papel e celulose e para outras finalidades, da silvicultura segundo as Microrregiões e os Municípios - 1992; 2002; 2012; 2022.

Município	1992		2002		2012		2022	
	Celulose (m³)	Outras finalidades (m³)	Celulose (m³)	Outras finalidades (m³)	Celulose (m³)	Outras finalidades (m³)	Celulose (m³)	Outras finalidades (m³)
Bituruna	24 640	15 000	21 000	260 000	30 000	645 000	73 000	1 450 000
Cruz Machado	4 000	7 553	40 000	375 000	120 000	937 000	285 000	1 580 000
General Carneiro	250 000	22 000	105 000	700 000	1 065 000	1 360 000	1 190 000	3 080 000
Paula Freitas	2 449	1 336	56 000	42 000	80 000	189 000	140 000	335 000
Paulo Frontin	6 000	850	70 000	55 000	47 000	96 000	250 000	285 000
Porto Vitória	15 000	6 700	27 000	67 000	38 000	127 000	50 000	270 000

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=774&view=detalhes>. Acesso em: Dezembro de 2025.

União da Vitória	45 835	18 179	30 000	270 000	130 000	120 000	260 000	470 000
------------------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	---------	---------

Fonte: Produção própria. IBGE. *Produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS)*. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=774>

O crescimento contínuo observado entre 1992 e 2022 revela tanto a consolidação do setor quanto a dependência econômica que se estruturou em torno dele, reforçando a centralização das decisões produtivas nas empresas detentoras das áreas reflorestadas. A consolidação do agronegócio como modelo dominante no final do século XX resultou da articulação entre a Revolução Verde, as políticas de liberalização e a crescente presença de capitais transnacionais. Esse arranjo redefiniu o uso da terra e as relações de trabalho, produzindo um padrão de modernização marcado pela expulsão de agricultores, pela concentração fundiária e pela subordinação de economias locais a cadeias globais.

Diante dessas transformações, multiplicaram-se em vários países latino-americanos movimentos sociais rurais que buscaram defender territórios, modos de vida e formas tradicionais de produção. Embora inseridos em realidades nacionais distintas, esses grupos compartilham experiências semelhantes de expropriação, repressão estatal e conflitos com grandes proprietários, organizando-se para enfrentar a perda de autonomia e a intensificação da violência no campo.

É nesse contexto que se insere o conjunto de movimentos comparados na tabela a seguir, cuja emergência, pautas e formas de luta revelam tanto diferenças locais quanto um campo comum de experiências, permitindo compreender como a resistência camponesa se estruturou frente à expansão do capital agrícola na América Latina.

Tabela 3 - Violência contra as populações camponesas na América Latina

País / Movimento	Período de atuação	Contexto de surgimento	Formas de violência enfrentadas	Estratégias de resistência
Honduras – Movimento Campesino do Vale do Aguán	Décadas de 1990–2010	Expansão da palma africana e concentração fundiária impulsionada por empresas como a Dinant, com apoio estatal e militar	Despejos, assassinatos, milícias privadas, criminalização de lideranças	Ocupações coletivas, denúncia internacional e alianças com organizações de direitos humanos

Paraguai – Movimiento Campesino Paraguay (MCP)	A partir de 1980	Concentração fundiária e apropriação ilegal de terras públicas (as “tierras malhabidas”)	Despejos violentos, repressão policial e pistolagem a serviço dos latifundiários, especialmente nas regiões de colonização recente (Alto Paraná, Caaguazú, San Pedro e Itapúa).	Mobilizações massivas, ocupações de latifúndios improdutivos, criação de comissões de sem- terra e articulação com comunidades eclesiais de base e ONGs rurais
Argentina – MOCASE (Movimiento Campesino de Santiago del Estero)	A partir de 1990	Conflitos por posse de terra e expansão do agronegócio da soja	Despejos, assassinatos, repressão e ameaças armadas	Organização comunitária e redes de solidariedade internacional
Guatemala – Comunidades camponesas e indígenas	Décadas de 1970– 2000	Concessões territoriais a empresas agrícolas e mineração	Massacres, perseguição e deslocamentos forçados	Reconstrução comunitária, defesa cultural e articulação transnacional
Brasil – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Desde 1984	Concentração fundiária, avanço do agronegócio e ausência de reforma agrária efetiva	Despejos, violência policial e judicialização	Ocupações, educação popular, atuação conjunta com sindicatos e pastorais, cooperativas e projetos de agroecologia

Brasil – Acampamentos em Bituruna e General Carneiro	1988– 2006	Conflitos funditários durante a expansão da silvicultura e da exploração de madeira para exportação	Ameaças, incêndios criminosos, disparos de arma de fogo, judicialização intimidações a famílias e crianças	Ocupações, organização comunitária, produção coletiva, formação política e criação de cooperativas de base agroecológica
---	---------------	---	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir de Baker (1995), López e Saybe (2010), Zumalacárregui e Yaya (2011), Barbeta (2008), Riquelme (2015), Seoane (2013) e entrevistas e documentos do MST (Bituruna e General Carneiro).

A observação comparada desses movimentos revela que, embora cada experiência possua raízes históricas e políticas próprias, todas compartilham o mesmo ponto de partida: a reestruturação da agricultura latino-americana a partir da Revolução Verde e da expansão do agronegócio como modelo global de acumulação. A penetração de capitais estrangeiros, a concentração fundiária e o desmonte das formas tradicionais de produção camponesa geraram um quadro comum de expropriação, violência e resistência. Honduras, Paraguai, Argentina e Brasil expressam, em diferentes graus, as consequências da internacionalização da agricultura, que subordinou os territórios rurais aos interesses do mercado mundial e converteu o acesso à terra em um dos eixos centrais de disputa social. É nesse contexto que se deve compreender o surgimento e a consolidação do MST e, mais especificamente, as lutas pela terra no Sudeste do Paraná, onde as contradições do modelo agrícola global se manifestaram de formas bem expressivas.

1.2 FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA.

Como vimos até aqui, o processo de modernização agrícola, impulsionado pela Revolução Verde e pela consolidação do agronegócio, produziu impactos profundos na América Latina, redefinindo as formas de ocupação do território e agravando a exclusão das populações camponesas. No Brasil, essas transformações criaram as condições históricas que levaram à emergência de novos movimentos sociais rurais, entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destaca como a principal expressão organizada da luta pela terra. A partir deste ponto, analisaremos como o MST se articulou para inverter a lógica capitalista global aplicada ao campo, propondo formas coletivas de produção e de gestão

da terra, e como essa tentativa de ruptura gerou reações violentas por parte do Estado e dos grandes proprietários, resultando em processos de criminalização, expropriação e violência.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes²⁹, a criação do MST está ligada a uma trajetória de contestação e resistência contra as políticas de desenvolvimento rural implementadas durante o regime militar. Essas políticas foram influenciadas pelo modelo da "Revolução Verde" e pela ideia de um "Brasil grande", que viam a agricultura camponesa como obsoleta e atrasada. Isso fez com que o campo se transformasse no espaço dos conflitos e das contradições, de um lado as populações camponesas que tinham como ideal a luta pela conquista da terra e pelo direito de produzir sua própria subsistência, de outro os grandes grupos empresariais e os latifundiários que tinham interesse em controlar a economia agropecuária, e em defesa dos interesses deste último grupo, estava o Estado brasileiro.

No caso brasileiro, como vimos, pensar a violência contra as populações camponesas também remete à pensar o novo modelo agrícola brasileiro inserido no capitalismo global, e em contrapartida, nos remete a pensar também na formação dos movimentos sociais, sobretudo, aqueles que contestavam a espoliação das terras e dos recursos naturais. Leonilde Servolo de Medeiros destaca que no decorrer dos anos 80, houve um acirramento da disputa pela terra. Tal conflito envolvia não apenas posseiros e grileiros, rendeiros, foreiros ou parceiros e proprietários de terra, mas também beneficiários de grandes concessões de terras realizadas durante a época do regime militar. Além desses grupos, surgiram novos atores, resultantes da expulsão de seringueiros de suas áreas naturais para dar lugar a pastagens, da construção de represas para usinas hidrelétricas, e da marginalização de milhares de trabalhadores rurais diante do avanço da modernização no campo, completa a autora:

Com características bastante diversificadas, isolados, violentos, os vários tipos de conflito por terra colocaram com muita força, numa conjuntura de maior liberalização, a questão da terra e de sua função. Embora a nível de cada conflito se colocassem a questão de uma área particular de terra e objetivos muito imediatos de permanência e sobrevivência social e até mesmo física, foi a soma dessas lutas particulares que possibilitou a atualização do debate em torno da reforma agrária e seu significado numa situação de intenso desenvolvimento do capitalismo no campo.³⁰

²⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.). Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 390.

³⁰ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. História dos movimentos sociais no campo. - Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 140.

Os processos sociais e econômicos que deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra têm raízes em experiências diversas, que vão se entrecruzar na década de 1980. Vamos contextualizar nas próximas linhas algumas dessas experiências.

Um retrospecto histórico importante pode ser feito desde a década de 1960, quando um horizonte começava a aparecer para a reforma agrária, principalmente, por parte do governo Goulart, da pressão popular das Ligas Camponesas, e dos interesses da burguesia industrial em ascensão, que, já entendiam o valor da terra como fundamental na produção de seus bens e de seus insumos e começavam a ver o latifúndio como um empecilho para a formação de um mercado interno consumidor. Cada grupo tinha seu projeto particular de reforma agrária, contudo, o que mais se aproximava de ser um projeto de reforma agrária popular e congregar as massas operário-camponesas era o das Ligas, por isso foi visto pela elite política e pela burguesia nacional como perigoso e incendiário, a própria lei da Reforma Agrária de 1964 tratou de desmobilizar os movimentos de luta a partir de uma reforma de mercado: “Art. 15. A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.” Anos mais tarde, tal projeto tomou proporções nacionais tendo o incentivo do Banco Mundial.

No final das contas, João Goulart foi deposto, as Ligas Camponesas foram desarticuladas com o golpe de 1964 e com a prisão das lideranças do PCB. As Ligas Camponesas foram um primeiro passo rumo a uma organização camponesa nacional, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira³¹ “Os integrantes dessas entidades iam entendendo que era preciso enfrentar o grande proprietário e até o governo. Isso era uma mudança política de grande profundidade na vida tranquila do interior das fazendas”

Esses conflitos se acirram ainda mais com a expansão da política neoliberal na América Latina a partir da década de 1970. No Brasil, o projeto neoliberal foi posto em prática pelo governo militar com a expansão do capital internacional sobre a agricultura nacional, e o projeto de “reforma agrária” dos militares estava atrelado aos interesses do mercado, como nos mostra a terceira das cinco metas do Programa de Integração Nacional (PIN):

Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de

³¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável³²

O projeto de reforma agrária dos militares não passava de uma tentativa de desarticular a reforma agrária popular, e foi viabilizado a partir do Estatuto da Terra e de órgãos governamentais como o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) que mais tarde se fundiram e deram lugar ao INCRA. Obviamente, o projeto de reforma dos militares não solucionou o problema da concentração fundiária e levou a um empobrecimento ainda maior das populações camponesas.

Com o advento da redemocratização na década de 1980, as populações camponesas viram uma nova oportunidade de se organizar para lutar por um pedaço de terra para garantir seu sustento, contudo, as novas políticas de acesso à terra e a nova proposta de reforma agrária apresentadas na Constituinte de 1988 eram ainda mais retrógradas que as propostas dos militares com o Estatuto da Terra de 1964, como consequência disso, o aumento das mobilizações da luta pela terra nessa época seguia par e passo com o aumento da violência contra esses movimentos, é o que nos mostram os relatórios da Comissão Pastoral da Terra entre os anos de 1996 a 2001, tendo como base o estado do Paraná, os relatórios apontam que entre 1996 e 1999 houve um aumento de 84,9% nas ocupações de terra seguidos de um aumento de 135% dos conflitos no campo, ao passo que entre os anos de 1999 e 2001 houve um decréscimo de 95,9% das ocupações seguidos de um mesmo decréscimo de 95,4% dos números de conflitos no campo. Esse recuo se explica pela mudança da estratégia repressiva, é nesse ponto que vemos a transformação da militarização da luta pela reforma agrária para a judicialização, ou seja, trocam-se os confrontos físicos diretos pelos confrontos judiciais, com muitas lideranças sendo presas nesse período a mobilização dos movimentos se tornou mais eficaz, isso é notado nos relatórios, onde nos anos de 1999 a 2001 houve um decréscimo na espacialização da luta mediante ocupação de terra.

Para expressar melhor a intensidade da violência no campo, tomamos os dados emprestados do CPT entre os anos de 1985 e 2004, esse recorte temporal foi escolhido para contemplar o objeto de análise desta pesquisa, os acampamentos de Bituruna (1985-88) e General Carneiro (2003). É importante ressaltar que os dados do CPT não revelam a totalidade dos casos, visto que a pastoral os contabilizava, em sua maioria, com base em notícias de

³² BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Metas e Bases para a ação do governo. Brasília, 1971. p.31. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1067/1/1971_MetasBases_AcaoGoverno.pdf

jornais, sendo assim, esse número pode ser muito superior. Outro ponto importante é que os dados apresentados aqui podem apresentar divergências com os dados dos relatórios anuais, isso se deve ao fato de que o CPT não reedita os relatórios, ele inclui novos dados em relatórios posteriores, e optamos por selecionar os dados de maior referência. As tabelas a seguir totalizam os números da violência contra a pessoa no campo durante os anos de 1985 e 2004:

Tabela 4 - Violência contra a pessoa (1985-2004) - Brasil

Quinquênio	1985 1989	1990 1994	1995 1999	2000 2004	Total
Assassinatos	599	282	190	201	1272
Tentativas de assassinato	323	454	249	334	1360
Ameaças	1221	1036	520	1008	3785
Lesões corporais e agressões	5276	10949	4651	1182	22058
Sequestro	51	134			185
Tortura	323	332	186	136	980
Prisões ilegais	1719	1362	2472	1578	7131

Fonte: Relatórios do acervo Conflitos no Campo Brasil (1985-2004) da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>

Para analisar os dados trazidos pelo CPT devemos levar em conta os seguintes fatores: os números são a totalização de toda a violência no campo, incluem-se aí, violência contra a luta pela terra, em conflitos trabalhistas, em disputas pela água, violência em garimpos, violência por agrotóxicos, e violências relacionadas a política agrícola. E essa violência atinge vítimas variadas, podemos captar nos relatórios de 1987 e 1988 algumas designações de profissão: líderes sindicais, líderes religiosos, posseiros, sem-terras, trabalhadores rurais, lavradores, garimpeiros, indígenas, canavieiros, seringueiros, padres, advogados, pequenos proprietários, peões, políticos e até mesmo um prefeito. Vale ressaltar que a grande maioria desses conflitos foram motivados por ocupações, e o número de conflitos pela terra é

igualmente superior aos registrados em conflitos no garimpo, pela seca, conflitos trabalhistas ou outros tipos de disputas no campo.

O CPT quantifica casos de violência mais comuns, contudo, outros tipos de violência também aparecem nos relatórios, a título de exemplo, em 1988 o CPT registrou 5 casos denominados como “desaparecidos” e outros 41 casos denominados como “Impedidos de ir e vir”, em 2003 e 2004 aparecem dados relacionados à prática de “Pistolagem”, com 2213 casos registrados nessa categoria.

Para se ter uma ideia, entre os anos de 1985 a 1988 foram registrados pelo CPT 2812 conflitos pela terra, sendo estes, muito superiores aos 339 conflitos trabalhistas, 41 conflitos sindicais, 37 conflitos no garimpo, 104 conflitos pela seca ou pela disputa por água, e 32 conflitos relacionados à política agrícola.³³ Nesses mesmo anos, de acordo com nosso levantamento, os 3365 conflitos foram responsáveis pelo assassinato de 532 pessoas seguidos de 257 casos de tortura e 1318 prisões ilegais. Um caso de tortura registrado pelo relatório do CPT ocorreu no ano de 1985, no Maranhão, quando um trabalhador rural foi enterrado até o pescoço pela Polícia Militar e outro trabalhador rural foi obrigado a regar a cabeça dele.³⁴

Outro tipo de violência sofrida pelo movimento foi a violência contra a posse ou propriedade as tabelas a seguir expressam em números esse tipo de violência:

Tabela 5 - Violência contra a posse e propriedade (1985-2004) - Brasil

Quinquênio	1985 1989	1990 1994	1995 1999	2000 2004	Total
Casas destruídas	1917	4872	11381	16761	34931
Roças destruídas	2395	101153	13228	10495	127271
Pertences destruídos		2968	9299	11033	23300
Roubos e furtos	1657	2091			3748
Expulsões	9465	5515	6431	15183	36594
Despejos judiciais	7822	40987	88084	111702	248595

³³ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil, 1988. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia, 1989, p.19.

³⁴ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil, 1985. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia, 1986, N.P.

Fonte: Relatórios do acervo Conflitos no Campo Brasil (1985-2004) da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>

Diante desses relatórios, levando em consideração também o histórico dos movimentos populares camponeses, vemos que no Brasil onde há reivindicações de terra há violência e opressão, repito, na maior parte dos casos, os conflitos eram agenciados por latifundiários que formavam seu aparato repressivo particular, ou mesmo pelo Estado aparelhado a esses latifundiários, como observa Emerson Neves da Silva “a história brasileira, alicerçada no oligarquismo, no latifúndio, na instrumentalização do Estado pelas elites para reproduzir seus negócios privados e na marginalização da grande parcela do povo da política, não ocorreu de forma pacífica”³⁵.

O caminho até a formalização do movimento

A articulação e a criação do MST se deram num contexto de várias ocupações de terra, principalmente no sul do país. Leonilde Servolo de Medeiros³⁶ nos oferece uma breve linha do tempo da formação do MST e de suas primeiras lutas enquanto movimento social.

O marco inicial da formação do MST no Brasil se dá em 1979, quando um grupo de posseiros ocuparam as fazendas Macali e Brilhante na região de Sarandi depois de terem sido expulsos da reserva indígena de Nonoai pelos indígenas, e de não aceitarem a oferta de realocação para projetos de colonização no Mato Grosso. Em 1980, houveram outras duas ocupações, uma na fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, Santa Catarina, e, simultaneamente, outra ocupação na fazenda Primavera em Andradina, São Paulo.

Outra mobilização, de cerca de 300 famílias, iria ocorrer próximo das fazendas Macali e Brilhante em Sarandi em 1981, no local conhecido como Encruzilhada Natalino, de acordo com Medeiros, esse era um lugar histórico e simbólico da luta pela terra no estado, pois, esse local que na época do acampamento estava em posse de grandes empresários, por meio de arrendamento das terras pelo Estado, já tinha sido desapropriado e se tornado um acampamento de reforma agrária nos anos 60, durante o governo Brizola.³⁷ O acampamento na Encruzilhada

³⁵ SILVA, Emerson Neves da. Formação e ideário do MST. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 40.

³⁶ Ibidem, 1989, p. 146-149.

³⁷ Idem.

Natalino sofreu dura repressão do governo federal, com apoio da imprensa, um dos personagens famosos desse cerco militar foi o Major Curió, conhecido por atuar no combate à Guerrilha do Araguaia. De acordo com Zilda Iokoi:

O acampamento na Encruzilhada do Natalino provocou a ira do governo, que por várias vezes enviou tropas de policiais militares para ameaçá-los ou aviões e helicópteros que sobrevoaram os barracos, atemorizando seus ocupantes. Além disso, policiais civis infiltravam-se nas reuniões, cultos e procissões, tentando tumultuar sua organização. Inúmeras denúncias de provocações são relatadas pelos acampados que permaneceram, inicialmente, mais de dois meses à espera de abertura de negociações com o governo.³⁸

De acordo com o Boletim Sem-Terra³⁹ as condições eram precárias, os acampados não contavam com atendimento médico, pois o hospital mais próximo ficava a 18 quilômetros e na maioria das vezes a espera por um transporte durava em média 4 horas, a água era escassa pois o açude da região estava secando, além disso, estavam com dificuldade de conseguir lenha e as coberturas dos barracos não resistiam às chuvas fortes. Um caso que foi noticiado pelo jornal Zero Hora foi o da morte da bebê Loivaci Pinheiro, de 4 meses de idade, que segundo a notícia, ela teria morrido de subnutrição e broncopneumonia. O pai da menina conta como foi o ocorrido:

Ela ficou 28 dias internada no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, em Ronda Alta. O médico deu alta, mas em 10 dias ela já estava ruim de novo. Quinta-feira eu e a mulher levamos ela de volta para o hospital, pois estava muito mal. Pedi para os médicos atenderem ela primeiro, mas eles me disseram que eu tinha que esperar a ordem das fichas e tinha sete pessoas na nossa frente. Ficamos esperando e quando vimos ela já estava morta. Morreu nos braços da mãe. Só então os médicos vieram atender.⁴⁰

De acordo com o diretor do hospital, Donaldo Rech, Loivaci era a terceira criança que teria morrido pelas más condições do acampamento, e com a chegada do inverno daquele ano a situação se agravaria ainda mais. O mesmo médico, no dia 30 de maio de 1981, segundo o informe, teria ido até o acampamento na tentativa de pressioná-los em relação às acusações de negligência médica, tendo que sair às pressas do local dada a revolta dos agricultores. Os “colonos” (forma como foram tratados pela notícia) acusavam o hospital de negligência no atendimento, além de cobrança indevida de atendimento e exames laboratoriais, que eram custeados pelo Estado, e culpavam o governo por falta de assistência e por se recusarem a

³⁸ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do MST. Revista Brasileira de História. v.11, nº22, pp. 49-70: São Paulo, 1991.

³⁹ Boletim Sem-Terra. nº 03/1981. p.3-5.

⁴⁰ Idem, p.4.

negociar uma solução. No cortejo fúnebre de Loivaci, os colonos protestaram contra o descaso que vinham passando e cobraram uma solução urgente do governo:

Figura 1 - Capa do Boletim Sem-Terra 4 de junho de 1981, na foto o cortejo fúnebre da menina Loivaci Pinheiro



Fonte: Boletim Sem Terra Nº 03/1981 Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/>

O CPT foi importante na organização e na articulação da resistência das famílias acampadas, aliás, esses movimentos tiveram profunda e decisiva influência da Igreja. A paróquia de Passo Fundo por exemplo, fez visitas ao acampamento e promoveu campanhas de arrecadação de roupas, alimentos e dinheiro, além de se posicionar a favor de uma solução pela reforma agrária, de acordo com o comunicado publicado, a diocese decidiu alertar: “mais uma vez as autoridades competentes para a necessidade urgente de uma ação que resolva o problema das milhares de famílias de agricultores sem terra em todo o Brasil, vítimas de uma estrutura fundiária distorcida”⁴¹. A própria “mística” do movimento era concebida envolta de uma ritualística cristã: havia uma cruz feita de troncos rústicos no meio do acampamento, seus braços cobertos por dois mantos brancos que “simbolizam a pureza das crianças que perderam

⁴¹ Idem, Boletim Sem-Terra 03/1981, p.8.

a vida por não resistirem às más condições do acampamento e a falta de cuidados médicos”⁴², sustentada por várias escoras de madeira, cada uma com o nome de pessoas ou entidades escritas, simbolizando a solidariedade de todos na luta pela conquista da terra, de acordo com Leonilde Servolo de Medeiros a cruz era entendida como evocação “dos sacrifícios a que os colonos estavam submetidos e da fé em Deus e na união da classe”⁴³

O desfecho da situação teve participação da Igreja, que comprou e transferiu as cerca de 200 famílias para uma nova área constituída como acampamento Nova Ronda Alta, até que em 1983 o governo estadual adquiriu terras e assentou os trabalhadores.

Diante desses episódios, a necessidade de organização das lutas era ainda mais urgentes, nos anos seguintes ao da ocupação da Encruzilhada Natalino, foram realizados encontros entre lideranças dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, em Medianeira em 1982 e em Chapecó em 1983. Finalmente em 1984, em Cascavel, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra teve sua criação formalizada, no encontro participaram representantes de nove estados. Inicialmente a bandeira de luta do movimento, constituído como um movimento de massas, era: “Terra não se ganha, se conquista”, o que, segundo Medeiros: “implica numa valorização de formas mais incisivas de lutas como as ocupações e os acampamentos e, ao mesmo tempo, num esforço enorme de organização.”⁴⁴

Diante desse retrospecto, percebe-se que o MST desempenha um papel político fundamental, visto que, o Brasil democrático que se espera, só é possível com a Reforma Agrária, e a maneira como o MST opera se mostrou muito eficiente no passado, as ocupações foram formas eficientes de pressionar o Estado, são pelas ocupações que o MST se territorializa, são por meios das ocupações que o MST põe em prática seu projeto político, como pontuou Bernardo Mançano⁴⁵ em 1999, 90% dos assentamentos conquistados no estado de São Paulo foram resultados de ocupações, de acordo com o autor, as ações do MST produziram resultados positivos em contraposição a onda de criminalização que repercute na sociedade e que emana principalmente dos poderes políticos institucionais, dentre esses resultados, um deles é o olhar da sociedade para a Constituição, que em seus dispositivos determinam a desapropriação da terra que não estão cumprindo sua função social, o outro resultado positivo está relacionado a denúncia sobre as injustiças e as violências cometidas pelos latifundiários, que hoje, estão ainda mais caracterizados sob o rótulo de empresa rural.

⁴² Idem, p. 6.

⁴³ MEDEIROS, 1989, p.149.

⁴⁴ Ibidem, p. 149

⁴⁵ Ibidem, 1999, p. 392.

De acordo com Leonilde Servolo de Medeiros, mesmo após a consolidação do movimento, e da publicização dos casos de violência, as velhas práticas de repressão ainda permaneceram, fossem elas abertas, como nos casos da atuação policial, ou veladas, quer na abertura de espaço para que essas forças atuassem, quer na omissão da atuação dessas forças. Os alvos das milícias também passaram a ser seletivos, os ataques foram direcionados principalmente a lideranças sindicais, advogados e agentes de pastorais, tendo em vista sua influência no processo de organização da luta pela terra. E segundo a autora, o Estado também se constituiu em um instrumento de repressão desses trabalhadores, o exemplo mais contundente da atuação do Estado foi na construção das barragens, que implicou em despejos, repressão policial e nos casos mais brandos indenizações irrisórias, tudo isso sob o pretexto do progresso econômico. Por fim, Medeiros destaca que “a violência privada só pode existir com a conivência do aparato judiciário”⁴⁶.

⁴⁶ Ibidem, p. 158.

2 - O LOCAL: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NOS ACAMPAMENTOS/ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE DO PARANÁ

Neste capítulo pretende-se apresentar os aspectos da formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no estado do Paraná, seu ideário, a espacialidade de sua luta pela terra e seus modos de resistência, bem como, a violência sofrida em diversos momentos de sua trajetória.

Antes de adentrar na discussão sobre o movimento, é necessário trilhar o caminho da história recente da questão da terra no Paraná. Para isso, tomaremos de empréstimo alguns apontamentos do Atlas da Questão Agrária no Paraná⁴⁷ sobre os principais conflitos por terra no estado.

As lutas pela terra no Paraná envolveram diferentes grupos sociais: indígenas, quilombolas, caboclos, posseiros, atingidos por barragens e trabalhadores Sem-Terra. As populações indígenas, em especial, sofrem um processo contínuo de expulsão desde o início da colonização. No decorrer do século XX, esses conflitos expressaram a disputa pelo território entre projetos econômicos distintos e deixaram marcas profundas na estrutura agrária do estado. O quadro a seguir reúne alguns dos principais episódios dessa trajetória, fundamentais para compreender a formação social e política que antecedeu o surgimento do MST:

Tabela 6 - Conflitos por terra no Paraná no século XX

Conflito	Contexto de surgimento	Características principais	Consequências históricas
Guerra do Contestado (1912–1916)	Resultado da concessão de grandes extensões de terras à Brazil Railway Company para construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande. As terras já eram ocupadas por camponeses, caboclos e indígenas.	Resistência camponesa contra a expulsão promovida pela empresa Southern Brazil Lumber, subsidiária da ferrovia. A República enviou o Exército para reprimir o movimento, que uniu camponeses em redutos autônomos sob influência religiosa.	Estima-se cerca de 12 mil mortos. O conflito simboliza a luta contra a usurpação territorial e marca a origem das lutas camponesas no Sul do Brasil. Ainda hoje há reivindicações de terra em áreas do antigo Contestado.

⁴⁷ OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção. - ePUB. Naviraí, MS: Ipuvaiva, 2021, p.51

Guerrilha de Porecatu (1944–1951)	Decorreu da negação do governo estadual em conceder títulos de terras prometidos a pequenos agricultores assentados nos anos 1930 e da grilagem promovida por grandes latifundiários.	Posseiros resistiram aos despejos e formaram grupos armados com apoio do Partido Comunista Brasileiro, criando as primeiras associações de lavradores.	Movimento precursor das Ligas Camponesas. Consolidou a luta organizada no campo e denunciou a violência estatal e privada contra os trabalhadores rurais.
Revolta dos Posseiros (1957)	Ocorreu no Sudoeste do Paraná, após o governo estadual ceder terras a empresas colonizadoras (Citla e Comercial) que passaram a expulsar posseiros.	Os posseiros reagiram à violência das empresas e jagunços, formando assembleias populares e armando resistência em cidades como Francisco Beltrão.	Resultado simbólico na luta pela terra: forçou a regularização fundiária via GETSOP (1962–1972). Legou uma estrutura agrária de minifúndios e consolidou a identidade camponesa regional.
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – anos 1970–1990	Surgiu a partir das mobilizações dos agricultores expropriados pela construção da Usina de Itaipu e outras barragens no Rio Iguaçu.	Organização dos camponeses em sindicatos e pela CPT, articulando movimentos como o Justiça e Terra e a Crabi.	Reivindicou indenizações, reassentamentos e infraestrutura produtiva. Tornou-se um movimento nacional de defesa dos atingidos por barragens, com papel importante na formação do MST.

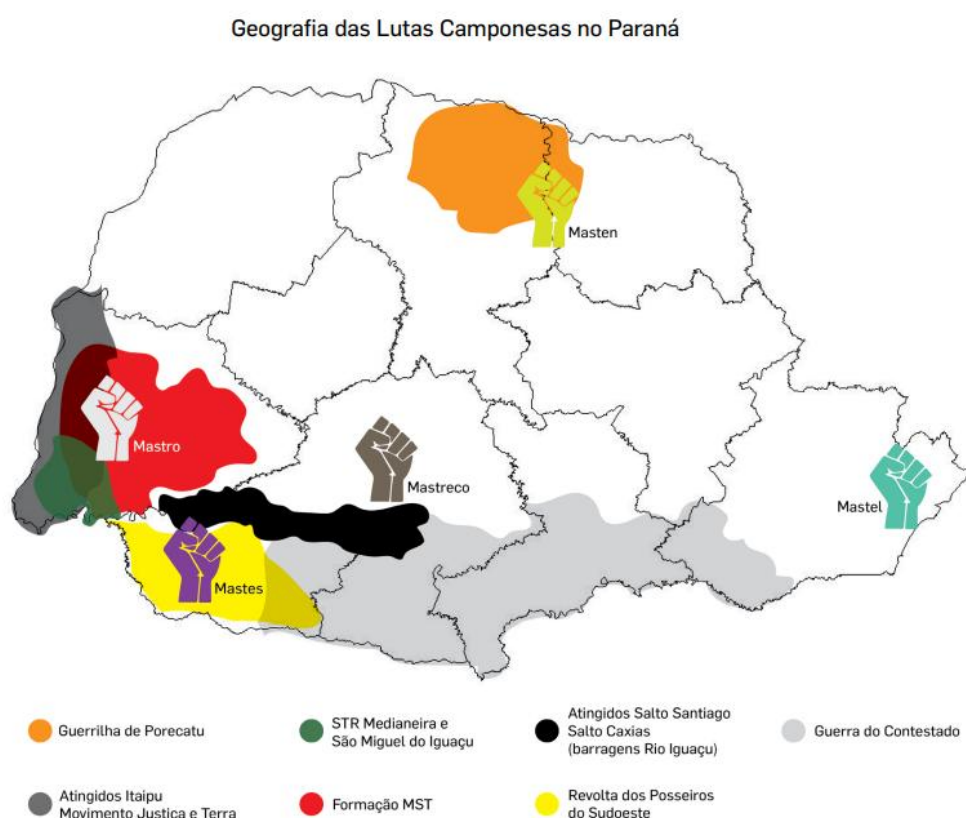
Fonte: Produção própria. OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção. - ePUB. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021.

Ao observar o conjunto desses conflitos, percebe-se uma linha de continuidade entre a violência estrutural da questão agrária e as formas de resistência camponesa. A Guerra do Contestado simboliza a reação inicial contra o projeto de modernização excludente. Porecatu e a Revolta dos Posseiros consolidam a luta organizada diante da grilagem e da repressão estatal. O MAB, surgido no contexto das barragens, representa a transição para um novo tipo de mobilização, vinculada à denúncia dos impactos socioambientais do desenvolvimento. Nesse sentido, o MST herda não apenas a memória dessas lutas, mas também suas formas organizativas, articulando-as em uma dimensão nacional e latino-americana de resistência à expansão do agronegócio.

Pode-se observar que a porção Sudoeste/Oeste do estado é a que concentra a maior parte destes conflitos, pois, fora a porção que sofreu um forte movimento de recolonização a partir da década de 1940, esse processo envolveu além da reorganização agrária voltada para o

latifúndio, obras de infraestrutura a serviço do capital industrial, de acordo com Myskiw “expandir o mercado interno e aumentar o consumo de produtos nacionais eram objetivos que estavam diretamente ligados à política de colonização de novas fronteiras agrícolas e à política de industrialização”⁴⁸. O mapa a seguir, elaborado pelo Observatório da Questão Agrária no Paraná, ilustra a territorialização das lutas pela terra:

Figura 2 - Mapa da Geografia das Lutas Camponesas no Paraná



Fonte: OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção. - ePUB. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021, p.30.

Caminho para consolidação do MST no Paraná

As experiências de luta camponesas das quais acabamos de observar criaram um ambiente favorável ao surgimento de movimentos sociais com bandeiras e formas de atuação diversificadas. Na década de 1970, por exemplo, camponeses atingidos pelo alagamento das

⁴⁸ MYSKIW, Antonio Marcos. Colonos, posseiros e grileiros no oeste paranaense [recurso eletrônico] / Antonio Marcos Myskiw. – Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 63.

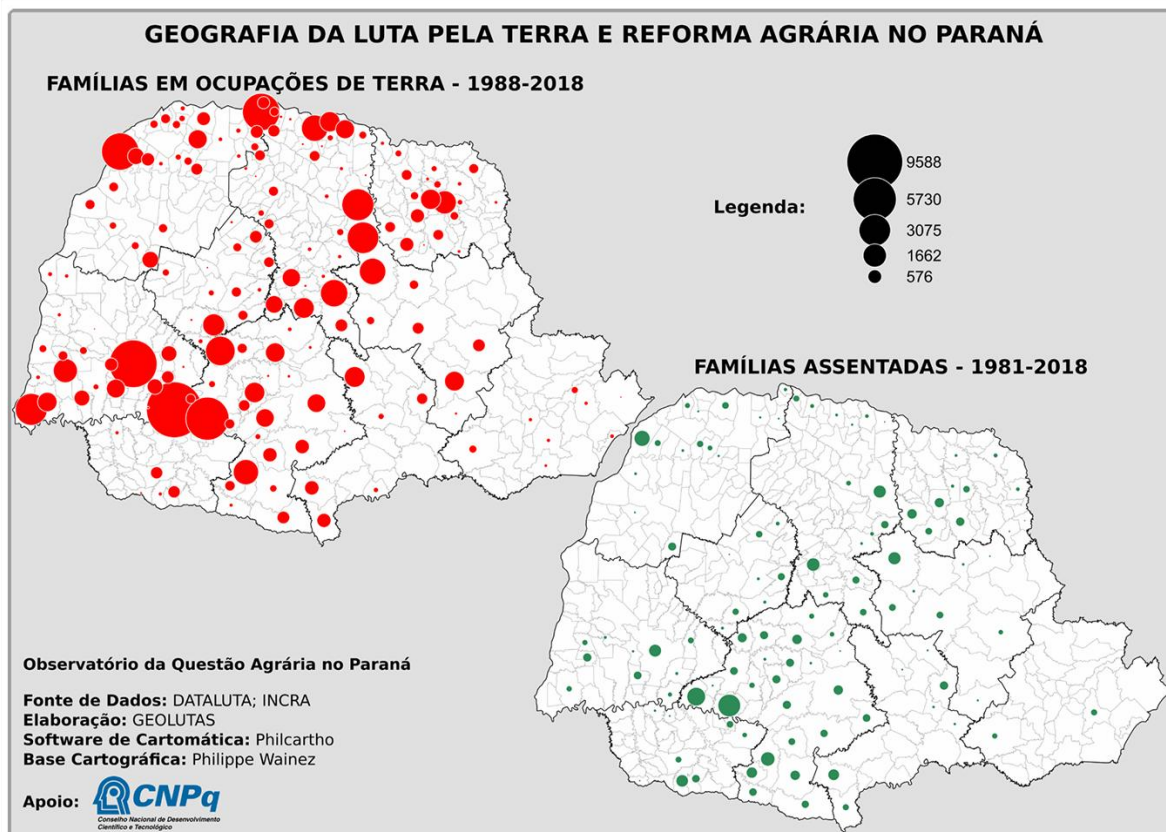
terras causado pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu formaram o Movimento Justiça e Terra, buscando reparação. Esse movimento foi embrião do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), que hoje constitui um dos principais movimentos sociais do Brasil. Dessa luta também surgiu o MASTRO (Movimento dos Agricultores Rurais Sem-Terra do Oeste), incluindo na luta pela reparação dos danos causados pela barragem, a luta pela reforma agrária. E da atuação conjunta do MASTRO, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Igreja - na figura do CPT principalmente - surgiram outros movimentos de luta: Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná (MASTEL), o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO), entre outros.

No final da década de 1970, agricultores e pescadores organizaram, com apoio e atuação do CPT e do Movimento Justiça e Terra, um movimento de luta pela reparação dos danos causados pela instalação da barragem de Salto Santiago, no Rio Iguaçu, esse foi um passo importante para estabelecer as bases de luta contra a espoliação de terras ao longo do Rio Iguaçu, como por exemplo, a luta das famílias atingidas, recentemente, pela usina do Baixo Iguaçu nos municípios de Capitão Leônidas Marques, Planalto e Capanema⁴⁹

Desse percurso na década de 1970, surgiu a possibilidade de unificação e consolidação de um movimento nacional, diga-se de passagem, o Paraná foi um importante palco de debate na constituição do MST, e a experiência e as lutas dos camponeses paranaenses pela terra, contribuíram com a formação desse movimento tão importante na oposição ao latifúndio. De lá para cá, várias batalhas foram travadas em território paranaense, dentre elas uma das maiores ocupações de terra do Brasil, com mais de 3 mil famílias em Rio Bonito do Iguaçu, e outras tantas como em Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Marilena, Santa Tereza do Oeste e Marmeleiro. O mapa a seguir nos mostra um pouco da espacialização das lutas e das conquistas da terra no Paraná:

⁴⁹ Ibidem, p.57.

Figura 3 - Mapa da distribuição espacial das famílias em ocupações de terra e das famílias assentadas no Paraná (1981-2018)



Fonte: Observatório da Questão Agrária no Paraná. Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção. ePUB. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021, p. 65.

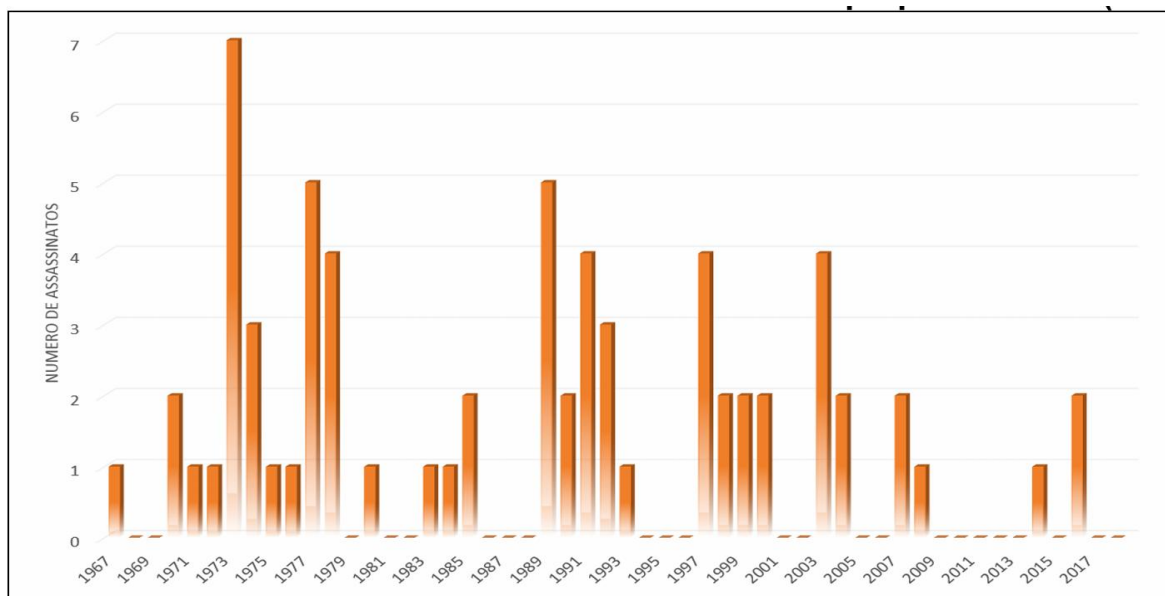
Nota-se que a proporção de famílias assentadas é muito menor do que a de famílias em ocupações no período. Isso nos leva a pensar em várias possíveis causas: Uma delas é a de que uma parte das ocupações são frustradas pela ação do Estado ou dos latifundiários, outra pode ter relação com a demora na regularização das terras em favor dos ocupantes. Esses obstáculos podem levar ao esvaziamento da luta⁵⁰, pois, há um limite para a violência e para o descaso que as famílias podem suportar.

Várias vidas foram perdidas em solo paranaense, vários despejos brutais foram realizados pela atuação do Estado, inúmeras pessoas sofreram com ameaças, tentativas de assassinato, coações e humilhações pelas mãos dos latifundiários e suas milícias particulares, e a luta, que se configurava a princípio pela reforma agrária, também era luta pelo direito ao

⁵⁰ Isso pode ser observado no contexto dos acampamentos do MST em Bituruna e General Carneiro, que analisaremos mais adiante. Algumas famílias acabaram desistindo da luta em razão da violência, das coações ou mesmo porque perderam a esperança diante da demora do INCRA em regularizar os terrenos.

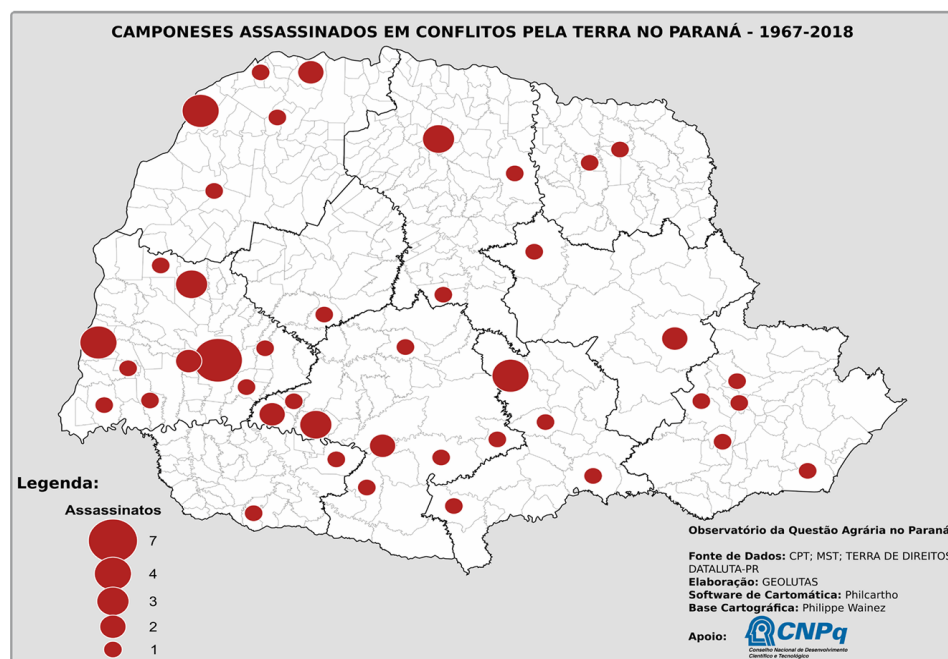
trabalho, à educação, alimentação, à assistência técnica e social e, principalmente, à dignidade. O gráfico e o mapa a seguir nos mostram em números a proporção dessa violência:

Figura 4 - Gráfico do número de assassinatos em conflitos no campo paranaense (1967-2019)



Fonte: DATALUTA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, julho de 2019, número 139, p. 4.

Figura 5 - Mapa dos camponeses assassinados nos conflitos pela terra no Paraná (1967-2018)



Fonte: OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção. - ePUB. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021, p.60

Como já citamos, o CPT foi um importante aliado das populações camponesas na construção da luta contra a violência do latifúndio. De acordo com Villalobos e Rossato, o início da atuação da CPT no Paraná se deu em dois momentos principais, o primeiro em 1978, na organização do movimento dos agricultores expropriados pela construção da hidrelétrica de Itaipu, e em um segundo momento, entre 1980 e 1982, na criação e articulação do Movimento Terra e Justiça e do MASTRO. A CPT também quantifica os dados de violência no Paraná a partir de 1985, coletamos os dados sobre “violência contra a pessoa” colhidos pela pastoral no estado e os expomos na tabela à seguir:

Tabela 7 - Violência contra a pessoa (1985-2004) – Paraná

Quinquênio	1985 1989	1990 1994	1995 1999	2000 2004	Total
Assassinatos	15	14	14	8	51
Tentativas de assassinato	7	23	30	19	79
Ameaças	25	27	34	12	98
Lesões corporais, agressões.	1524	1536	154	183	3397
Sequestro	2	20			22
Tortura	14	99	3	1	117
Prisões ilegais	43	71	257	233	604
Terrorismo		3625			3625

Fonte: Relatórios do acervo Conflitos no Campo Brasil (1985-1989) da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>

No Paraná, em 1985 foram registradas 3 fraudes em eleições sindicais, em 1986 foram registrados 2 casos de invasão de área indígena, 2 casos denominados como “Maquiagem doc. desaparecidos” e 4 casos de processo e intimidação.

As páginas que se seguem contarão um pouco da história da luta pela terra no Sudeste paranaense, lugar que, por algum tempo passou despercebido no meio de tantas lutas pela terra no Paraná, mas que também foi pioneiro na atuação e na formação do movimento no estado, resgatar a história dos assentamentos em Bituruna é também restabelecer o lugar na história de um povo que tanto lutou e resistiu contra o latifúndio e contra a espoliação de terras.

2.1 A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARANÁ

A formação econômica das cidades Bituruna e General Carneiro, localizadas no Sudeste do Paraná, tem sua base voltada principalmente para o ramo madeireiro. Em um primeiro momento, a partir da década de 1920, com a extração e o beneficiamento de madeira nativa, em especial da araucária (*Araucaria angustifolia*), e hoje, com a prática de silvicultura, principalmente do plantio de pinus e eucalipto destinados ao beneficiamento para a exportação. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho e Eunice Nodari explicam o nascimento dessa atividade na região:

Paralelamente a colonização europeia e as atividades agropecuárias daí resultantes, a indústria madeireira foi um dos fatores primordiais para a devastação da floresta de araucária ao longo do século XX. Até a década de 1910, a indústria madeireira tanto no Médio Vale do Iguaçu como em outros locais tinha uma característica mais artesanal, voltada para as necessidades locais das pequenas vilas que existiam no planalto sul-brasileiro daquela época. Mas com a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, a chegada da companhia Lumber e o aumento da demanda por madeira em outras regiões do país e no exterior, a indústria madeireira passou a ter um caráter de empresa capitalista voltada para atender as necessidades do mercado da madeira.⁵¹

De acordo com Cassol e Moraes⁵², a ocupação do território paranaense foi altamente dinâmica. Entre as décadas de 1940 e 1970, registrou-se um crescimento demográfico exponencial, com taxas que chegaram a 7,42% ao ano. A partir da década de 1970 até os anos 2000, no entanto, houve um declínio populacional, marcado pelo êxodo rural e pelo que os autores denominam “esgotamento de terras”, resultante da modernização e da mecanização da agricultura⁵³

⁵¹ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. NODARI, Eunice Sueli. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Média Vale do Iguaçu (1884-1920). Cadernos do CEOM (Unochapecó), v. 21, p. 63-82, 2009 p.63.

⁵² CASSOL, Henrique Luis Godinho; MORAES, Elisabete Caria. Recorte municipal do Sudeste e Sudoeste Paranaense: relação entre os fatores sociais e econômicos com o desflorestamento na Floresta Ombrófila Mista. *Revista Espinhaço*, v. 3, n. 1, p. 43-61, 2014.

⁵³ CASSOL; MORAES. 2014, p. 43, apud. MONDARDO, 2011.

Os autores destacam que o programa do Estado Novo (1937–1945), voltado para o avanço da fronteira agrícola em direção ao Oeste, promoveu a conversão de áreas de floresta em áreas agrícolas. Contudo, foi a exploração comercial da madeira que acelerou significativamente o processo de desmatamento. Os dados reunidos por Cassol e Moraes mostram que, entre as décadas de 1940 e 1960, a extração do pinheiro-araucária liderava as exportações do estado⁵⁴. Apesar da existência de dispositivos legais que exigiam a manutenção de 10% de reservas florestais nas propriedades, o desmatamento avançou em ritmo acelerado, impulsionado pela ausência de fiscalização e pela constante subdivisão de terras por herança, utilizada como estratégia para burlar a legislação ambiental e reduzir as áreas de preservação. Ainda segundo os autores, a década de 1970 no Paraná foi marcada pela chamada “revolução agrícola”, cujo foco principal foi a mecanização e a limpeza de áreas florestais, visando à viabilização econômica da produção agropecuária.

Os autores nos mostram que, a perda da cobertura florestal, ainda visível décadas depois, é expressiva na região Sudeste do Paraná. Em 2000, havia 303.633 hectares de floresta natural, mas em 2010 esse número caiu para 289.648 hectares — uma redução de 13.984 ha. A variação entre os municípios é significativa: Guamiranga apresentava apenas 7,62% de cobertura, enquanto União da Vitória alcançava 30,33%. Os municípios que mais contribuíram para essa perda florestal foram Prudentópolis (8.458 ha), Bituruna (4.235 ha) e General Carneiro (2.495 ha). Além disso, observa-se uma forte correlação entre os maiores índices de perda florestal e a presença de importantes indústrias madeireiras. Municípios como Bituruna, General Carneiro, Imbituva e União da Vitória — os mesmos que concentram os maiores remanescentes de floresta com Araucária — também estão entre os principais polos industriais do setor madeireiro na região. Tal concentração levanta duas hipóteses: ou as áreas de floresta ombrófila mista exploráveis foram contabilizadas como remanescentes florestais nas estimativas do SOS Mata Atlântica, ou essas indústrias operam com madeira proveniente de desmatamento, seja de forma legal ou ilegal.

A atuação dos latifundiários da madeira é tão autocrática que chega até mesmo perpetuar antigas formas de exploração do trabalho, de acordo com Silas Rafael da Fonseca⁵⁵, o trabalho análogo a escravidão é muito comum na região Sudeste do Paraná, e o ramo madeireiro desponta como a atividade econômica que mais pratica esse tipo de crime. Os dados colhidos pelo autor revelam que só na atividade de silvicultura no Paraná entre os anos de 2005

⁵⁴ CASSOL; MORAES. 2014, p. 43, apud. PIRES, 2003.

⁵⁵ FONSECA, Silas Rafael. Latifúndio (im)produtivo e impasses à recriação camponesa no sudeste paranaense. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Londrina, 2019.

a 2018 foram registrados 569 casos de trabalho análogo a escravidão. A cidade de Bituruna apresenta números alarmantes, nesse mesmo período analisado pelo autor foram registrados 50 casos. Tudo isso nos mostra o quanto os latifundiários da madeira estavam dispostos a transpor a lei em defesa de seu monopólio das terras e do trabalho. Isso nos faz evocar a Quijano para explicar tamanha recorrência dos casos, em sua análise, “o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada”⁵⁶, ainda, Quijano nos mostra que isso que o autor chama de “nova tecnologia” de dominação/exploração articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada. Tal naturalização da violência e da exploração do trabalho no município, todavia, se deu por conta do uso de artifícios políticos e econômicos pela elite madeireira, para Fernandes no campo brasileiro dito “moderno” o capital é rebatizado como agronegócio e age de forma a se “apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõem.”⁵⁷

Esse processo iniciado pela Lumber alterou profundamente a relação das populações locais com o meio ambiente e com o modo de produção agrícola, e acabou por formar grupos empresariais constituídos principalmente de imigrantes europeus e seus descendentes. Dentre esses grupos está o da família Zattar, que adquiriu grandes porções de terra nos municípios de General Carneiro, Bituruna e Pinhão, e se dedicou ao extrativismo de madeira e erva mate.

A antropóloga Dibe Ayoub nos traz um importante retrospecto histórico da ascensão do grupo Zattar no município de Pinhão, isso se faz importante para entender como agia o grupo em relação às populações locais nas terras espoliadas por eles, e como reproduziram essas práticas de violência nos municípios de Bituruna e General Carneiro. De acordo com Ayoub, as atividades extrativistas do grupo Zattar iniciaram-se na década de 1940, no Pinhão, no período de inserção da região no comércio madeireiro do Paraná, no final dessa década, João José Zattar e família estabeleceram ali a primeira serraria, além de casas para seus empregados, armazéns, farmácia, um clube, uma igreja, e uma escola. Na região viviam posseiros, alguns viviam em fazendas nas quais a propriedade só existia no papel, mas a maioria se estabelecia em comunidades do sistema faxinal, e faziam uso coletivo da terra e do meio ambiente. A partir desse pequeno reduto, que ficou conhecido como Zattarlândia, a família passou a adquirir terras

⁵⁶ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p.109.

⁵⁷ FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. *Revista Brasileira de Reforma Agrária*, São Paulo, 2007. v.4, n.2., jul/dez. 2007. p. 86.

de forma ilícita, a partir de contratos fraudulentos e coação, conforme nos conta o relato da antropóloga Dibe Ayoub:

As pessoas que vivem o conflito de terras, ou que não sofreram diretamente as intervenções da empresa sobre suas terras mas relembram episódios do conflito, chamam esses homens de armas de guardas, jagunços e pistoleiros. Uma das tarefas deles era levar contratos para as famílias que viviam nas áreas que a empresa havia adquirido ou almejava, e convencer esses moradores a reconhecerem que o Zattar era agora o dono dos seus terrenos. Chamados também de comodatos, ou de contratos de arrendamento, esses papéis eram um modo de a empresa firmar acordos com quem vivia nas terras que adquiriu. Ao assinarem os contratos, as pessoas reconheciam a propriedade do Zattar sobre as áreas que habitavam e onde desenvolviam suas atividades produtivas, tornando-se moradores da empresa. Além disso, elas ficavam sujeitas à vigilância dos guardas, jagunços e pistoleiros, que deveriam garantir que os moradores cumprissem com os termos dos contratos. Segundo tais termos, os moradores não poderiam mais tirar madeira, erva-mate, pinhão ou qualquer outro material vegetal das áreas que habitavam, e só poderiam fazer lavoura quando tivessem permissão para tanto. Sobre as lavouras, era cobrado um arrendo de trinta por cento. Os antigos posseiros que se recusaram a assinar os contratos, ou a obedecer seus termos, tornaram-se perseguidos pelos jagunços.⁵⁸

No fim da década de 1980, os conflitos por terra entre os faxinalenses e a empresa Zattar se intensificaram, a empresa chegou a constituir em 1994 uma milícia particular com mais de 40 homens fortemente armados sob o pretexto de se defender contra o roubo de erva-mate e madeira. Em 1990 a madeireira do grupo Zattar decretou falência e encerrou as atividades em Pinhão, mas as perseguições da Zattar a posseiros em suas terras não cessaram, pelo contrário, se intensificaram.

Um episódio brutal envolvendo a milícia da Zattar ocorreu na Serra da Cabra, no Faxinal do Céu, município de Pinhão (divisa norte com Bituruna) onde uma menina de dois anos morreu carbonizada em casa enquanto os pais (posseiros) trabalhavam na roça. Segundo o CPT⁵⁹, a hipótese de fogo accidental é descartada visto a velocidade com que as chamas tomaram conta da casa, e inclusive, segundo relatos de posseiros, viaturas da empresa Zattar rondavam a região no momento do incêndio.⁶⁰

Na medida em que a violência promovida pela Zattar se intensificava, a organização da luta dos posseiros contra a violência e contra os abusos cometidos pela empresa também se

⁵⁸ AYOUB, Dibe. Entre jagunços e valentes: família, terra e violência no interior do Paraná. 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, p. 20-21. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000842240>.

⁵⁹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflito no campo - Brasil 1994. Secretaria Nacional da CPT. Goiânia: 1995.

⁶⁰ Esse e outros episódios trágicos envolvendo a Zattar no Pinhão são retratados na tese de doutorado “Entre jagunços e valentes: família, terra e violência no interior do Paraná” 2016, da autora Dibe Salua Ayoub.

crecia, em 1987 camponeses e camponesas criaram a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), e em 1991/1992 o Movimento de Posseiros de Pinhão.

Além dos Zattar, outras famílias do ramo da madeira também estabeleceram latifúndios na cidade de Bituruna, é o caso das Indústrias J. Bettega SA, fundada por João Bettega em 1896 na Colônia Nova Tyrol, Município de Piraquara, Paraná, lá desenvolveu suas atividades até 1912. Transferiu-se depois para a Fazenda Rio Grande, então Município de São José dos Pinhais, como João Bettega & Filhos. Na década de 1940 estabeleceram pontos de extração e beneficiamento de madeira em Bituruna, e em 1966 fundaram a madeireira no município. A maneira como os Bettega conseguiram extensas áreas de terra no município é conhecida pela população mais velha, se ouvem relatos de assassinatos, torturas, coações, e expulsões além da grilagem das terras, o relato do entrevistado a seguir nos traz uma ideia de como pode ter sido essas práticas e como os latifundiários agiam no município:

Entrevistado 5⁶¹: A firma (J. Bettega), a firma pra começar.. Eu conheci companheiro que ajudou a tirar as famílias de dentro dessa área de terra, é... “consumir” com a família de chegar fogo nas casas, foi assim que a firma conquistou esse terrenão aqui Silas: Ela já tinha expulsado as pessoas já?

Entrevistado 5: Já tinha morador, não tanto como hoje, ali embaixo era uma moradia ali, que dizem aqui como é que dizem, do.. conhecido aqui por o ponto do café, dicerto o cara que tentou plantar algum pé de café deram o nome de ponto do café, daí ali onde mora o pai dele era outro morador que tinha , mais pra frente onde mora o (nome do morador atual) tinha outro morador. Então eles chegavam, vamos supor, vamos dizer que o senhor tá ocupando ali onde tá o (nome do morador) e eu aqui, eles chegavam assim, mandado da firma, e diziam: “se você for vender aqui o teus direito que você tem aqui, quanto que você quer?” Vamos supor que fosse pra mim hoje, eu pedia, digo, “não, eu quero cem mil”, o cara dizia, “não, deixa eu conversar com quem mandou eu aqui” ia lá, conversava mandava de volta, “chegue os 50 pra ele, se ele quiser os 50 (mil) ele que tire o que puder levar por que eu to comprando a fazenda inteira”, o senhor saia, perdia a metade do que o senhor tinha feito mas o senhor saia, e o que não quis sair eles as vezes conseguiam, tiravam a família, como lá na beira da estrada grande, de lá fosse pra onde fosse, mas dentro da área não podia voltar, se teimasse voltar eles matavam. E daí quando só o senhor saia, saia dali que o senhor, que levaram o senhor pra lá, aí eles vinham aqui e tacaram fogo no rancho do senhor, tudo que o senhor tinha ali pro senhor não voltar de novo, e se o senhor birrasse em não sair e não quisesse negociar, ele mandava o pistoleiro vim e matar o senhor, matava o senhor, daí a muié com os filho ficavam.

Silas: Foi assim que eles foram ganhando essas terras?

Entrevistado 5: Assim que eles ganharam, porque ainda existe companheiro, lugar de açude, lugar daqueles tronco que ficou de tarumã, da grossura dessa lavadora ali, de tarumã, que é o eixo onde trabalha o monjolo. (...) a firma invadiu, tirou as pessoas, matou, comprou, saiu do jeito que saiu, mas que a firma ficou com a área ficou...12 mil alqueire...aí o que que aconteceu, desses 12 mil alqueire é...eles tinham uma rinha, do véio falecido Bernardo Stam com essa firma Zattar né, que eles sempre..daí

⁶¹ Agricultor, 70 anos de idade, reside com a esposa, filho, nora e dois netos no Assentamento 12 de Abril. Cultivam batata doce, mandioca, leite e criam gado na propriedade de aproximadamente 18,8 hectares. 55% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote. Ver Anexo A.

lá ficou pra Zattar e pra cá ficou pra esse véio Bernardo Stam, só que ele não, acho que antes de terminar o desafio deles o véio morreu.

Silas: Quando que isso acontece, em que período mais ou menos que a empresa chega e vai retirando as pessoas? Tem algum relato de tempo, do ano?

Entrevistado 5: Isso ali meu companheiro, olha é pra fazer mais de 100 anos, por que esse véio, que era meu compadre ele morreu com 92 ano e diz ele que, ele tava com trinta e poucos ano, já ele trabalhava de pistoleiro do Bettega.

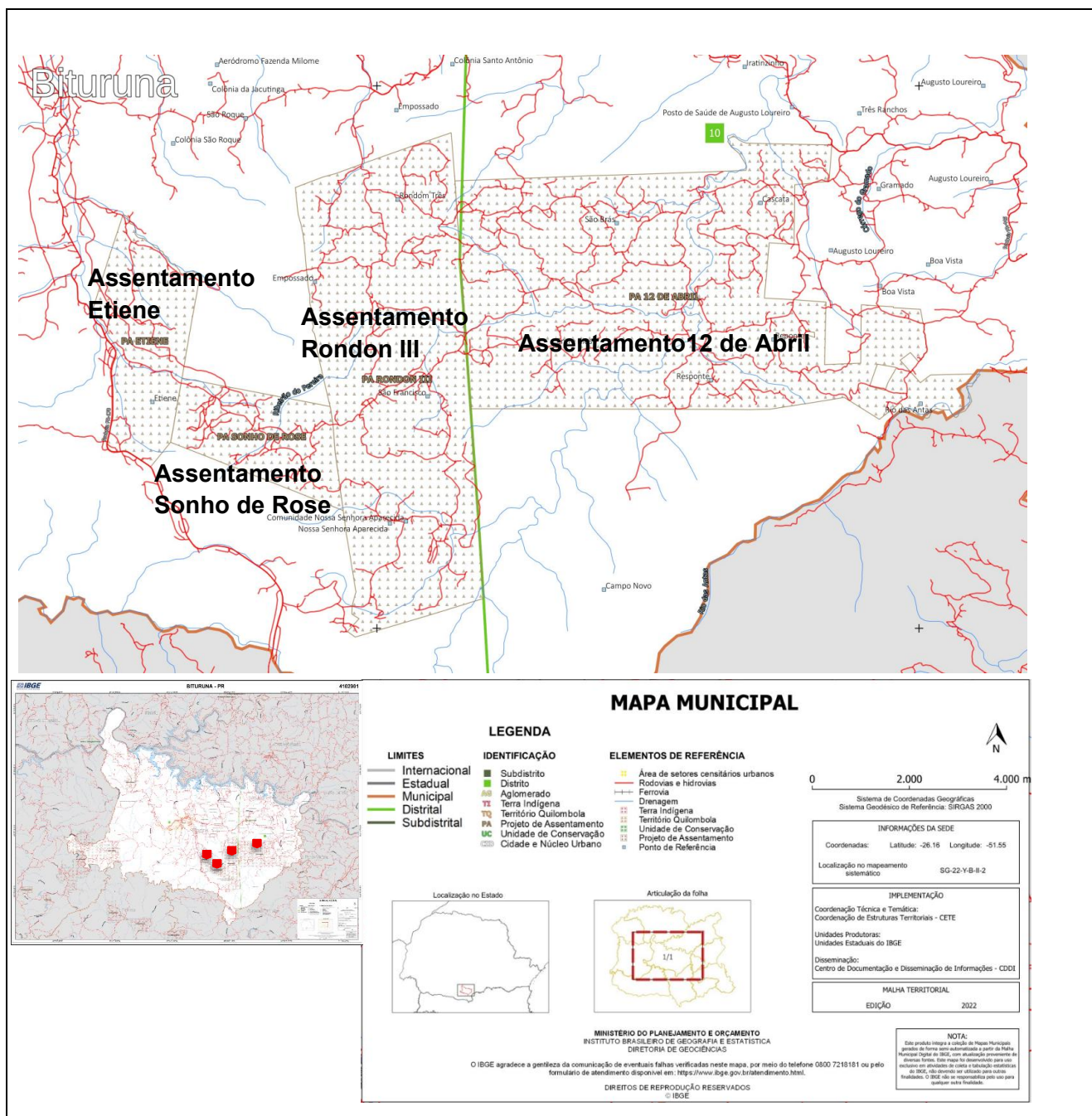
Nos anos seguintes ao da formalização do MST, as populações camponesas da região sudeste do Paraná prepararam uma reação ao avanço e ao controle do latifúndio madeireiro sobre as terras, foram várias ocupações de terra seguidas de intensos conflitos com as forças de segurança do Estado e com as milícias particulares.

Para se ter uma ideia da proporção da concentração de terras na região apresentamos os dados colhidos por Fonseca⁶² em 2014, que mostra que em Bituruna 14 propriedades, que representam apenas 0,70% dos imóveis rurais do município, ocupam 28,4% da área agropecuária total. Em General Carneiro, essa proporção também é aparente: 24 propriedades rurais, que representam 2,5% do total de imóveis rurais, detém 45% da área total do município.

No dia 4 de agosto de 1988, em Bituruna, cerca de 140 famílias ocuparam os 5.800 hectares da Fazenda João Bettega pertencente às Indústrias Bettega SA, a ocupação foi frustrada por uma reintegração de posse violenta articulada por políticos locais e pelo governo do estado, a fazenda só voltou a ser ocupada em 1997, por cerca de 350 famílias. Em abril e junho de 1989, também em Bituruna, cerca de 180 famílias ocuparam as fazendas Rondon III e Etienne do grupo Zattar, perfazendo aproximadamente 5 mil hectares de área ocupada.

⁶² Ibidem, 2019, p.166.

Figura 6 - Mapa da disposição dos assentamentos no município de Bituruna



Fonte: Produção a partir de: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas Municipais: Bituruna – PR:

Coleção de Mapas Municipais 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/PR/bituruna/A0_4102901_MM.pdf

Um dos líderes do movimento conta como era a disposição das terras no município de Bituruna:

Entrevistado 3⁶³: “A história do município um pouco aqui ele é relacionado a madeira, no início né? As grandes áreas né? Os grandes proprietários da madeira né? E como as terras foram ficando sem (inaudível) e também dando desemprego no município por causa que a madeira foi acabando e o pessoal foi ficando sem força de trabalho, como era muito concentrada tinha muita gente sem terra aqui dentro do município”

Por mais que o monopólio madeireiro tenha reduzido consideravelmente seu tamanho, devido às pressões e à consolidação dos assentamentos rurais, esse grupo econômico ainda concentra a maior parte da área rural dos municípios. Segundo Silas Rafael da Fonseca, em sua tese de doutorado, em 2018, as cidades da microrregião de União da Vitória, concentravam 40,6% da área plantada de pinus e eucalipto do Sudeste do Paraná, com destaque para as cidades de Bituruna com 23.000 hectares, e General Carneiro com 26.500 hectares plantados⁶⁴

Nesse contexto, o movimento de reforma agrária popular entra em cena, as reivindicações cruzavam caminho com os anseios dos latifundiários, que reagiram das formas mais brutais possíveis, mas essa era uma cerca que os trabalhadores estavam dispostos a transpor em busca de terra e dignidade.

2.2 ASSENTAMENTO 12 DE ABRIL (BITURUNA)

A ocupação da fazenda J. Bettega na cidade de Bituruna fora a primeira experiência da região Sudeste do Paraná, sua articulação se deu em torno da organização dos sindicatos com o apoio do CPT e da Igreja, integrantes do MST vieram de outras ocupações do estado no intuito de organizar os trabalhadores e formar bases de militância na região, o entrevistado 3⁶⁵ conta como o processo de luta se formou no município:

Entrevistado 3: “Teve aquela fase de formação de sindicatos né? E essa região a gente principalmente teve um trabalho muito grande com o pessoal da CPT né? E o movimento também começou (inaudível) algumas coisa sair fazendo trabalho, e a gente conheceu o pessoal da CPT, conheceu o pessoal do movimento. Também veio a questão dos.. da igreja né, muito forte aquela vez também em termos de fundação de sindicato, ajudar o pessoal a fundar os sindicatos, incentivar o pessoal né?. Eu comecei a participar dessas organizações e uma coisa vai puxando a outra né? Nos chamaram e saíram dali com aquela missão de continuar organizado, né? (...) Começamos a organizar o sindicato em 1985, fundamo em 1986, e começamo a organizar o pessoal que necessitava de terra, né?”

⁶³ Residente no Assentamento Rondon com a esposa, filho, nora e neto. Foi líder da primeira ocupação no município de Bituruna no ano de 1988. Hoje produzem feijão, milho, mandioca, erva-mate, uva e criam peixe, carneiro e gado bovino na propriedade de aproximadamente 37 hectares. 70% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote. Ver Anexo A.

⁶⁴ Ibidem, 2019, p. 37.

⁶⁵ Ver Anexo A.

Durante esses dois anos até a primeira ocupação foram organizadas reuniões voltadas para a discussão sobre a reforma agrária no município e para o recrutamento de famílias. O relato trazido por um entrevistado da autora Jeane Aparecida Soares da Silva revela que os latifundiários e políticos locais já previam ocupações e agiram na tentativa de desarticular o movimento:

Em 1987, iniciado o trabalho de base para fazer a primeira ocupação de terra no município, foram realizadas várias reuniões, na época tinha que ser escondidas, pois, quem falava no assunto era perseguido pelos pistoleiros contratados pelos fazendeiros ou então, preso pela polícia por formação de quadrilha.⁶⁶

Em agosto de 1988, no acampamento onde hoje se localiza o Assentamento 12 de Abril, os acampados foram vítimas de uma cilada preparada pelos policiais, que pediram que entregassem suas ferramentas de trabalho, crédulos de que isso evitaria um despejo os trabalhadores assim fizeram, dois dias depois foi mobilizado um contingente de cerca de 100 policiais para a desocupação, foi um verdadeiro massacre, de acordo com Schwendler e Gehrke, trabalhadores foram espancados, crianças fugiram para a mata e ficaram perdidas, o prefeito na época (Valdir Rossoni) ridicularizou os trabalhadores machucados atirando bananas, um verdadeiro caos⁶⁷. Conta o entrevistado 3 como se deu o episódio:

Entrevistado 3: “Daí em 88 a gente ocupou uma área aí, é...inclusive sofremos um despejo assim bem violento, né? Foi no tempo do Álvaro Dias lá né, ocupamo numa sexta à noite, e, posamos uma noite, ocupamo numa quinta, passamo sexta e no sábado fomos despejados já, nos távamos numas duzentas famílias mais ou menos, 180 policial pra despejar né? e aí foi bastante violento né, saiu gente machucada, mulher chegou a abortar criança aquela vez, uns se extraviaram no mato, uns saíram preso né? inclusive pessoas de menor, uns dois saíram machucados, assim, uns cortes na cabeça, coronhada essas coisa... foi uma repressão praticamente política né, do governador com o prefeito aqui, e apoio dos madeireiro, por que os madeireiro eram muito contra, eles tinham medo né que acontecesse a reforma agrária na região por que as terras estavam mudando, e sem utilidade nenhuma, aí ficamo, tivemos despejo não desistimo né, nós tinha o terreno do sindicato que era um terreno alugado, um litro de chão mais ou menos, a gente formamo acampamento ali, no sindicato, que ninguém podia despejar nos, e foi uma fase assim de uma experiência muito boa, ficou muita família acampada né, o resto do pessoal se dispersou, foram pra casa, não

⁶⁶ SILVA, Jeane Aparecida Soares da. A luta pela terra em Bituruna no Estado do Paraná e a construção da Reforma Agrária Popular. Trabalho de conclusão Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira através dos seus pensadores. Universidade Federal do Paraná, 2019, p. 10. Retirado de: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69449/JEANE%20APARECIDA%20SOARES%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 30 de janeiro de 2023.

⁶⁷ SCHWENDLER, Sônia Fátima. VARGAS, Maria Cristina. Escrevendo nossa luta, nossa história. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003, p. 34.

quiseram ficar, houve muito trabalho político, pessoas ganhando cesta básica pra ir embora, outros davam emprego na fábrica dele pra tirar o cara, então teve assim muita política no meio né”

O relato de outro entrevistado reforça a visão que os acampados tinham sobre atuação política do ex-prefeito Valdir Rossoni:

Entrevistadora 2: Outra coisa, o Rossoni, ele é uma liderança política do município a uns par de anos já né? O que ele contribuiu para os assentamentos?

Entrevistado 6⁶⁸: O Rossoni para os assentamento ele não contribuiu com nada, na verdade ele nem gosta dos assentado (risos),

Entrevistado 6: O assentamento onde tá o Rondon ali, na época que eles entraram nos mato pra iniciar esse assentamento, o Valdir (Rossoni) era prefeito na época, ele mandou a polícia chegar e debulhar o cacete na turma.

Além da violência direta contra os acampados, havia ainda o descaso na assistência médica, o entrevistado 14⁶⁹ conta que perdeu uma filha no acampamento:

Entrevistador 1: O senhor viveu debaixo do barraco?

Entrevistado 14: três ano, três ano embaixo de um barraco aí, coberto de..de..de plástico e esteira de taquara, pau a pique, quando chovia corria água por baixo do barraco.

Entrevistado 14: Não foi fácil gente do céu, tive problema com uma filha minha, (inaudível) no coração, e ela morreu aqui, no mato, embaixo de um plástico, foi sofrido né, depois ficou... criemo três netinho.

Os assentados também sofreram preconceito por parte da população local:

Entrevistada 1⁷⁰: “Ficamo aqui, aqui é só 24 familia né? e fomo resistindo, resistindo, até que a gente conseguiu, mas antes disso olha! Teve muita luta, perseguição né, e... perseguição política, questão assim que o sem-terra ia na cidade não era gente né? Era uma exclusão, a gente embarcava no ônibus falavam que “fedida sem-terra”, sem-terra não sei o que, era excluído de tudo né, então a gente sofreu muito preconceito, e tamo aí hoje né”

⁶⁸ Agricultor, 70 anos de idade, reside com a esposa no Assentamento 12 de Abril. Cultivam feijão, arroz, milho, verduras, batata-doce, arroz e mel na propriedade de aproximadamente 17,6 hectares.

⁶⁹ Agricultor, 70 anos de idade, reside com a esposa, filha e duas netas no Assentamento 12 de Abril. Cultivam milho, feijão, uva, mandioca, batata-doce, mandioca, soja na propriedade de aproximadamente 19,8 hectares. 80% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote. Ver Anexo A.

⁷⁰ Agricultora, 62 anos de idade, reside com o filho, a nora e uma neta no Assentamento Etiene. Cultivam uva, batata-doce, verduras, mandioca, frutas, erva-mate, frangos e pinus na propriedade de aproximadamente 36,3 hectares. 80% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.

De acordo com o relatório do CPT⁷¹, o INCRA já havia vistoriado a fazenda e emitido dois pareceres favoráveis a desapropriação, e que, os policiais militares que estavam acampados ali a dias, tramando o massacre, agiram sem um mandado judicial de reintegração de posse em favor da J.Bettega, além disso, de acordo com o relatório, os policiais retiraram as identificações de suas fardas. Pouca coisa restou depois da falsa reintegração, barracas foram queimadas, os pertences dos acampados foram destruídos, aproximadamente 100 pessoas ficaram feridas e 14 foram presas. Notadamente, a ação foi articulada com as forças políticas municipais e estaduais pois, de acordo com o relatório, a UDR enviou telegramas ao governador Álvaro Dias parabenizando-o pelo despejo.

De acordo com Schwendler e Vargas⁷², depois do brutal despejo as famílias foram divididas e levadas de caminhão para seus locais de origem, muitas delas concordaram em voltar por terem sido cooptadas pelo prefeito Valdir Rossoni. Apenas um grupo de 28 famílias resistiu a montou acampamento no terreno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A fazenda J.Bettega só voltou a ser ocupada no dia 12 de abril de 1997, inicialmente por um grupo de 15 pessoas, que em dois meses se tornou um grupo de 350 famílias. Segundo as autoras, por conta da demora da regularização do assentamento por parte do INCRA, várias famílias desistiram da ocupação, devido ao frio e a escassez de alimentos, no final do processo, cerca de 210 famílias foram assentadas, e foram desapropriados cerca de 5800 hectares dos 9800 hectares da fazenda.

Rossoni e o ódio contra os movimentos de luta pela terra

Como se nota, fora constante a atuação do ex-prefeito no sentido de reprimir os acampamentos em Bituruna, visto que, eles ameaçavam o poder e o patrimônio do latifúndio madeireiro, do qual, Rossoni começara a fazer parte na década de 1980, nesse sentido, houve uma articulação entre a classe política e econômica local - que na maior parte das vezes foram os mesmos indivíduos - para mobilizar a opinião pública contra o movimento, como pudemos notar nos relatos dos ex-acampados.

A atuação do ex-prefeito Valdir Rossoni contra os movimentos populares não cessou nos casos dos acampamentos em Bituruna, ao longo dos anos, Rossoni conquistou ainda mais poder político no Paraná, entre os anos de 1991 e 2015 foi deputado estadual, sendo presidente

⁷¹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflito no campo - Brasil 1988. Secretaria Nacional da CPT. Goiânia: 1989, p. 39.

⁷² Ibidem, p.35.

da ALEP no período de 2011 e 2015, assumiu também como deputado federal em dois momentos, no primeiro entre fevereiro de 2015 e março de 2016, e no segundo entre abril de 2021 e junho de 2022. Entre 2016 e 2018 foi Chefe da Casa Civil do Paraná, nesse período protagonizou diversos ataques contra movimentos populares, e promoveu a articulação entre o Estado e os latifundiários contra as ocupações de terra.

Um caso conhecido é o da “Operação Castra”, que deflagrou, em 2016, mandados de prisão contra integrantes do MST nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, a operação tinha o intuito de desarticular uma suposta organização criminosa dentro do movimento, para isso fora utilizado o princípio da Lei de Organizações Criminosas (12.850/2013), instrumento jurídico que na época era muito utilizado para reprimir manifestações e ocupações. De acordo com o consultor jurídico da organização Terra de Direitos, Fernando Prioste: “O MST sempre foi criminalizado. No passado, eles usavam a acusação de formação de quadrilha, por exemplo”⁷³. No Paraná, a Operação Castra se concentrou nas ocupações localizadas na região de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, região onde se localizam as terras da madeireira Araupel.

O conflito entre a Araupel e o MST é conhecido na região, de acordo com a Terra de Direitos⁷⁴, em janeiro de 1997, os trabalhadores Vanderlei das Neves, 16 anos, e José Alves dos Santos, 34 anos, foram mortos por dois seguranças da madeireira Giacomet Marodin, atual Araupel. Em depoimento na época, a empresa alegou que os trabalhadores entraram em confronto com os seguranças, contudo, os laudos atestam que os trabalhadores foram baleados de cima para baixo, a curta distância, indicando execução. De acordo com o CPT, os tiros à queima-roupa contra Vanderlei foram tantos que o corpo do adolescente ficou todo mutilado⁷⁵, conta a nota do Terra de Direitos que:

No local foram encontradas munições calibre 12, 22, 357 e de fuzil 762. Vanderlei chegou a levar um tiro na mão, o que indica que pode ter tentado se proteger dos disparos. O caso foi a julgamento só 13 anos depois, após oito adiamentos do júri. Os seguranças foram absolvidos, pois os jurados entenderam não haver provas suficientes para condená-los.⁷⁶

⁷³ BARROS, Ciro. Crime ou conflito?. 2017. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/terra-de-direitos-na-midia/crime-ou-conflito/22498>

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflito no campo - Brasil 1988. Secretaria Nacional da CPT. Goiânia: 1997, p.66.

⁷⁶ Idem.

A atuação de Valdir Rossoni, Chefe da Casa Civil na época, se deu no sentido de articular as reuniões entre o delegado que estava à frente da operação e o empresário Tarso Giacomet, diretor da Araupel. A foto a seguir, reproduzida na notícia da Terra de Direitos, comprova o encontro entre os envolvidos:

Figura 7 - Foto: Da esquerda para a direita: o deputado estadual Paulo Litro (PSDB-PR); Adriano Chohfi, delegado da Operação Castra; o chefe da Casa Civil paranaense Valdir Rossoni e Tarso Giacomet, diretor da Araupel



Fonte: Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/terra-de-direitos-na-midia/crime-ou-conflito/22498#>

Para Carrano, do Jornal Brasil de Fato:

Uma das análises dos movimentos populares aponta que Rossoni apresenta um perfil ligado aos ramos atrasados do agronegócio do Paraná. “Ele representa os setores mais atrasados, arcaicos e violentos, os setores madeireiros, extrativistas, que são ligados ao mando, à oligarquia, ao coronelismo. Ele implementou esse método quando foi prefeito em Bituruna, e vem perseguindo os movimentos populares”, analisa integrante da coordenação do MST do Paraná, que prefere não se identificar. Rossoni iniciou sua trajetória nos anos 1980, conjugando a política e o agronegócio na pequena cidade de Bituruna, região sul do estado.⁷⁷

Ainda de acordo com o jornal, em 2014, como deputado, engajou-se no sério conflito dos indígenas da região de Guaíra, na fronteira com o Paraguai, chamando a Fundação Nacional

⁷⁷ CARRANO, Pedro. À frente da Casa Civil, Rossoni acirra relação com movimentos populares no Paraná. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/21/a-frente-da-casa-civil-rossoni-acirra-relacao-com-movimentos-populares-no-parana> acesso em 04 mai. 2023.

do Índio (Funai) de terrorista devido à postura do escritório regional na busca de regularização das terras originárias dos povos guarani. Rossoni chegou a acusar publicamente a FUNAI: “Estão treinando pessoas do Paraguai para dizer que são índios e ocupar essas terras”.⁷⁸

Outro episódio noticiado pelo Brasil de Fato envolvendo Rossoni, ocorreu em 2016 no acampamento no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, em Capanema, região sudoeste do estado. As famílias atingidas pela usina pediam reassentamento, e mesmo com as negociações abertas entre o MAB e o governo do estado as famílias sofreram diversas ameaças e tentativas de reintegração com uso de violência. O MAB apontava a Casa Civil, que tinha Rossoni como chefe na época, responsável por dificultar e atrasar as negociações: “As negociações vieram para Curitiba, o que a princípio era bom. Porém, o processo não avançou e o que acabou avançando foi a criminalização, interditos proibitórios, uso desproporcional da força policial, truculência e identificação de lideranças”⁷⁹

Tais episódios reforçam a postura de Rossoni em relação aos movimentos sociais de luta pela terra, desde 1986, Rossoni adotou uma maneira violenta de lidar com essas reivindicações, e na medida em que dispunha de mais poder político mais intensificava os meios de reprimir os movimentos de luta, na maioria das vezes em favor de latifundiários e grandes corporações. Rossoni foi o retrato da *realpolitik* dos governos neoliberais paranaenses.

2.3 ASSENTAMENTO RONDON III (BITURUNA)

O despejo dos trabalhadores da Fazenda J. Bettega resultou em outras duas ocupações no ano seguinte. No dia 23 de abril de 1989, aproximadamente 26 famílias do município de Bituruna, que estavam acampadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ocuparam a Fazenda Rondon III. No dia seguinte, chegaram 26 famílias do município de Cantagalo e, nos meses posteriores, mais 60 famílias do município de Renascença. Algumas já estavam acampadas nas Fazendas Anoni e Jacireta, na região Sudoeste do estado. A chegada de famílias continuou até estarem reunidas em torno de 140 famílias.

O acampamento se organizou em seis grupos. Durante o acampamento, as famílias passaram por várias dificuldades. Uma delas foram as repressões políticas, por parte da polícia, dos madeireiros e de alguns políticos da região. No ano de 1992, cerca de 104 famílias foram assentadas, ficando oficializado o assentamento Rondon III.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

Em 2008, foi fundada a Cooperativa de Comercialização de Produtos da Reforma Agrária do Contestado (Coopercontestado), que passou a operar uma agroindústria instalada no Assentamento Etiene. No mesmo espaço onde, em 1989, as famílias haviam se reunido em acampamento no terreno do sindicato, hoje se encontra o ponto de venda dos produtos oriundos da reforma agrária, simbolizando a transformação de um território de resistência em um espaço de produção e autonomia camponesa.

Nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a cooperação agrícola constitui um dos pilares centrais da vida coletiva e da construção de novas formas de organização social. Mais do que uma estratégia de produção, ela representa uma prática política e pedagógica que busca romper com o individualismo imposto pelo modelo capitalista de propriedade e trabalho. A cooperação é entendida como um processo de partilha, solidariedade e corresponsabilidade, no qual o trabalho coletivo se converte em instrumento de emancipação e fortalecimento comunitário. Essa perspectiva está presente na organização dos assentamentos, nas experiências de produção agroecológica e nas cooperativas criadas para assegurar a sustentabilidade econômica e social das famílias. É nesse contexto que se insere a seguinte reflexão do próprio Movimento:

A cooperação agrícola é parte de um processo intrínseco do Movimento Sem Terra. Isso faz com que nós possamos superar o individualismo que existe em todos nós. Além disso, as cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membros. Em cooperação agrícola todas as formas de força são juntadas para a construção do trabalho coletivo, embora nós devemos reconhecer também os grupos de família e pequenas associações, é importante dizer que é nas cooperativas o local onde nós podemos construir meios mais robustos e consistentes.⁸⁰

A Coopercontestado também se destaca pelo incentivo à formação técnica e à diversificação produtiva nos assentamentos. Por meio de cursos e treinamentos, promove práticas sustentáveis voltadas à produção de orgânicos, estimulando a autonomia e a preservação ambiental. Entre as principais atividades desenvolvidas estão a apicultura, a olericultura e a fruticultura, que contribuem tanto para o consumo interno quanto para a geração de renda das famílias. A cooperativa participa ativamente da Jornada de Agroecologia, fortalecendo a articulação entre produção, educação e mobilização social. Além disso,

⁸⁰ MST. O cooperativismo como bandeira na luta pela Reforma Agrária Popular: “A luta pela terra é uma luta coletiva e, diante disso, as conquistas também são”. 05 jul. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/05/a-luta-pela-terra-e-uma-luta-coletiva-e-diante-disso-as-conquistas-tambem-sao/>. Acesso em: 13 out. 2025.

desenvolve um projeto de biogás e biofertilizantes a partir do aproveitamento de resíduos vegetais, reafirmando o compromisso com a sustentabilidade e o uso racional dos recursos naturais. Parte significativa dessa produção é destinada à merenda escolar, consolidando o vínculo entre os assentamentos e as comunidades locais e demonstrando o potencial social da reforma agrária na promoção da segurança alimentar e da agricultura de base familiar:

2.4 ACAMPAMENTO PRIMEIRO DE MAIO (GENERAL CARNEIRO/BITURUNA)

Em 2003 o MST ocupou a Fazenda Rondon, situada entre os municípios de General Carneiro e Bituruna, no Paraná, a fazenda pertencia a empresa João José Zattar S.A. e a partir desse ano aconteceram intensas disputas entre a empresa e os acampados. A área ocupada pelas 380 famílias tinha aproximadamente cinco mil hectares e se situava próxima à BR 153, no trevo de acesso para a cidade de Bituruna. De acordo com o jornal Folha do Contestado a maioria das famílias tinha ligação com a agricultura, como ex-arrendatários, ex-posseiros, filhos de agricultores e agricultoras, e ainda, “boa parte dos desempregados, que antes trabalhavam nas firmas madeireiras foram criados na lavoura, logo, também com o passado na roça”⁸¹.

De acordo com o então coordenador do acampamento Talles para o jornal Folha do Contestado, o que levou às mais de 300 famílias a deixarem seus empregos na cidade para encarar o rigoroso inverno na luta por um pedaço de chão foi o fato de sempre viverem à margem da sociedade, tendo seus direitos negados, nas palavras do coordenador: “São pessoas invisíveis para a elite burguesa, que viram no MST a chama da esperança e da justiça; ao se desafiarem a permanecer no acampamento, deram um firme passo no processo histórico da classe trabalhadora na luta por uma nova sociedade”⁸².

Os primeiros meses foram bem difíceis, os acampados tiveram de enfrentar o frio, a escassez de alimentos, a dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos, a mídia, a opinião pública, os políticos, os latifundiários das redondezas, e principalmente a incerteza, pois, o INCRA se manifestou publicamente sobre o acampamento somente 3 meses após a ocupação.

⁸¹ FOLHA DO CONTESTADO. Acampamento Primeiro de Maio completa 80 dias. 18 jul. 2003. Clipping de notícias do acervo da Secretaria da Regional do Contestado do MST.

⁸² Ibidem.

Figura 8 - Foto do acampamento Primeiro de Maio, Jornal Gazeta do Povo



Fonte: *Clipping* de notícias do acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST

A organização do acampamento, segundo o jornal Folha do Contestado, se dava da seguinte forma: O acampamento era dividido em grupos de aproximadamente 10 e 15 famílias. Esses grupos eram chamados de Núcleo de Base (NB) nos quais haviam dois coordenadores, existiam 25 NB's no acampamento que englobava as 380 famílias. Acima dos Núcleos de Base estava a Coordenação, que era composta pelos coordenadores dos NB's, que se reunia diariamente para debater os problemas existentes, fazer estudos e planejamentos. Acima da Coordenação estava a Direção, que eram pessoas eleitas pelas famílias e também por indicados pela regional do MST. E, finalmente, a instância superior era a Assembleia Geral que era realizada sempre que necessária. O acampamento também tinha o seu Regimento Interno, que favorecia as discussões nos NB's, ao determinar que todos os pontos da Assembléia deveriam ser aprofundados primeiro nos núcleos. Havia também os setores de educação, saúde e segurança, para os quais cada NB indicava um representante. Além disso, existia também a equipe de finanças que administrava o caixa das famílias e a equipe de alimentação, responsável por coordenar a arrecadação dos alimentos. De acordo com o Jornal, os setores

eram fundamentais para o bom funcionamento do acampamento e para o controle de conflitos internos.⁸³

Apesar de a principal bandeira do acampamento ser a conquista da terra, os acampados do Primeiro de Maio também demonstraram uma importante preocupação com a produção. A produção constitui um elemento fundamental do processo de ocupação, pois evidencia para a sociedade que a terra antes improdutiva pode transformar-se em fonte de alimento e sustento coletivo. Além disso, representa um importante instrumento de mobilização da opinião pública em favor da legitimidade da luta camponesa. Por essa razão, os acampados buscaram apoio técnico e especialização por meio de cursos e formações voltadas ao aprimoramento das práticas produtivas, como é o exemplo do curso ministrado pelo agrônomo Horácio Martins. Essa preocupação com a produção levou as famílias acampadas a organizarem-se coletivamente para planejar as lavouras e garantir o sustento. Cada núcleo familiar definiu o que plantar, a área necessária e a demanda de sementes, resultando em um projeto produtivo que envolveu cerca de 200 famílias. As expectativas eram expressivas: o cultivo de 119 alqueires com milho, feijão, arroz e mandioca, totalizando milhares de quilos de alimentos que devolveriam à terra sua função social.

Os frutos da organização e da vontade de produzir dos acampados foram colhidos logo no primeiro ano de acampamento, a notícia do jornal Nova Era, mostra os acampados fazendo a entrega de 240 quilos de feijão para o projeto PIA, e para o Colégio Estadual Ana Boico Olinquevitz, no município de General Carneiro.

No acampamento, passou a funcionar a Escola Itinerante Paulo Freire, com cerca de 80 crianças matriculadas. A escola faz parte de um projeto do MST para levar práticas escolares alternativas ao sistema institucionalizado de ensino.

A escola também é um espaço físico e simbólico de luta, de acordo com o MST, “o barraco da escola itinerante, é construído antes do barraco de moradia e tem também a função de se converter em um centro de encontros de toda comunidade acampada.”⁸⁴

Além disso, as crianças são inseridas no cotidiano do Movimento desde cedo, participando ativamente das dinâmicas do acampamento e da escola itinerante. Esse envolvimento não se limita às atividades pedagógicas formais, mas se estende às assembleias, reuniões, celebrações e à própria construção dos espaços coletivos, como os brinquedos e o barraco da escola. Por meio desse ambiente de diálogo e de partilha, elas desenvolvem uma

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ MST. Educação MST. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 04/10/2025.

consciência crítica e um forte sentimento de pertencimento, aprendendo que podem opinar, criar e transformar a realidade em que vivem. Assim, a escola itinerante se constitui não apenas como um espaço de ensino, mas como um território formador de sujeitos conscientes, solidários e comprometidos com a luta pela terra e pela justiça social.⁸⁵

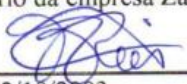
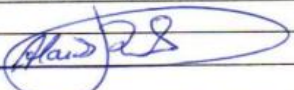
De acordo com o MST, ao longo de sua trajetória, foram mais de 2 mil escolas construídas em acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação; 50 mil adultos alfabetizados; 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores; mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas do país e a escola conta com cerca de 10 mil educadores, servidores públicos e colaboradores.⁸⁶

Se, por um lado, a organização e a produção coletiva simbolizavam a força e a autonomia dos acampados, por outro, o avanço dessas conquistas passou a ser duramente reprimido. O Acampamento Primeiro de Maio enfrentou uma série de episódios de violência e intimidação, que buscavam desarticular a unidade construída em torno do trabalho e da solidariedade. As famílias foram alvo de ameaças constantes, incêndios criminosos, agressões físicas e verbais, além de falsas acusações de roubo e disparos de armas de fogo direcionados ao acampamento. Até mesmo crianças e adolescentes foram atingidos por esse clima de hostilidade. Esses ataques evidenciam que a violência foi utilizada como instrumento de coerção e tentativa de enfraquecimento da luta. Nas imagens a seguir vemos alguns boletins de ocorrência registrados pelo movimento em face de ameaças que sofreram entre 2003 e 2006:

⁸⁵ MST. Escola Itinerante: uma prática pedagógica em acampamentos. São Paulo: [s.n.], 2001. (Coleção Fazendo Escola, n. 4).

⁸⁶ Idem.

Figura 9 - Boletim de ocorrência de ameaça

HISTÓRICO	
Compareceu nesta DP o cidadão acima citado registrando que no dia 21 de outubro entre as horas de 8:20 e 8: 50 da manhã o comunicante recebeu três telefonemas no qual a pessoa fazia ameaças ao comunicante também ao sr^o JUCELIO BATISTA DE OLIVEIRA ao SEBASTIÃO CARLOS BRUM e JESUN FERREIRA DA SILVA , o comunicante disse que foi saber das ligações com as ameaças as 16:00 horas do mesmo já que o telefone foi bastante usado neste dia e estas ligações ficaram gravadas na secretaria eletrônica , o comunicante relatou que a pessoa disse que eles tinham o prazo de 10 dias para sair da Fazenda Zattar onde os mesmos trabalham no acampamento 1º de maio e que se eles não saírem neste prazo os mesmos iriam arder no fogo do inferno , o comunicante disse que foram chamados de bandidos vagabundos, porcos, e de povinho vagabundo , o comunicante disse que suspeita que pode ser algum funcionário da empresa Zattar ou da empresa Pizatto. E o relato.	
Comunicante	
Elaborado em 22/10/2003	Delegado de Plantão: 
Por:	Nome: SGTº JOÃO PIRES
Nome:	
Cargo:	

Fonte: Acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST

Figura 10 - Boletim de ocorrência de ameaça

HISTÓRICO	
Compareceu nesta delegacia o comunicante acima qualificado relatando que em data e local supra mencionados o sr Santos Rosalino desferiu ameaças contra o comunicante . que o Sr santos fora encaminhado a DP de união da Vitoria, que novamente o referido Sr esta rondando o acampamento e ameaçando atear fogo na localidade. Que o comunicante teme que o Sr Santos execute as ameaças tendo em vista que o tempo esta seco e é procicio para iniciar o fogo.Nada mais disse nem lhe foi perguntado , fica o registro para a autoridade Policial.	
COMUNICANTE:  " Responsabilizo-me civil e criminalmente pelas informações acima descritas"	
Elaborado em 11/08/2005 Nome / Cargo:  KELIN RUFF Rg 9.574.965-8 Escrivã Ad / Hóc.	Delegado de Plantão Jairo Scheffer Pereira Gestor D.P. 

Fonte: Acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST.

Figura 11 - Boletim de ocorrência por incêndio e ameaça

Providências:
<u>HISTÓRICO</u>
Compareceu nesta Delegacia de Polícia o cidadão acima citado registrando que em data de 22 de março do corrente ano ocorreu um incêndio florestal na área do acampamento 1º de maio, onde queimou aproximadamente 04 (quatro) alqueires de Imbuia, Calena e Pinheiro que incêndio ocorreu próximo a nascentes de água, que no dia no incêndio foi visto pelo acampamento uma camionete S-10 branca gabine dupla, que seu condutor era uma pessoa que o comunicante conhece por Maluf o principal suspeito de ter dado início ao incêndio; Disse ainda o comunicante que na data de 19 de abril do corrente ano por volta das 15:00 horas chegou no acampamento um cidadão chamado Braz Osmar Andreazi juntamente com uma pessoa que se passou por oficial de justiça perante o comunicante e mais alguns acampados, e ameaçou os mesmos dizendo que era para as famílias se retirarem da área porque se não cada família seria multada, disse ainda o comunicante que o suposto oficial de justiça falou que já estava com o documento de reintegração de posse em mãos e se as famílias não se retirasse o mesmo iria acionar a Polícia, que o comunicante e seus companheiros pediram para ver o documento de reintegração de posse e o rapaz que se passava por oficial de justiça se negou a mostrar, que o suposto oficial de Justiça acusou as famílias acampadas de estarem roubando erva e que teriam roubado um trator, que na data de 25 de abril do corrente ano por volta das 15:00 horas alguns elementos que o comunicante e seus companheiros não conhecem pelo nome chegaram com a PM no acampamento e alegaram ser os supostos proprietários da área acampada, onde foram orientados pela PM a procurar a DP para registrar o ocorrido. É o relato. OBS.: Esteve presente para registro da ocorrência juntamente com o comunicante as seguintes

Fonte: Acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST.

Além dos conflitos com a milícia da empresa Zattar, os acampados também enfrentaram ameaças de outro latifundiário da região. No dia 15 de setembro de 2003, o líder do movimento Jesun Ferreira da Silva, apresentou a Promotoria de Justiça de União da Vitória uma representação contra o fazendeiro Luciano Pizzato, nos documento Jesun relata os fatos acontecidos nos dias 3 e 4 de setembro e denuncia outras ameaças recebidas pelo acampamento:

Em face de pessoas desconhecidas, principalmente por estarem encapuzadas, funcionários da Fazenda PIZZATO, de propriedade do Sr. Luciano Pizzato, localizada no município de General Carneiro, pelas razões que passa a aduzir:

No dia 03 de setembro de 2003 por volta das 23 horas, e na madrugada do dia 04 de setembro, às 3 horas da manhã, os funcionários da empresa Pizzato, que realizam a segurança na divisa entre a empresa e o acampamento de trabalhadores rurais sem terra da região de Bituruna/PR e General Carneiro/PR, efetuaram vários disparos de arma de fogo em direção ao acampamento, colocando em risco a vida e a integridade física das famílias que se encontram no local.

Como se não bastasse a conduta criminosa acima descrita, os representados, no dia 04 de setembro de 2003 por volta das 12:30 horas,

apontaram suas armas em direção ao ônibus escolar que transportava crianças, filhos e filhas dos trabalhadores sem terra, à escola localizada no Município de General Carneiro - PR. Esta ação assustou várias crianças e até mesmo o motorista que as transportava.

Além destas atitudes criminosas, frequentemente estes funcionários ameaçam e agridem verbalmente as famílias sem-terra que aguardam, na beira da PR-153, o ônibus para se deslocarem até as cidades Bituruna ou Gal. Carneiro. Apresentam-se sempre encapuzados e de armas em punho e, do outro lado do asfalto, proferem ameaças e as ofendem com palavras de baixo calão. Esta postura destes bandidos obrigou pais e mães de família a mudarem o hábito de pegarem o ônibus, estas evitam ficar no ponto sozinhas ou de desembarcarem nos horários noturnos, tremendo que as ameaças tornem-se fato.⁸⁷

As práticas de violência contra crianças e adolescentes parecem ser artifícios muito comuns, isso revela que a atuação violenta dos latifundiários não fazia distinção. De acordo com o relatório de 1996 do CPT, entre os anos 1990 e 1996 o Paraná registrou contra menores 1 caso de assassinato, 3 de tentativas de assassinato, 2 ameaças de morte, 1 caso de tortura, 5 casos de agressão física, 1 menor preso e 63 casos denominados como “Outras Violências” que de acordo com o relatório, incluem-se aí: ferimentos, roubo, morte por desnutrição, omissão, intimidação, invasão de casa, terrorismo, crime contra a honra, desaparecimento. No quadro geral de violência contra menores no campo entre os referidos anos, o Paraná registrou 76 casos, foi o terceiro estado com maior ocorrência, atrás apenas dos estados do Mato Grosso do Sul (436 casos) e Bahia (268 casos).

Em nota à imprensa, o MST argumentava que os 5 mil hectares eram improdutivos, contavam apenas com um alguns açudes e com 4 hectares de plantio de pinus. Argumentavam também, que a madeireira desrespeitava as leis ambientais e que já havia sido multada outras vezes por tais crimes, além de, no ato da ocupação, os integrantes do movimento encontraram madeiras nativas (Imbuia) beneficiadas prontas para serem transportadas. A empresa negou as acusações de formação de milícia, crime ambiental, através de nota

Outra denúncia feita pela nota do MST diz respeito aos crimes cometidos pelas milícias armadas da Zattar no município de Pinhão, Paraná:

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o MST, registram 06 crimes cometidos diretamente em suas propriedades (propriedades das Indústrias Zattar). Lembramos o assassinato da menina Janaina Freitas de 2 anos e meio, brutalmente queimada no ano de 1992, em sua casa; o assassinato do posseiro Sérgio Ramos, em novembro de 1990; ou o ataque a uma escola com 35 crianças, a qual uma foi baleada nos pés, também em 1992, na localidade

⁸⁷ JESUN FERREIRA DA SILVA. Representação contra a fazenda Pizzato. 15 de setembro de 2003. Acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST, Bituruna.

Faxinal do Silvério, todos no município de Pinhão; Finalmente, iremos resistir e produzir na área que até ontem era mais um latifúndio opressor na nossa região. (MST: Regional do Contestado, 2003)

Em 2004, numa tentativa desesperada de reaver a terra perdida ao latifundiário, a prefeitura de General Carneiro inicia um processo de desapropriação da terra com a falsa intenção de construir um aeroporto. No entanto, conforme dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, o município contava com apenas 13.895 habitantes — o que tornava a proposta de um aeroporto, ainda que de pequeno porte, claramente inviável e sem nenhuma relevância prática para a população local.

A cobertura da imprensa local reforçou esse clima de hostilidade, oferecendo uma leitura abertamente criminalizadora da ação do movimento. Em artigo publicado no *Jornal O Iguassú*⁸⁸, Ari Passos descreveu a ocupação da prefeitura como um ato de “subversão” e classificou o MST como um agrupamento “anárquico”, “desordeiro” e contrário à ordem democrática. A narrativa mobilizada pelo colunista opera por meio de exageros retóricos — como a ideia de que o país estaria “à beira do caos” — e pela associação direta entre ação coletiva e ameaça à legalidade, ignorando tanto o histórico de conflitos fundiários na região quanto às condições concretas que levaram as famílias a permanecer na área. Esse enquadramento midiático contribuiu para reforçar percepções negativas sobre o movimento, ao mesmo tempo em que silenciava elementos centrais do conflito, como a irregularidade da desapropriação anunciada, o uso instrumental do projeto de aeroporto e a ausência de alternativas oferecidas aos trabalhadores.

A *Folha de General Carneiro*⁸⁹ também repercutiu o episódio, e a coluna de Ossimal Costa seguiu a mesma linha de crítica ao MST que dominava parte da imprensa local. A ocupação da prefeitura foi reduzida à imagem de uma simples “invasão”, sem qualquer explicação sobre as condições de vida no acampamento, a demora do poder público ou as cobranças já feitas pelas famílias. A oposição ao projeto do aeroporto foi apresentada como prova de que o movimento estaria impedindo o “desenvolvimento” do município, numa leitura que toma a obra como necessária por si mesma, sem discutir sua viabilidade ou seu real propósito. O colunista também sugeriu que o MST deveria ter “procurado o prefeito antes”, como se o diálogo não tivesse histórico e como se a prefeitura estivesse disponível para resolver o impasse.

⁸⁸ Ver imagem 23 do Anexo B.

⁸⁹ Ver imagem 22 do Anexo B.

O MST reagiu com uma nota onde esclarece que as famílias já estavam naquela área há três anos, que não tinham avião e nem pretendiam possuir. E que a área serviria para a instalação de um Centro de Formação em Agroecologia. Além disso, os trabalhadores solicitaram a doação de maquinários agrícolas, comida, a readequação das estradas, atendimentos de saúde e materiais de construção para a conclusão da Escola Itinerante.

O acampamento se desfez no ano de 2009 após uma intensa campanha da imprensa para criminalizar o movimento. Outro agravante foi o assassinato de um dos líderes do movimento, Ademir Alvez, morto por integrantes do próprio acampamento em uma disputa pela liderança.

3 - O GLOCAL: CONEXÕES GLOBAIS DE PODER, VIOLÊNCIA E EXPERIÊNCIA CAMPONESA.

O capítulo inicial evidencia como a concentração fundiária e os interesses transnacionais impulsionam processos de expulsão, violência e resistência no campo latino-americano. A violência – nas formas física, institucional e simbólica – emerge como um mecanismo sistemático de manutenção da ordem fundiária desigual, frequentemente operado por milícias privadas, forças de segurança estatais e grandes corporações. A análise revela padrões estruturais de violência fundiária que se repetem em diferentes contextos nacionais, apesar de suas especificidades históricas. Constata-se, ainda, que a globalização neoliberal aprofunda desigualdades preexistentes, transformando o campo em um espaço de conflitos intensos. Frente a esse cenário, vimos no primeiro capítulo que os movimentos sociais camponeses não apenas resistiram, mas construíram ativamente novos projetos de vida e de organização social.

Os dados de violência apresentados revelam que as principais vítimas da violência no campo são trabalhadores rurais sem terra e indígenas, grupos historicamente marginalizados e diretamente ameaçados pela expansão do agronegócio e pela concentração fundiária. A recorrência de milícias privadas, forças policiais e agentes vinculados a grandes proprietários como autores dessas violências aponta para uma aliança estrutural entre o capital agrário e o aparato repressivo do Estado.

No Brasil, a incidência mais elevada de conflitos localiza-se no Norte e Centro-Oeste do país, regiões marcadas pela expansão da fronteira agrícola e por processos intensos de grilagem e desmatamento. Além dos assassinatos, os dados expõem outras formas de violência, como ameaças, tentativas de homicídio, despejos forçados e criminalização de lideranças camponesas, evidenciando o caráter multifacetado da repressão no campo que vai além do extermínio físico e reforça a compreensão da violência como instrumento sistemático de dominação.

No segundo capítulo, focamos na violência enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra no Sudeste paranaense entre 1985 e 2006, especialmente nas cidades de Bituruna e General Carneiro. A narrativa destaca a violência como produto de uma transformação da economia local, que inicialmente se baseou na extração de madeira nativa e, mais tarde, foi dominada pela silvicultura voltada para exportação. Esse contexto econômico gerou um ambiente de intensa repressão, cujos depoimentos evidenciam a brutalidade

enfrentada pelos trabalhadores. Vimos, também, a atuação de políticos locais contra os movimentos de luta pela terra, em especial a atuação do ex-prefeito Valdir Rossoni, que posteriormente viria a se tornar um influente político paranaense e que ampliaria sua atuação contra os movimentos sociais para o resto do estado.

Esse cenário não apenas ilustra a luta por direitos territoriais, mas também a resistência frente a um sistema opressivo que visa silenciar qualquer forma de contestação. Além disso, a mobilização e organização dos trabalhadores, com o apoio de movimentos sociais e religiosos, foram fundamentais na busca por seus direitos e na construção de uma reforma agrária popular. A repressão contra o movimento no Sudeste paranaense manifestou-se ainda por meio de operações policiais em áreas ocupadas, prisões arbitrárias, ações judiciais de despejo, ameaças, expulsões violentas e bloqueios ao acesso a políticas públicas, tudo isso configurando uma tentativa clara de desmobilizar os acampamentos e deslegitimar a luta camponesa.

Notamos, nos capítulos anteriores, que o problema da violência contra as populações camponesas na América Latina foi, e está sendo, consequência de um processo de avanço da lógica capitalista neoliberal sobre o campo. Vimos também, que esse avanço aprofundou as mazelas sociais no campo, e a causa desses problemas estão relacionados, principalmente, ao avanço do latifúndio monopolista; a um projeto político-midiático burguês contra a agricultura familiar camponesa; ao uso desenfreado de recursos naturais e; a exploração do trabalho camponês pela lógica de mercado.

Neste capítulo iremos explorar a noção de “glocalidade”, ou “glocalização”, formulada por Roland Robertson, para analisar as formas pelas quais conflitos locais e a resistência camponesa se articulam com dinâmicas da globalização da agricultura. Robertson⁹⁰ discute a “Glocalização” como um conceito que pode ser entendido como um fenômeno que representa a interconexão entre processos globais e locais, onde os aspectos culturais, sociais e econômicos globais são adaptados às realidades e particularidades locais.

A noção de glocalidade é útil aqui porque permite tratar os conflitos e formas de organização camponesa como resultados de interações constantes entre pressões externas e respostas produzidas no território. Autores como Natalie Zemon Davis e Pamela Crossley nos oferecem apoio para mostrar que processos amplos — políticas agrícolas, modelos de desenvolvimento, padrões de expropriação — só ganham sentido quando observados em sua tradução local. Ao mesmo tempo, práticas situadas, como ocupações de terra, formas de

⁹⁰ ROBERTSON, Roland. Globalisation or glocalisation? *Journal of International Communication*, v. 1, n. 1, p. 33-52, 1994, p.6.

protesto ou arranjos comunitários, carregam dinâmicas que circulam para além de suas fronteiras imediatas.

Natalie Zemon Davies nos chama a atenção para a necessidade de descentralizar a história, conciliando histórias locais com a consciência global, explorando como narrativas concretas e "de baixo" podem contribuir para a compreensão das dinâmicas globais contemporâneas. De acordo com Zemon Davies, o historiador descentralizador não conta a história do passado apenas do ponto de vista de uma única parte do mundo ou de elites poderosas, mas amplia seu escopo, social e geograficamente, e introduz vozes plurais no relato.⁹¹ A análise dos pontos em comum na construção da experiência camponesa e da consciência de classe, sob uma perspectiva da história global, revela a importância de compreender essas lutas não apenas em seus contextos singulares, mas também como componentes de processos transnacionais de resistência e organização social.

Pamela Kyle Crossley vai ao encontro do pensamento de Davies ao apontar para a necessidade de descentralizar o trabalho em história, nas palavras de Crossley:

O enigma que a história global se propôs é como contar uma história sem um centro. Ela não está muito segura de que isso possa ser feito. Em última instância, o artifício da história global, se ele fosse posto em prática, não seria texto, ou arco da história, ou um conceito analítico. Seria mais provavelmente um "fiandeiro de contexto" que em um determinado momento pode ordenar eventos e estatísticas a partir da perspectiva de um material ou dispositivo⁹²

Outra crítica respondida por Crossley⁹³ diz respeito à ideia de que o historiador que trabalha com História Global precisa possuir um vasto repertório de fontes ou conhecer em detalhe tudo o que está inserido em seu recorte espacial e cronológico. Como visto no início deste trabalho, o historiador global não busca simplesmente descobrir fatos ou reunir uma história primária, mas sim basear-se em pesquisas realizadas por outros historiadores para fazer comparações, observar padrões amplos e propor maneiras de compreender as mudanças. Isso reforça a perspectiva de que a História Global exige um método que difere daquele utilizado na história regional ou nacional. De fato, a prática da história global se distingue pelo seu método, mais do que pelos fatos que procura reunir. Esses métodos, embora às vezes causem fricções entre os historiadores, resultam em uma relação simbiótica: os historiadores globais oferecem aquilo que os historiadores regionais muitas vezes não podem fornecer, e vice-versa.

⁹¹ DAVIS, Natalie Zemon. Decentering history: local stories and cultural crossings in a global world. *History and Theory*, Middletown, v. 50, n. 2, p. 188-202, 2011, p.190.

⁹² CROSSLEY, Pamela Kyle. *O que é história global?* Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 15. Tradução livre.

⁹³ Ibidem, p.13.

Essa visão complementa a crítica de Crossley de que ampliar os conhecimentos de um historiador não é suficiente para alcançar competência na história mundial, sendo necessário um método distinto que privilegie comparações e análises de padrões em escala global.

Tomar a glocalidade como eixo de análise permite, portanto, acompanhar esses movimentos de ida e volta entre estruturas globais e experiências locais. É esse princípio que orienta a divisão dos tópicos seguintes: primeiro, a identificação de padrões de conflito e violência que se repetem em distintos contextos rurais latino-americanos (3.1); depois, a discussão de como esses grupos elaboram sentidos comuns a partir de suas experiências e constroem práticas coletivas que dialogam com processos mais amplos (3.2).

3.1 GLOCALIDADE DA VIOLÊNCIA

Neste ponto iremos analisar os mecanismos de poder que levaram a uma dominação imperialista do campo latinoamericano, fazendo uma análise comparada entre os episódios de violência contra o MST em Bituruna e General Carneiro e os demais episódios narrados até aqui.

Ao estudarmos a globalização em curso e de suas principais consequências econômicas e sociais (expropriação, dominação, violência) nos deparamos com a necessidade de averiguar as raízes mais profundas desse processo, que para Quijano, começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial⁹⁴. De acordo com o autor, esse novo padrão se estrutura em dois elementos principais, o primeiro em torno da raça e identidade racial como instrumentos de classificação social básica da população, e um segundo pela articulação de todas as formas históricas de controle de trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.⁹⁵ Para Quijano, essas formas de dominação se perpetuam até hoje:

Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno.⁹⁶

⁹⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Ibidem, p. 135.

A luta pela terra está profundamente relacionada às questões da colonialidade do poder porque a posse e controle sobre o território representam uma forma de resistência às estruturas de dominação baseadas na classificação racial, na exploração capitalista e no projeto do Estado-nação colonial. A privatização, a expropriação e o deslocamento de comunidades tradicionais, como povos indígenas e camponeses, são manifestações concretas dessa colonialidade, que busca consolidar a ordem excludente do domínio racial e econômico.

Além disso, a luta pela terra desafia a lógica do capital e do Estado que favorecem a concentração da propriedade e a exploração do território como uma mercadoria, reforçando a estrutura colonial de classificação racial e de dominação. Para Quijano, essa resistência territorial é uma forma de desafiar a própria colonialidade do poder, questionando os fundamentos hierárquicos e racistas que sustentam o sistema-mundo atual, promovendo uma reconstrução de relações sociais mais justas e horizontais.

Para explicar como a colonialidade do poder é construída e mantida a nível global, Quijano aponta a existência de um bloco imperial mundial, um conjunto de Estados-nação, entidades intergovernamentais e grandes corporações globais que, juntos, formam uma configuração de poder hegemônica que exerce controle global sobre as relações econômicas, políticas e culturais. Esse bloco é composto pelos Estados mais poderosos, como os integrantes do G7 (atualmente G8, incluindo a Rússia), além de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e as grandes corporações transnacionais.⁹⁷

Quijano destaca que esse bloco funciona como uma estrutura imperial invisível, que impõe suas decisões e interesses ao restante do mundo, subordinando os Estados dependentes e mantendo a hegemonia da lógica do capital e da colonialidade do poder. Ele também observa que essa configuração de poder não se limita aos Estados-nação tradicionais, mas inclui uma trama institucional formada por várias entidades que exercem autoridade e violência de forma descentralizada, consolidando uma dominação global que desmercantiliza a autonomia dos Estados e contribui para a desdemocratização das relações internacionais, já que, esses Estados não foram eleitos e não representam os países da periferia do capitalismo.⁹⁸

Nesse contexto, o campo deixa de ser espaço de vida e cultura para tornar-se objeto de intervenção econômica, muitas vezes com consequências diretas sobre o aumento da violência fundiária e do deslocamento forçado de famílias.

⁹⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Revista Novos Rumos, Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, ano 17, n. 37, 2002, N.P.

⁹⁸ Ibidem, n.p.

Quijano aborda a questão da violência como um elemento fundamental na manutenção e manifestação da dominação colonial e do poder. Para ele, a violência não se limita às ações ostensivas e físicas, mas está estruturalmente presente nas instituições, nas estruturas de autoridade e na produção do conhecimento, que legitimam a dominação racial, econômica e política. A violência, nesse sentido, é uma ferramenta que sustenta a colonialidade do poder, encobrindo-se sob o manto de instituições legitimadas, como o Estado, que usam sua autoridade para reproduzir desigualdades e exclusões.⁹⁹

Os instrumentos dessa colonialidade do poder foram evidenciados no primeiro capítulo. Agora faremos uma releitura dos agentes dessa colonialidade. A primeira coisa a se considerar é que, embora o discurso da CEPAL tenha sido formulado em um contexto histórico específico, sua ênfase na modernização produtiva, na introdução de novas técnicas e na formação de pessoal técnico antecipa as condições que favoreceram a ascensão de corporações transnacionais do agronegócio, como Monsanto, DuPont e Syngenta, e no caso da Argentina a Nidera. Ao propor a investigação de novas utilizações dos recursos naturais e a adoção de novas técnicas de produção, o projeto desenvolvimentista latino-americano acabou por naturalizar a dependência tecnológica e a transformação da terra em ativo estratégico para o capital global.

Nos casos analisados nesta dissertação, observa-se como essa lógica se materializa de forma violenta: em Honduras e na Guatemala por meio da atuação de empresas como a Dinant, com apoio estatal e repressão armada. No Brasil, com a consolidação do agronegócio e a criminalização de movimentos como o MST, e, mais especificamente, no sudeste do Paraná, onde a exploração de madeira nativa até aos anos 1980 e a partir da década de 1990, a expansão da silvicultura de exportação, especialmente do plantio de pinus e eucalipto — desencadeou processos sistemáticos de concentração fundiária. A atenção especial da CEPAL para a tecnificação da agricultura se volta especialmente para dois campos principais, o florestal e o pecuário, que explica a expansão da silvicultura, em especial no Paraná:

A referida organização tem enviado grandes quantidades de técnicos por períodos limitados para resolverem problemas de caráter especial. Em outros campos — sobretudo no florestal e pecuário — foram enviadas equipes em caráter permanente. Assim, pois, no que diz respeito à agricultura, está em marcha com êxito indiscutível, a vastíssima tarefa de transferir e implantar na América Latina a técnica agrícola dos países avançados, especialmente a dos Estados Unidos, onde a produtividade alcançou um nível impressionante.¹⁰⁰

⁹⁹QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Revista Novos Rumos, Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, ano 17, n. 37, 2002, N.P.

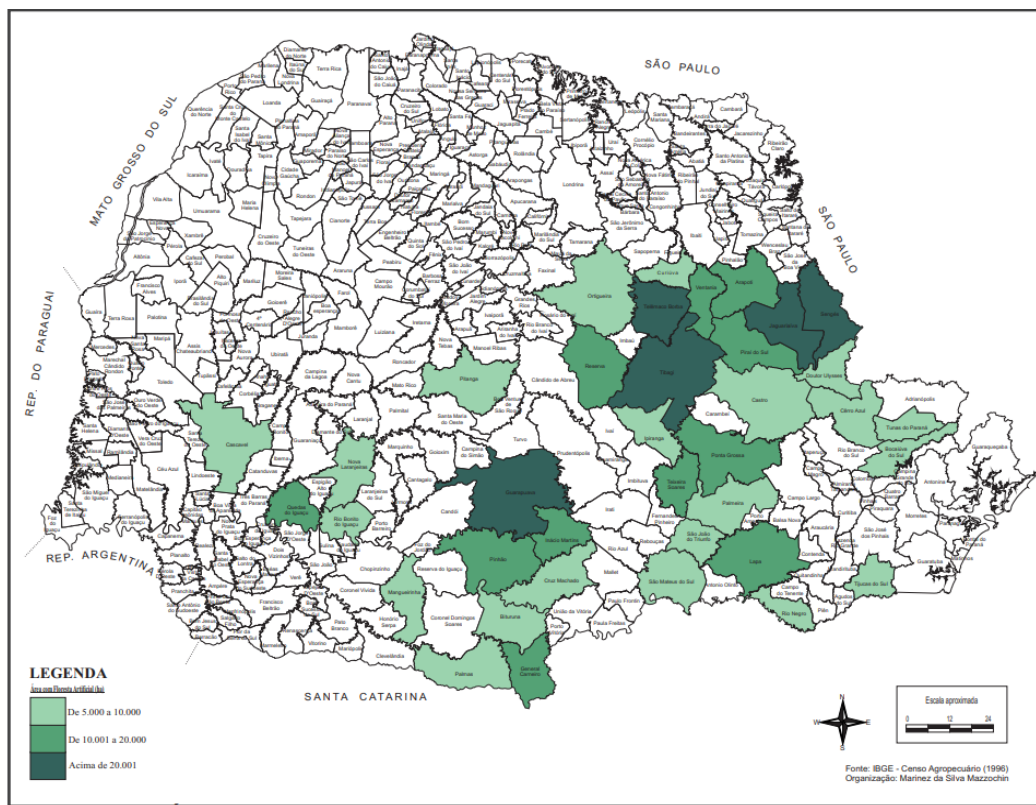
¹⁰⁰ Ibidem, p. 53.

Dentro dessa perspectiva, surgiu o interesse estratégico pela utilização econômica das florestas tropicais, que, embora representassem a maior parte da riqueza florestal da região, permaneciam até então subexploradas ou sem pesquisas sistemáticas sobre seu potencial produtivo:

Outro campo de atividade interessante neste terreno é o que oferece o estudo das possibilidades de se obter celulose das florestas tropicais, as quais constituem cerca de 90% da riqueza florestal da América Latina, e que até agora, não foram objeto de uma investigação sistemática.¹⁰¹

Esse projeto de expansão da silvicultura de exportação pode ser notado no estudo apresentado por Marinez Mazzochin¹⁰², onde a área de florestas artificiais (pinus e eucalipto) cresceu exponencialmente na região sudeste entre os anos de 1996 e 2006, os mapas a seguir mostram que, o município de Bituruna, por exemplo, deu um salto de pelo menos 10.000 hectares área de cobertura de florestas artificiais:

Figura 12 - Mapa da área com Floresta Artificial do Estado do Paraná em hectare área no ano de 1996

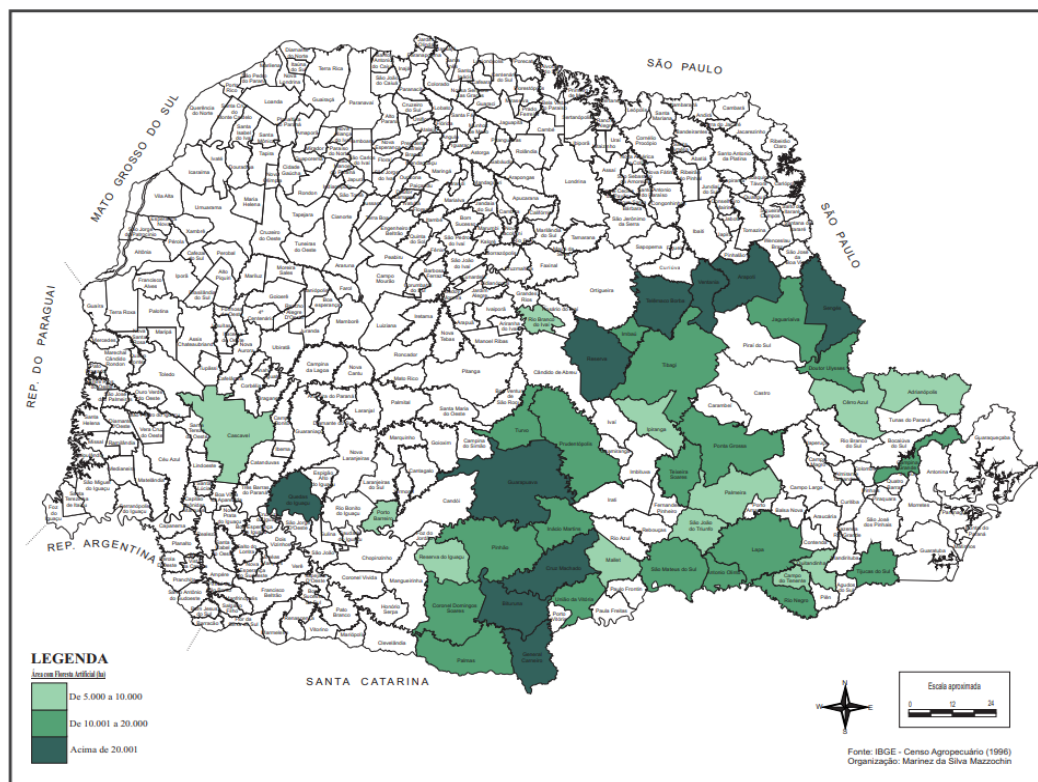


¹⁰¹ Ibidem, p.67.

¹⁰² MAZZOCHIN, Marinez da Silva. Indústria madeireira mundial e brasileira: o caso Paranaense. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010, p. 165-166.

Fonte: Mazzochin, 2010, p. 164.

Figura 13 - Mapa da área com Floresta Artificial do Estado do Paraná em hectare área no ano de 1996



Fonte: Mazzochin, 2010, p. 165

Percebe-se que a expansão das florestas artificiais está diretamente relacionada ao desmatamento das florestas nativas, conforme detalhamos no segundo capítulo. Esse processo, embora frequentemente justificado sob o argumento da sustentabilidade e da necessidade de suprir a crescente demanda por produtos florestais do mercado global, acaba por intensificar a substituição de ecossistemas complexos e biodiversos por formações homogêneas e de rápido crescimento, compostas por espécies alóctones, como o pinus e o eucalipto. Trata-se de uma dinâmica paradoxal, na qual a criação de florestas artificiais — muitas vezes propagandeada como uma estratégia de preservação ambiental e desenvolvimento econômico — acaba contribuindo para a degradação de ecossistemas nativos e para a perda irreversível de biodiversidade.

Em 2015, a Gazeta do Povo apontou o município de Bituruna como líder em desmatamento da Mata Atlântica no Paraná, revelando a dimensão ambiental das transformações ocorridas na região. O levantamento destacou que Bituruna registrou o maior índice de perda de cobertura vegetal nativa entre os municípios paranaenses, o que evidencia

um processo contínuo de degradação dos remanescentes florestais e a fragilidade das políticas locais de preservação ambiental.¹⁰³

Em complemento às dinâmicas observadas no sudeste do Paraná — com expansão da silvicultura de exportação e centralização territorial — merece destaque o caráter histórico e contínuo do desmatamento na região, especialmente no município de Bituruna. Conforme levantamento municipal da Fundação SOS Mata Atlântica entre os anos 2000 e 2014, Bituruna liderou o ranking paranaense e ocupa posições de destaque nacional em perda de cobertura da Mata Atlântica, com cerca de 5.538 hectares suprimidos, principalmente para extração de araucária e posterior ocupação por pastagens e plantios comerciais de pinus e eucalipto. O padrão de desmatamento em Bituruna espelha, em pequena escala, a articulação entre políticas de transferência tecnológica — especialmente no setor florestal — e a imposição de um modelo extrativista-exportador que reconfigura o espaço rural em benefício de grandes cadeias produtivas, em linha com os mecanismos de concentração e controle observados no Paraná. Essa tendência também se alinha ao interesse estratégico da CEPAL anteriormente destacado na utilização econômica das florestas tropicais, especialmente no que se refere à produção de celulose e à exportação de madeira de beneficiamento.

Além disso, como discutido anteriormente, esse avanço das plantações florestais se dá, em muitos casos, em áreas antes ocupadas por comunidades tradicionais — no caso do Sudeste paranaense, os faxinais — ou por vegetação nativa, resultando não apenas em impactos ambientais, mas também em conflitos sociais e territoriais.

Nesse contexto, empresas madeireiras e grupos econômicos locais (Bettega, Zattar, etc....) passaram a operar sob uma lógica que alia monocultura florestal, financeirização da terra e poder político local, gerando conflitos fundiários agudos, perseguições, ameaças e até assassinatos, como parte de um processo de modernização violenta do campo.¹⁰⁴

O controle sobre os recursos naturais por grandes corporações, sejam do setor químico, agrícola ou florestal, não apenas reorganizou as cadeias produtivas, mas também subordinou os modos de vida camponeses a um regime agroexportador excludente e concentrador de poder. Assim, o ideal de progresso defendido pela CEPAL, ainda que revestido de uma retórica técnica, contribuiu para consolidar um modelo de desenvolvimento que, na prática, tem

¹⁰³ GAZETA DO POVO. Bituruna é líder em desmatamento de Mata Atlântica; Guaraqueçaba é a mais preservada. Curitiba, 23 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bituruna-e-lider-em-desmatamento-de-mata-atlantica-guaraquecaba-e-a-mais-preservada-4rk98skgbhx6w7iuwunwuvtpq/>. Acesso em: 28 out. 2025.

¹⁰⁴ Além dos conflitos contra o MST, essas empresas também contribuíram para a desagregação dos faxinais e para o deslocamentos das populações faxinalenses na região.

aprofundado as desigualdades no campo e intensificado os conflitos agrários em toda a América Latina.

3.2 ASPECTOS GLOCAIS ENTRE A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA CAMPONESA EM BITURUNA E NA AMÉRICA LATINA

Se os itens anteriores demonstraram como as estruturas de dominação global se territorializam na América Latina e como a violência se impõe como mecanismo de controle, este terceiro item propõe uma virada analítica ao olhar para a experiência camponesa enquanto construção ativa e histórica de resistência. Apoiado na obra de E.P. Thompson, em especial na noção de “experiência” e “formação de classe”, este item busca compreender como sujeitos rurais, mesmo submetidos à violência estrutural, transformam suas vivências em ação política e organização coletiva.

O que Thompson¹⁰⁵ recupera nos motins ingleses do século XVIII é menos a fome em si e mais a sensação de que certos limites costumeiros estavam sendo rompidos. As queixas contra moleiros que retinham o cereal ou contra negociantes que desviavam cargas para mercados mais lucrativos, mostram que a população não avaliava apenas preços, mas a conduta moral de quem controlava o abastecimento. Os episódios em que mulheres¹⁰⁶ organizavam a praça ou interceptavam navios de cereais sugerem que o conflito não era espontâneo: ele seguia um repertório conhecido, voltado a restabelecer práticas consideradas corretas. A “economia moral” aparece como uma expectativa comum, quase um hábito coletivo sobre o que era permitido e o que passava do limite.

É isso que torna interessante aproximar esses motins das tensões recentes no campo latino-americano. Em vários casos documentados na Guatemala, em Honduras no Paraguai ou nas regiões de expansão da fronteira agrícola no Brasil e na Argentina, comunidades camponesas reagem não apenas ao impacto material da perda das terras, mas ao modo como empresas, intermediários e agentes do Estado reorganizam o uso da terra e dos alimentos. A passagem de circuitos locais de produção para cadeias voltadas ao mercado global pode ser percebida como uma quebra de acordos sobre usufruto, circulação e destino da colheita. A resistência, portanto, não se explica só pelo prejuízo econômico, mas pela sensação de que há algo indevido na forma como o novo regime econômico.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 68.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 71

Quando Thompson observa aquele “esforço desesperado”¹⁰⁷ para restaurar regras antigas, ele está falando de uma reação ao avanço de um princípio que, para o povo comum, soava perigoso: a ideia de que o preço e a circulação dos alimentos deveriam obedecer exclusivamente à lógica do livre-mercado. Esse ponto ajuda a entender a irritação que transparece em muitas mobilizações camponesas latino-americanas de hoje, quando empresas e governos tratam terra, água e sementes como simples mercadorias expostas a forças externas, alheias ao ritmo e às necessidades locais. Em vários conflitos, das ocupações nos países da América Central às pressões contra a expansão da soja no Paraguai, a recusa popular não se dirige apenas ao empreendimento específico, mas ao próprio argumento de que “o mercado decide”. Há aí uma linha de continuidade com os motins estudados por Thompson: para quem vive do cultivo, um arranjo que entrega tudo ao mercado não é benéfico, mas uma ruptura profunda com noções comunitárias de justiça e de uso legítimo dos bens que sustentam a vida.

Podemos nos valer do conceito de experiência de E.P. Thompson para analisar uma possível conexão entre os movimentos sociais no campo na América Latina. Para Thompson a experiência dos indivíduos é a chave fundamental para compreender a formação das classes sociais e da consciência de classe, segundo ele “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”¹⁰⁸.

Em um primeiro momento, podemos avaliar as lutas pela terra na América Latina e a constituição do Movimento Sem Terra como classe, com aquilo que Thompson utilizou para definir os movimentos ingleses entre 1780 e 1832 como um sentimento de “identidade de interesses entre si, contra seus dirigentes e empregadores”¹⁰⁹ no nosso caso contra a expropriação das terras e pelo direito de produzir. Ou como melhor define Célia Regina Vendramini, o MST consegue dar uma resposta aos que não tem a terra ou não tem o trabalho, e ainda, cria uma possibilidade de superar o modelo individual/familiar imposto pelo capitalismo agrário ao propor uma organização cooperativa.¹¹⁰

Dessa forma, a obra de Thompson, constitui-se como uma crítica ao amplo contexto de difusão do capitalismo agrário e suas consequências imediatas às populações camponesas desde a época dos cercamentos. Segundo Thompson os cercamentos representaram um roubo

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 16.

¹⁰⁹ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. v.1. Tradução Denise Bottmann. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.12.

¹¹⁰ VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. Revista Esboços Florianópolis, v. 1, n.12, p. 25-36, 2004, p. 30.

de classe, constituídos a partir de regulamentações propostas por um parlamento formado por advogados e proprietários, e a “violência social dos cercamentos consistiu precisamente na imposição total e drástica das definições de propriedade capitalista sobre as vilas.”¹¹¹

Uma das lições fundamentais em Thompson, se mostra a partir da capacidade do autor em mostrar o ponto de ruptura com o passado, quando aponta os cercamentos como uma corrosão de um longo processo secular de relações consuetudinárias dos homens com os meios de produção agrícolas¹¹², para que fossem impostas outras lógicas que não aquelas tradicionalmente adotadas pelas comunidades inglesas, uma lógica imposta pelo capitalismo em expansão sobre o campo.

A partir do que foi teorizado por Thompson sobre o conceito de experiência, verificamos algumas conexões entre as experiências dos movimentos sociais no campo em alguns dos países latinoamericanos estudados anteriormente, faremos a partir daqui, algumas considerações de cada experiência na tentativa de promover as conexões necessárias a uma análise a partir do conceito de glocalidade.

Nos episódios dos assentamentos rurais em Bituruna, além da violência física e institucional, os trabalhadores sem-terra enfrentaram um processo contínuo de estigmatização social que os reduzia à condição de indesejados. Os relatos da entrevistada 1¹¹³ indicam que, ao circularem pela cidade, eram alvo de preconceito explícito, muitas vezes descritos como “sujeira” ou como aqueles que “fediam sem-terra”, evidenciando uma tentativa de desumanização simbólica que ultrapassava o campo da disputa material pela terra. Essa exclusão cotidiana não apenas reforçava a fronteira social entre os assentados e a população urbana, mas também funcionava como um mecanismo de controle, pois buscava deslegitimar suas reivindicações e naturalizar a violência sofrida. Ao mesmo tempo, essa experiência de rejeição contribuiu para fortalecer a identidade do movimento, uma vez que a condição de marginalizados os impulsionava a reconhecer-se mutuamente como sujeitos de uma mesma luta. Assim, o estigma, ainda que produzido pelas elites locais como forma de dominação, converteu-se em elemento central no processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores rurais da região.

Essa mesma lógica aparece no relato do entrevistado 3,¹¹⁴ que recorda o momento em que, após o despejo violento em 1988, as famílias organizaram-se em um pequeno terreno

¹¹¹ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. v.2. Tradução Renato Busatto Neto, Claudia Rocha de Almeida. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.46.

¹¹² Idem, p.46.

¹¹³ Ver Anexo A.

¹¹⁴ Ver Anexo A.

alugado pelo sindicato. Embora fosse “um litro de chão”, esse espaço tornou-se símbolo da permanência e da recusa em desistir, permitindo que muitas famílias permanecessem unidas e transformassem a experiência do acampamento em um aprendizado político. Contudo, como ressalta o narrador, essa permanência foi marcada também por estratégias de dispersão: a oferta de cestas básicas, promessas de emprego em fábricas locais e outras formas de cooptação que buscavam dissolver a luta. Nesse sentido, a experiência relatada vai além da resistência física, pois envolve a tomada de consciência sobre os mecanismos de dominação e as formas de enfrentá-los. É justamente aqui que a noção de experiência em E. P. Thompson¹¹⁵ se torna chave: as condições adversas não se limitam a impor sofrimento, mas produzem reflexão, memória e ação coletiva, permitindo que os trabalhadores reconheçam interesses comuns e fortaleçam sua identidade de classe frente às forças que buscavam fragmentá-los. Foi esse aprendizado político que construiu a consciência dos acampados e os levou a novas tentativas de ocupação, em 1989 e em 1997, e essas tentativas obtiveram êxito.

Outro aspecto revelado pelas entrevistas é a dimensão da autodefesa organizada. O entrevistado 5¹¹⁶ relembra que, diante da constante ameaça de ataques e despejos, os acampados estruturaram um sistema de vigilância armado que perdurou por noventa dias. A rotina descrita evidencia um esforço coletivo e disciplinado: turnos de doze horas, armas repassadas de mão em mão, noites insones e dias de trabalho que se misturavam à vigília. Mais do que um recurso militar, tratava-se de um mecanismo de sobrevivência em meio a um ambiente hostil, onde a violência privada de fazendeiros e empresas madeireiras, somada à repressão estatal, impunha a sensação de cerco permanente. A presença do padre Roque, lembrado no depoimento como figura de apoio político e simbólico, reforça ainda a articulação entre fé, solidariedade e resistência armada. Essa experiência de autodefesa coletiva ilustra de modo exemplar o que Thompson aponta como a transformação de condições objetivas de opressão em práticas conscientes de organização.

Essas práticas para burlar o sistema exploratório imposto pelo contexto político nos remete também a pensar o choque entre a tradição econômica das populações camponesas e a nova economia política estabelecida pelo regime neoliberal, aquilo que foi definido por Thompson na análise dos motins da fome na Inglaterra do século XVIII como uma economia moral da multidão. Nos exemplos trazidos por Thompson a economia moral aparece como um “consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do

¹¹⁵ Ibidem, 1987.

¹¹⁶ Ver Anexo A.

mercado”¹¹⁷ ou ainda, como uma visão tradicional das normas e obrigações sociais conjuntas adotadas historicamente por uma comunidade, e que, assegurava a sobrevivência de uma comunidade para além das regras econômicas paternalistas das autoridades, e que “desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta”¹¹⁸, essa ação direta no caso inglês analisado por Thompson, foram os motins, nos casos latino-americanos podemos dizer se expressou nas ocupações de terra, nas retomadas de territórios e na organização de comunidades que desafiaram, na prática, a autoridade do mercado capitalista através da construção de uma economia moral camponesa própria, como foi o caso, por exemplo, da Coopercontestado.

A importância da economia moral é ressaltada como um conceito que explica as ações da população em situações de opressão. O movimento social é discutido como uma resposta não apenas à privação econômica, mas também à luta por direitos e reconhecimento da dignidade humana, concepção essa que envolve uma compreensão das relações sociais além da lógica de lucro, onde “a economia moral da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista”¹¹⁹

Os casos de violência sistemática contra trabalhadores rurais nos municípios de Bituruna e General Carneiro revelam não apenas a persistência de práticas fundiárias marcadas pela grilagem, pistolagem e trabalho análogo à escravidão, mas também a maneira como essas experiências forjaram um campesinato organizado, politizado e com identidade própria. Essa trajetória reafirma a leitura de Thompson: a classe não é uma categoria imposta pela estrutura econômica, mas uma construção histórica viva, que emerge das condições materiais, mas se forma nas lutas nas alianças. Assim, o campesinato constitui uma classe em formação contínua, cujos vínculos de solidariedade e resistência são forjados na prática da luta cotidiana pela terra.

As histórias da atuação das famílias Zattar e Bettega, com práticas de coação, contratos fraudulentos, queimadas, milícias armadas e assassinatos, inclusive de crianças, escancaram a relação estrutural entre capital, terra e violência.

Mas não se trata apenas da presença da violência: trata-se do modo como ela foi vivida, interpretada e transformada em ação coletiva. As ocupações lideradas por sindicatos, CPT, igrejas e posteriormente pelo MST, as organizações locais como a AFATRUP, e os

¹¹⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.152.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ibidem, p.167.

assentamentos construídos após anos de repressão direta e institucional, mostram que os camponeses não foram apenas “afetados” pela história — eles a fizeram, com base em sua própria experiência.

O processo que levou à formação dos assentamentos 12 de Abril, Rondon III e Primeiro de Maio, apesar da brutal repressão policial e da estigmatização promovida por políticos como Valdir Rossoni, produziu uma experiência social complexa, marcada tanto pela dor quanto pela solidariedade, pela consciência e pela organização. A repressão violenta aos acampamentos, como no episódio de 1988, e as práticas de terror praticadas por milícias privadas, evidenciam que essa luta se insere em um contexto mais amplo de história global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral contextualizar e compreender a violência contra as populações camponesas na América Latina como uma consequência da expansão capitalista no campo. Para isso, utilizamos como referência os assentamentos rurais no Sudeste paranaense, especificamente em Bituruna e General Carneiro, analisando entrevistas com os acampados/assentados e a documentação da secretaria do MST em Bituruna. E, a partir dessa análise, estendemos o olhar para outras experiências camponesas na América Latina.

Antes de tecer as últimas palavras em relação ao objeto de pesquisa, gostaria de fazer algumas considerações sobre as metodologias empregadas neste trabalho e suas principais contribuições. Primeiramente, é importante reafirmar que, apesar de relativamente nova, a História Global constitui um instrumento relevante para a compreensão histórica. Como vimos, e conforme reforçam alguns teóricos desse campo, a História Global, enquanto abordagem metodológica, oferece vantagens significativas à análise historiográfica ao romper com o nacionalismo metodológico e possibilitar interpretações que ultrapassam as fronteiras dos Estados-nação, partindo, sobretudo, das bordas.

Utilizando o paradoxo de autorreferência de Douglas Hofstadter — de que, se um telescópio não pode olhar para si mesmo, um loop de computador também não pode chamar a si próprio — da mesma forma, os historiadores europeus e americanos, enquanto produtores do empreendimento intelectual da História Global, não podem fazer de si mesmos o seu próprio objeto de estudo.¹²⁰ Cabe portanto, a nós, historiadores da periferia do capitalismo, produzir interpretações sobre esse mundo a partir de nossas experiências históricas e lugares de

¹²⁰ Ibidem, 2015, p. 137.

enunciação, deslocando o eixo da narrativa e inscrevendo os sujeitos subalternizados no centro da análise.

Essa perspectiva favorece uma leitura integrada dos processos históricos, evidenciando as conexões e interdependências que se estabelecem por meio de migrações, fluxos comerciais, colonialismos, guerras e circulação de ideias. Além disso, possibilita a ampliação das escalas de análise — local, regional, transnacional e global — sem privilegiar uma única dimensão, o que contribui para uma compreensão menos heterogênea e mais sensível às dinâmicas históricas complexas.

Ao incluir vozes do Sul Global e de grupos historicamente marginalizados, como populações indígenas, africanas, asiáticas e latino-americanas, a História Global descentraliza as narrativas tradicionais e constrói leituras mais plurais do passado. Essa ênfase em conexões e circulações também enriquece o entendimento das trocas culturais, das hibridizações e das redes de interação que moldaram, e ainda moldam, as experiências históricas no mundo dito “globalizado”.

A outra metodologia de pesquisa que merece destaque e que teve papel fundamental nesta pesquisa é a História Oral. Ao valorizar a oralidade, não apenas se acessaram informações que dificilmente estariam registradas em documentos oficiais, mas também se evidenciou a historicidade das memórias individuais e coletivas, revelando sentimentos, percepções e experiências que compõem a trama da luta pela terra. Tal metodologia, contribuiu no reconhecimento da legitimidade dessas memórias na construção do conhecimento histórico, contribuindo para uma compreensão mais complexa e humana das práticas de violência e resistência no campo.

A utilidade dessas metodologias nesta pesquisa se deu no sentido de mostrar que a violência dirigida contra as populações camponesas, fosse nos taquarais do Assentamento 12 de Abril, em Bituruna, ou nas praias de Zacate Grande, em Honduras, não se configuraram como episódios contingentes ou sem um caráter deliberado, mas como prática instrumentalizada por distintos agentes vinculados ao capitalismo global. Sejam eles atores estatais ou privados, a função dessa violência manteve relativa homogeneidade: salvaguardar os interesses do latifúndio e das grandes corporações rurais, assegurando a reprodução das estruturas de concentração fundiária. Ademais, procurei mostrar que a recorrente intersecção entre poder econômico e poder político revelou-se central, na medida em que tais agentes, frequentemente, operaram também como financiadores de projetos políticos, estabelecendo um circuito no qual a repressão ao campesinato servia como mecanismo de legitimação e de perpetuação da ordem social vigente.

Vimos nos depoimentos dos entrevistados que a experiência dos acampamentos e assentamentos em Bituruna e General Carneiro foi marcada por um processo ambivalente: de um lado, a violência direta e estrutural imposta pelo Estado, pelas elites locais e pelas empresas madeireiras; de outro, a formação de vínculos solidários e práticas de resistência que se transformaram em aprendizado político. Essas memórias revelam que os acampamentos não foram apenas espaços de precariedade material, mas também onde homens e mulheres experimentaram novas formas de sociabilidade.

As falas destacam, em primeiro lugar, a presença constante da violência. A repressão policial, muitas vezes incentivada por autoridades políticas locais como o então prefeito Valdir Rossoni, e o então governador Álvaro Dias, resultava em despejos violentos, destruição de mantimentos e agressões físicas contra mulheres e crianças. Além disso, havia uma dimensão silenciosa da violência, marcada pela negligência estatal em áreas essenciais como saúde e assistência social, evidenciada em relatos dolorosos de mortes ocorridas nos barracos improvisados. Tais experiências, longe de serem fortuitas, configuram-se como práticas sistemáticas voltadas a desmobilizar os trabalhadores e a assegurar os interesses de latifundiários e corporações rurais, em consonância com padrões observados em outros países latino-americanos.

Outro aspecto recorrente nos depoimentos é o estigma social imposto às famílias sem-terra. Os entrevistados relataram que, ao circularem pela cidade, eram tratados como indesejados, alvos de ofensas que buscavam desumanizá-los, como a expressão pejorativa de que “fedía sem-terra”. Essa exclusão simbólica funcionava como mecanismo de controle social, reforçando as fronteiras entre camponeses e população urbana.

Por fim, os testemunhos revelam a dimensão construtiva da experiência camponesa, especialmente a partir do papel desempenhado pela CPT, pela Igreja e pelo MST na formação de sindicatos e na organização das ocupações. As lembranças de vigílias armadas coletivas, turnos de autodefesa e reuniões para discutir estratégias reforçam que os acampamentos foram também escolas de política, onde se forjaram vínculos de solidariedade, disciplina coletiva e aprendizado organizativo.

Contudo, o uso dessas metodologias apresentaram algumas limitações, que precisam ser reconhecidas. Como apontado, as entrevistas utilizadas nesta pesquisa não foram produzidas pelo pesquisador principal, e sim, tomadas de empréstimo de outro pesquisador. Por não ter participado diretamente do processo de coleta, esta pesquisa não teve controle sobre a formulação das perguntas, a seleção dos interlocutores ou os rumos do diálogo, o que pode ter condicionado tanto os temas explorados quanto os silêncios presentes. Soma-se a isso a

impossibilidade de captar elementos fundamentais da História Oral, como a entonação da fala, as pausas, as hesitações, a linguagem corporal e a carga emocional das lembranças, que frequentemente revelam tanto quanto as próprias palavras. Essa ausência limitou a interpretação mais profunda das experiências narradas.

Para justificar essa limitação tendo a me apegar naquilo que a historiadora Pamela Crossley nos ensina sobre o historiador que se propõe a manipular os objetos de estudo com os instrumentos oferecidos pela História Global, e que já havia citado em outro momento: o historiador global não busca simplesmente descobrir fatos ou reunir uma história primária, mas sim basear-se em pesquisas realizadas por outros historiadores para fazer comparações, observar padrões amplos e propor maneiras de compreender as mudanças. Assumo as consequências de ser esse “fiandeiro de contextos”.

Quanto às limitações da História Global, devemos reconhecer que o possível antídoto pode, por vezes, transformar-se em veneno ao longo da pesquisa. Ao buscar superar a heterogeneidade historiográfica e enfatizar conexões transnacionais, essa perspectiva corre o risco de diluir as especificidades locais e de homogeneizar experiências históricas que, na realidade, estão profundamente enraizadas em contextos particulares. Além disso, trata-se de um campo majoritariamente formulado por intelectuais europeus e norte-americanos, o que frequentemente reproduz desigualdades epistemológicas: os sujeitos do Sul Global aparecem mais como objetos de análise do que como produtores de conhecimento. Assim, se por um lado a História Global contribui para ampliar horizontes interpretativos, por outro exige um uso crítico, capaz de articular as escalas globais e locais sem perder de vista as assimetrias que estruturam a própria produção historiográfica.

Aliadas a essas metodologias, alguns autores foram fundamentais para discutir conceitos, propor análises e aprofundar o conhecimento sobre aquele contexto histórico, façamos um balanço final. A contribuição de Aníbal Quijano foi decisiva para este trabalho, sobretudo por meio do conceito de *colonialidade do poder*. Ao demonstrar que a modernidade capitalista nasceu articulada à dominação colonial e à classificação social baseada na ideia de raça, Quijano ofereceu caminhos teóricos para entender que as práticas de violência e exclusão que marcam a luta pela terra no Brasil não podem ser compreendidas apenas como fenômenos locais ou conjunturais, mas como parte de um padrão histórico de poder global. Sua reflexão sobre o eurocentrismo como racionalidade hegemônica ajudou a situar os conflitos fundiários em Bituruna dentro de uma longa duração de estruturas coloniais que ainda operam na América Latina, permitiu também, interpretar os embates entre camponeses e latifundiários como expressões contemporâneas de um mesmo sistema de dominação.

Para compreender como o MST se constituiu, de que forma organizou suas lutas e como ele resistiu aos ataques, utilizamos autores brasileiros, como Leonilde Servolo de Medeiros, Maria da Gloria Gohn, Ariovaldo Umbelino, Bernardo Mançano Fernandes, Marcia Motta e José de Souza Martins. No conjunto, esses autores foram fundamentais para compreender a luta pela terra como um fenômeno multifacetado. Suas análises ressaltam que os movimentos camponeses não podem ser vistos apenas como reações imediatas à exclusão, mas como processos históricos que articulam dimensões políticas, sociais, culturais e territoriais. Ao mesmo tempo em que evidenciam a permanência da concentração fundiária e do agronegócio como eixo central de reprodução das desigualdades, destacaram também a capacidade organizativa e pedagógica dos movimentos, em especial do MST, que constrói alternativas contra-hegemônicas e propõe novos sentidos de territorialidade e desenvolvimento. Esses aportes permitiram a esta pesquisa situar os conflitos analisados em Bituruna e General Carneiro dentro do quadro nacional das lutas, no qual a violência e a repressão se entrelaçam à resistência e à criação de projetos políticos que desafiam o modelo dominante.

A obra *Rebeldia Camponesa na América Latina: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo*, foi uma das principais fontes de inspiração para o modelo teórico-metodológico que se seguiu nesse trabalho, a abordagem comparativa entre o Neozapatismo e o MST feita por Emerson Neves da Silva possibilitou enxergar uma dimensão interpretativa mais ampla e substancial dos micro contextos da região sul do Brasil onde o MST fora gestado e se mostrou fundamental para compreender os processos de modernização agrícola no continente e suas consequências sociais. Um dos pontos centrais levantados é a similitude entre Brasil e México, ambos impactados pelo paradigma produtivo da Revolução Verde e pela aliança entre capital industrial e financeiro, que subordinou a agricultura às dinâmicas do mercado global. A década de 1970 é identificada como decisiva, pois marca a intensificação da internacionalização da agricultura, acompanhada pelo aprofundamento da proletarianização camponesa e pela consequente erupção de movimentos sociais que contestaram esse modelo. Outro aspecto relevante destacado pela obra é o papel da Igreja, especialmente a partir da Teologia da Libertação, da CPT e do trabalho pastoral, que se tornaram instrumentos de organização, formação política e territorialização das lutas. Em síntese, a obra contribuiu ao evidenciar que a rebeldia camponesa na América Latina não é apenas uma reação conjuntural, mas uma resposta histórica à lógica de subordinação imposta pela modernização da agricultura, oferecendo elementos fundamentais para compreender as raízes sociais, culturais e políticas da resistência no campo.

Apesar das críticas¹²¹, boa parte dos atuais assentados tem na policultura sua principal fonte de renda, garantindo diversidade produtiva e segurança alimentar. Em muitos casos, as famílias aliam as atividades agrícolas e pecuárias ao extrativismo da erva-mate e à silvicultura, formando sistemas produtivos híbridos que expressam tanto a necessidade de subsistência quanto o esforço de inserção em circuitos locais e regionais de comercialização. Essas práticas demonstram que a Reforma Agrária Popular não se limita à posse da terra, mas envolve a construção de um modelo produtivo próprio, baseado na cooperação e na sustentabilidade. A combinação entre policultura, extrativismo e agroecologia revela a capacidade dos assentamentos de articular tradição e inovação, mantendo vínculos com o território e promovendo formas de desenvolvimento que contrapõem a lógica mercadológica do agronegócio. Trata-se, portanto, de um projeto que reafirma a função social da terra.

Encerrar este estudo é reconhecer que a luta pela terra permanece como uma ferida aberta na história brasileira e que ainda urge uma solução popular e democrática para romper com a lógica concentradora que estrutura o campo. As experiências de Bituruna e General Carneiro revelam que o avanço da Reforma Agrária Popular esbarra em um Estado frequentemente capturado por interesses do agronegócio e das elites fundiárias, que seguem instrumentalizando a violência como forma de controle territorial e político. Mesmo assim, os acampamentos e assentamentos demonstram que há caminhos possíveis quando a organização coletiva se sobrepõe à lógica da exclusão. Se há uma conclusão possível, é a de que a terra, quando compartilhada e trabalhada coletivamente, deixa de ser mercadoria e volta a ser território de vida, memória e futuro.

¹²¹ A reportagem “Rondon 3, em Bituruna, exemplo de insucesso”, publicada pela Folha de Londrina em 25 de julho de 2003, retrata o assentamento a partir de uma perspectiva limitada e parcial, centrada na noção de “fracasso produtivo”. Ao adotar o olhar técnico da Emater e desconsiderar as condições estruturais impostas às famílias assentadas, a matéria reforça estereótipos históricos sobre a ineficiência dos trabalhadores rurais e omite o contexto político e social da Reforma Agrária Popular. Tal abordagem ignora que o chamado “insucesso” não resulta da incapacidade dos assentados, mas da omissão do Estado e das dificuldades herdadas de um modelo agrário excludente.

REFERÊNCIAS

- AYOUB, Dibe. Entre jagunços e valentes: família, terra e violência no interior do Paraná. 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000842240>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BARBETTA, Pablo Nicolás. En los bordes de lo jurídico: conflictos por la tenencia legal de la tierra en Santiago del Estero. 2009. Tese (Doctorado en Historia) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.
- BARBETTA, Pablo. Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) y (MOCASE – Vía Campesina) (Argentina, 1990–2019) In: SALOMÓN, Alejandra. Diccionario del agro iberoamericano. – 4a ed ampliada. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: José Muzlera, 2022.
- BATISTA, Ândrea. Consciência e Territorialização Contra-hegemônica: Uma Análise das Políticas de Formação da Via Campesina América do Sul. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. - trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. NODARI, Eunice Sueli. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Média Vale do Iguaçu (1884-1920). Cadernos do CEOM (Unochapecó), v. 21, p. 63-82, 2009.
- COFADEH. Tumbador y Rigores en total impunidad. Tegucigalpa: Comité de Familiares de Detenidos Desaparecidos en Honduras, 2015.
- CONRAD, Sebastian. O que é a História Global?. Edições 70. Lisboa, 2019, p.71.
- CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Violência no Campo. In: Márcia Motta. (Org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, v., p. 496-497.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.). Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, v., p. 388-402.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. BAGLI, Priscila. Resistência Camponesa e violência ruralista no Estado do Paraná. Geografia em Atos (UNESP), Presidente Prudente, v. 1, n.4, p. 135-144, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização da Luta pela Terra. In: Márcia Motta. (Org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. Revista Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, 2007. v.4, n.2. p. 77-94, jul/dez. 2007.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. - 13ª ed., trad. Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GARCIA, Antônio. Sociologia de la reforma agraria en América Latina. Buenos Aires: Amorroutu, 1973.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HAMMEL, Ana Cristina. Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas. Anais do XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, Maringá, 2020, Retirado de: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611877050_ARQUIVO_42a0c57b51c740eb6ecb8d82a1e39b71.pdf

HARVEY, David. A Produção capitalista do espaço. 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno estatístico do município de Bituruna. Curitiba, 2025.

KARPINSKI, Cezar. A energia elétrica no Paraná e os primeiros estudos de viabilidade energética no rio Iguaçu (1891-1913). Revista Esboços, Florianópolis, v. 20, n. 29, p. 49-67, ago. 2013.

KLUBOCK, Thomas Miller. Ránquil, Rural Rebellion, Political Violence, and Historical Memory in Chile. Yale University Press, 2022.

LIMA, Renato Sérgio de. ADORNO, Sérgio. MUNIZ, Jacqueline. BEATO, Cláudio. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflitos agrários: lutas e corpos na terra. In: Renato Sérgio de Lima e Liana de Paula. (Org.). Segurança Pública e Violência. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma Social ou Revolução? São Paulo: Global, 1986.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. BACCIN, Diego José. TEDESCO, João Carlos. (org) Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária [recurso eletrônico]. – Passo Fundo: EDIUPF, 2019.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária - o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral: como fazer, como pensar. José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda. - 2ª ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. - 5ª ed., - São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MOTTA, Márcia. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. Voluntariado e universo rural. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MOTTA, Márcia; PINEIRO, Theo L. A grilagem como legado. Voluntariado e universo rural. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2001.

MYSKIW, Antonio Marcos. Colonos, posseiros e grileiros no oeste paranaense [recurso eletrônico] / Antonio Marcos Myskiw. – Passo Fundo: Acervus, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. trad. Ricardo Santhiago. - São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRIORI, Ângelo. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945) Sæculum – Revista de História, [S. l.], n. 26, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/15040>. Acesso em: 18 maio. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

RIQUELME, Quintín. Los conflictos sociales en el contexto de la democracia paraguaya. In: SEOANE, José (org.) Movimientos sociales y conflicto en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RIQUELME, Quintín. Represión y movilizaciones en periodo de crisis Centro de Documentación y Estudios (CDE). CODEHUPY, Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay, 2002.

ROCHA, H. J.; TEDESCO, J. C.; MYSKIW, A. M. (Orgs.). História dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra no Sul do Brasil (1940-1980). Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.). Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A cidadania Dilacerada. In Revista Crítica de Ciências Sociais, N9 37. p. 130-148. São Paulo, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. - 3ª ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. VARGAS, Maria Cristina. Escrevendo nossa luta, nossa história. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003.

SILVA, Émerson Neves da. América Latina em perspectiva: análise da escalada do autoritarismo e neoliberalismo sobre o agrário no século XXI. 1. ed. Passo Fundo/RS: Acervus Editora, 2021.

SILVA, Émerson Neves da. Formação e Ideário do MST. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2004.

SILVA, Emerson Neves da. Rebeldia Camponesa na América Latina: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo - Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, Jeane Aparecida Soares da. A luta pela terra em Bituruna no Estado do Paraná e a construção da Reforma Agrária Popular. Trabalho de conclusão Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira através dos seus pensadores. Universidade Federal do Paraná, 2019. Retirado de: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69449/JEANE%20APARECIDA%20SOARES%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 30 de janeiro de 2023.

SILVA, Ligia Osorio. Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850. Campinas: Unicamp, 2008

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. v.1. Tradução Denise Bottmann. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. v.2. Tradução Renato Busatto Neto, Claudia Rocha de Almeida. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXO A

Entrevistado, local e tamanho do lote	Quantas pessoas vivem no lote	Produção para autoconsumo	Produção para comercialização
01 Assentamento Etiene – Bituruna 36,3 hectares	04 – o casal (assentada com 43 anos e assentado com 37 anos), a mãe da assentada de 62 anos e a filha do casal com 10 anos de idade.	Alimentos da horta, milho, feijão, mandioca, batata-doce, carne (porco, ovelha, frango) leite. 80% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Uva, suco de uva, verduras, mandioca, frutas, erva-mate, frangos e pinus
02 Assentamento Etiene – Bituruna 33 hectares	02 – o casal (assentada com 58 anos e assentado com 55 anos de idade)	Alimentos da horta, milho, feijão, abóbora, batata-doce, ovos, frango. 70% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate
03 Assentamento Rondon – Bituruna 37 hectares	05 – o casal (assentada com 63 anos e assentado com 64 anos). No lote também mora um filho do casal com a esposa e a filha	Alimentos da horta, uva, suco de uva, feijão, batata-doce, mandioca, milho, carnes. 70% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate, peixe, carneiro, pinhão, melancia, gado.
04 Assentamento 12 de Abril – Bituruna 23,8 hectares	03 – o casal (assentado com 59 anos e assentada com 40 anos de idade) e o filho mais novo do casal com 18 anos de idade.	Verduras, tomate, mandioca, feijão, frutas, carne. 55% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate, morango, feijão, verduras, abóbora.

05 Assentamento 12 de Abril – Bituruna 18,8 hectares	6 – o casal (assentado com 70 anos de idade), um filho do casal com a esposa e dois filhos pequenos	Alimentos da hora, batata-doce, mandioca, leite e carnes. 55% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate
06 Assentamento 12 de Abril – Bituruna 17,6 hectares	6 – o casal (assentado com 70 anos de idade), o filho do casal com a esposa e dois filhos	Feijão, arroz, milho, verduras, batata-doce, carnes. 60% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Arroz e mel. O filho do assentado planta fumo e tira leite.
07 Assentamento Colina Verde – General Carneiro 19,8 hectares	10 – assentada com 69 anos de idade, dois filhos, a nora e seis netos (crianças e adolescentes)	Feijão, milho, mandioca, batata-doce e carnes. 50% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote	Erva-mate e pinus.
08 Assentamento Colina Verde – General Carneiro 22 hectares	3 – assentada com 40 anos de idade, o filho com 27 anos de idade e a mãe da assentada que é aposentada.	Feijão, mandioca, frango. 10% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate.
09 Assentamento Colina Verde – General Carneiro 23 hectares	5 – o assentado com 43 anos de idade, a esposa e três filhas do casal	Feijão, milho, carne, leite, alimentos da horta. 30% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Leite, milho e feijão
10 Assentamento 12 de abril – Bituruna 27 hectares	2 – o casal (assentado com 57 anos e assentada com 55 anos de idade)	Feijão, milho, mandioca, carne, alimentos da horta. 50% dos alimentos consumidos pela	Morango, verduras (cenoura, cebola, alho), erva-Mate

		família são produzidos no lote.	
11 Assentamento 12 de abril – Bituruna 19 hectares	3 – o casal (assentado com 50 anos de idade) e um filho do casal	Feijão, mandioca, milho, carne, ovos, alimentos da horta. 40% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Leite, erva-mate, carvão, novilhas.
12 Assentamento 12 de abril – Bituruna	Ex-funcionário da madeireira onde depois formou-se o assentamento. No lote, além do assentado mora um filho.	Peixe, milho, feijão, mandioca.	Peixe, pinus, milho.
13 Assentamento 12 de abril – Bituruna 21 hectares	4 – o casal assentado, uma filha de dezenove anos e a mãe da assentada	Arroz, milho, batata, batata-doce, frutas, lentilha, pipoca alimentos da horta. 90% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate, mel, carvão.
14 Assentamento 12 de abril – Bituruna 19,8 hectares	5 – o casal (o assentado tem 70 anos), a filha e dois netos pequenos.	Carne, ovos, alimentos da horta, arroz, feijão. 80% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Milho, feijão, uva, mandioca, batata-doce, mandioca, soja.
15 Assentamento 12 de Abril – Bituruna 18 hectares	6 – o casal (ambos com 57 anos de idade), os filhos do casal, e a mãe da assentada	Feijão, arroz, milho, carnes, batata-doce, alimentos da horta. 80% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate, mel, feijão.

16 Assentamento 12 de Abril – Bituruna 19 hectares	3 – o casal (assentado com 40 anos) e um filho com seis anos.	Milho, feijão, mandioca, carnes e alimentos da horta. 70% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Erva-mate, feijão, soja.
17 Assentamento Rio Catequese – General Carneiro 15 hectares	4 – o casal (assentado com 35 anos, assentada com 32 anos) e dois filhos com 12 e 7 anos de idade.	Leite, milho, carne, ovos, feijão e alimentos da horta. 30% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Não possuem produção para comercialização no momento.
18 Assentamento Rio Catequese – General Carneiro 11 hectares	4 – o casal (assentado com 44 anos) e dois filhos com 5 e 15 anos)	Alimentos da horta, feijão, milho, abóbora, carnes. 40% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Alimentos para merenda escolar (milho verde, pepino e verduras), erva-mate.
19 Assentamento Rio Catequese 12 hectares	10 – o casal (assentado com 26 anos), a esposa, 3 filhos pequenos, os sogros do entrevistado. No lote vivem quatro famílias.	Feijão, milho, carnes, e alimentos da horta. 30% dos alimentos consumidos pela família são produzidos no lote.	Não possuem produção para comercialização no momento.

Entrevistado, local	Tempo que vivem no acampamento	Quantas pessoas vivem no acampamento	Produção para autoconsumo	Produção para comercialização
20 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	8 meses	10 – o casal, dois filhos casados, genro, nora e netos.	Milho, mandioca e alimentos da horta.	Erva-mate

21 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	8 meses	9 – o casal, um filho, a nora e cinco netos pequenos	Alimentos da horta, batata- doce	Erva-mate
22 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	45 dias	3- o casal e um filho de 2 anos de idade	Alimentos da horta	Erva-mate
23 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	4 meses	3 – o casal e um neto adolescente	Frango, milho, feijão e alimentos da horta	Erva-mate
24 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	4 meses	4 – o casal e dois filhos (com 5 e 12 anos de idade)	Milho, porco, pato, feijão, pipoca e alimentos da horta	Erva-mate
25 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	4 meses	4 – o casal e dois filhos	Porco, frango, milho e alimentos da horta	Erva-mate
26 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	8 meses	3 – o casal e um filho de 11 anos de idade	Feijão, milho, abóbora, melancia, frango e alimentos da horta	Erva-mate
27 Acampamento Vitória do Contestado – General Carneiro	8 meses	1 – a família do acampado, esposa e três filhos, moram na cidade	Milho, feijão, mandioca e alimentos da horta	Erva-mate

ANEXO B

Figura 14 - Ponto de vendas da Coopercontestado



Fonte: Coopercontestado. Instagram: @coopercontestado. Disponível em:
<https://www.instagram.com/coopercontestado>

Figura 15 - Curso de capacitação da produção de biogás e biofertilizantes promovido pela Coopercontestado



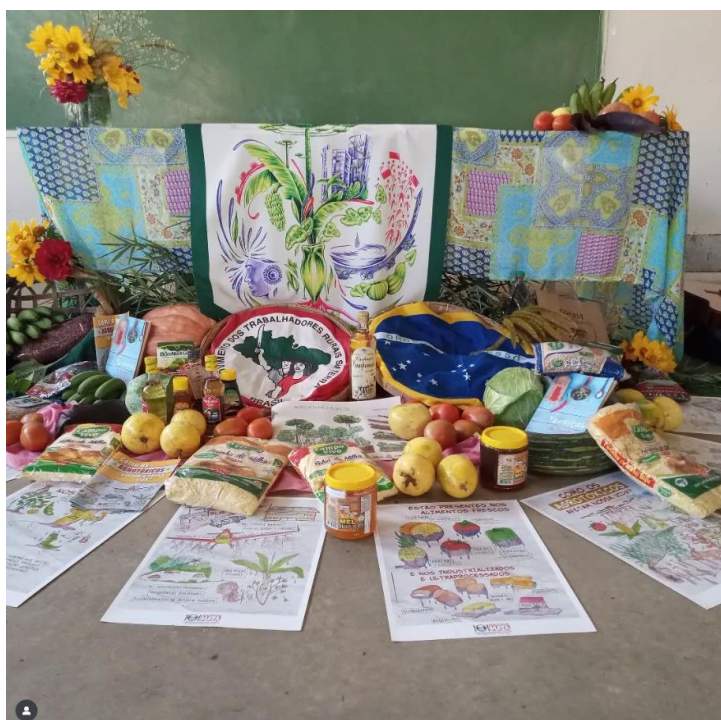
Fonte: Coopercontestado. Instagram: @coopercontestado. Disponível em:
<https://www.instagram.com/coopercontestado>

Figura 16 - Produtos destinados a merenda escolar



Fonte: Coopercontestado. Instagram: @coopercontestado. Disponível em:
<https://www.instagram.com/coopercontestado>

Figura 17 - Produtos da Coopercontestado no Encontro das Cooperativas da Reforma Agrária, em 2024, no município de Lapa-PR



Fonte: Coopercontestado. Instagram: @coopercontestado. Disponível em:
<https://www.instagram.com/coopercontestado>

Figura 18 - Acampados participando do curso com o engenheiro agrônomo Horácio Martins de Carvalho, Jornal Folha do Contestado

Sexta-feira, 13 de agosto de 2004

VARIEDADE

General Carneiro

Acampados planejam a produção



Horácio, durante o curso

As famílias acampadas na antiga fazenda Zattar participaram recentemente de um curso sobre planejamento com a assessoria do agrônomo Horácio Martins de Carvalho.

Neste curso, Horácio usou o Método de Validação Progressiva (MVP) para definir os objetos do planejamento, as metas, prazos e indicadores, componentes básicos do planejamento.

As famílias optaram por planejar a organicidade interna e a produção. Como fruto do planejamento da organicidade, foram criados mais dois setores, o de Produção, Cooperação e Meio Ambiente e o de Finanças. Além disso, as famílias foram subdivididas em brigadas de 50 famílias. No planejamento da produção, cada família planejou a sua produção, área necessária, o que iria plantar, demanda de sementes, entre outros.

Os dados totais surpreendem. Serão cultivados pelas 200 famílias cerca de 119 alqueires, onde serão plantados 2.500 quilos de milho, 2.000 de feijão, 600 de arroz e mais de 100.000 ramos de mandioca. Com isso, espera-se produzir aproximadamente 5.000 sacas de milho, 1.200 de feijão, 700 de arroz e mais de 300 toneladas de mandioca. A antiga fazenda era totalmente improdutiva e os sem-terra trouxeram vida e produção à área.

As famílias continuam todas agrupadas no portão da fazenda e, algumas famílias, terão que caminhar mais de 20 quilômetros para fazer as lavouras.

No dia 15 de agosto as famílias completam um ano dentro da fazenda e, cada vez mais, se fortalecem para conquistar a área.

Neste 15 de agosto o Acampamento 1º de maio tem um almoço comemorativo ao 1º ano da ocupação do latifúndio Zattar.

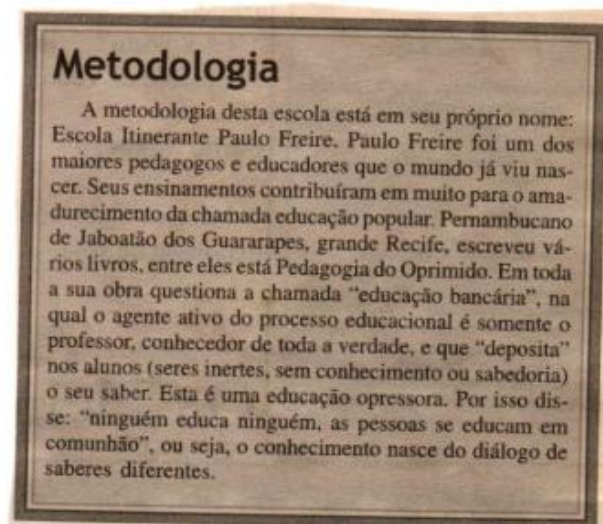
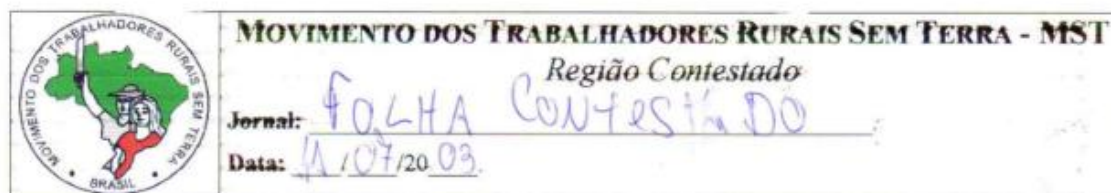
Fonte: *Clipping* de notícias do acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST

Figura 19 - Integrantes do MST entregando doações ao projeto PIA e ao Colégio Ana Boico, Jornal Nova Era



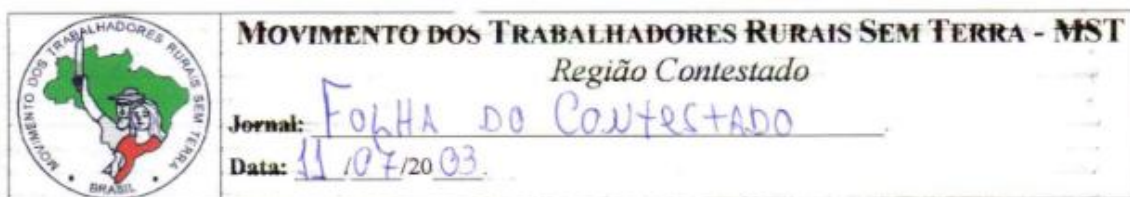
Fonte: *Clipping* de notícias do acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST

Figura 20 - Excerto de notícia do jornal Folha do Contestado sobre a Escola Itinerante Paulo Freire, no acampamento Primeiro de Maio



Fonte: Clipping de notícias do acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST

Figura 21 - Excerto de notícia do jornal Folha do Contestado sobre a Escola Itinerante Paulo Freire, no acampamento Primeiro de Maio



Bituruna

Escola Itinerante funciona há mais de

um mês no Acampamento Primeiro de Maio

A metodologia aplicada segue os ensinamentos do pedagogo Paulo Freire

Há mais de um mês, em Bituruna, vem funcionando no Acampamento Primeiro de Maio, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Escola Itinerante Paulo Freire. A escolinha funciona dentro do próprio acampamento e oferece ensino de 1ª a 4ª série para as crianças do acampamento.

"Para compreender a Escola Itinerante do Acampamento é necessário reconhecer a grande importância que o MST dedica à educação", explica o coordenador do MST na região, Talles Adriano dos Reis. O MST tem como prioridade a educação em todos os níveis, por isso, além da Escola Itinerante, haverá também,

no Primeiro de Maio, turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), já que a meta é não assentar mais nenhuma pessoa analfabeta.

O nome da escola é uma homenagem a Paulo Freire, que defendia a educação se desenvolvendo no mundo do educando, na sua realidade social e não fora dela, daí ser fundamental que as crianças recebam instrução no próprio acampamento e não na cidade.

A escola é "itinerante" porque não tem endereço fixo. Hoje está às margens da PR-158, próxima a Bituruna. Quando as famílias forem transferidas para a tão esperada ocupação, a escola vai junto, acompanhando o povo.

A Escola Itinerante conta com uma professora cedida pelo município e mais quatro educadores, do próprio acampamento. Há cerca de 80 crianças matriculadas de 1ª a 4ª séries, que se dividem nas duas salas da escola e nos períodos da manhã e da tarde. O Setor de

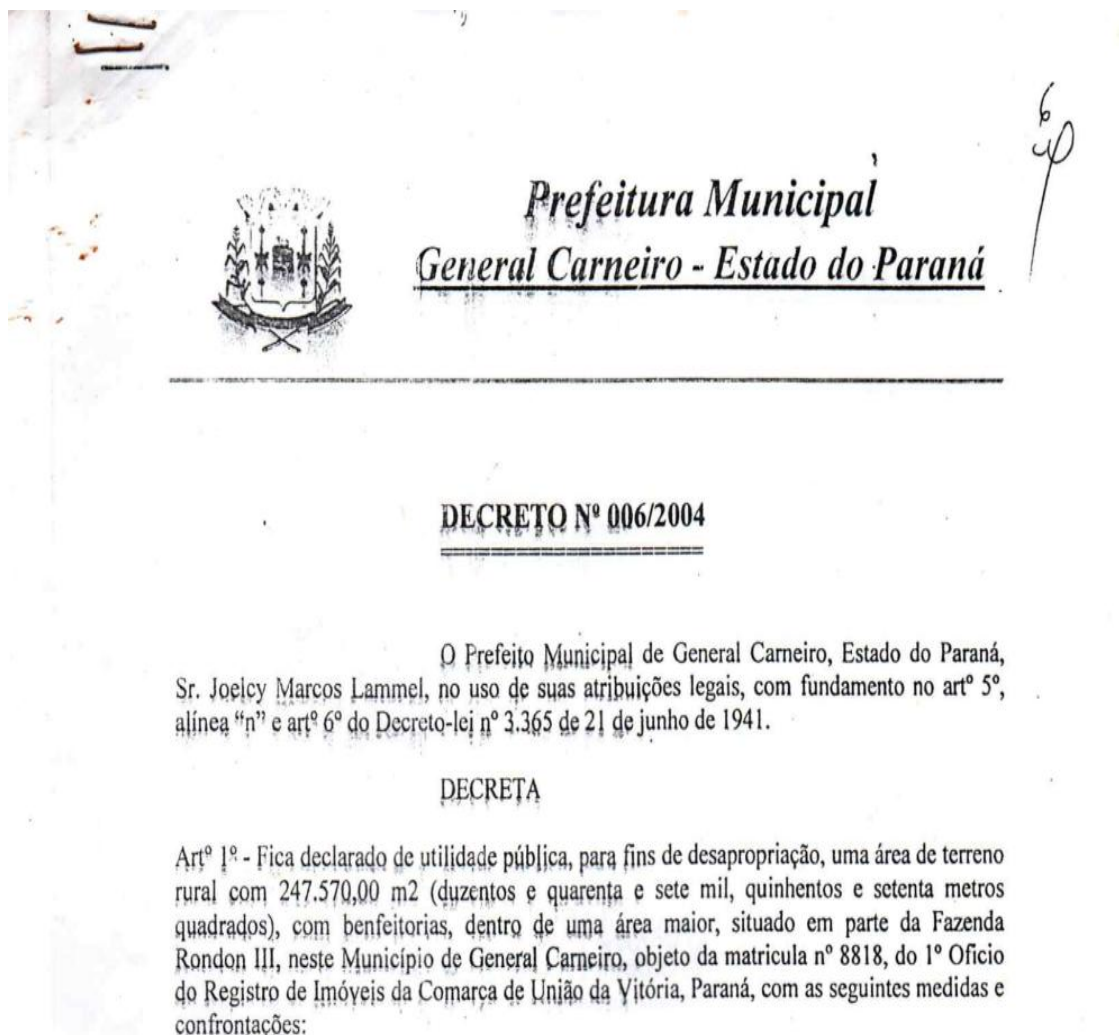
Educação do Acampamento, composto em parte pelas mães e pais das crianças, é responsável pela limpeza das salas e para fazer a alimentação dos alunos.

O MST possui 26 acampamentos na beira de estradas. Este projeto da Escola Itinerante será realizado inicialmente em quatro acampamentos, em caráter experimental, sendo uma destas a

escola do Primeiro de Maio.

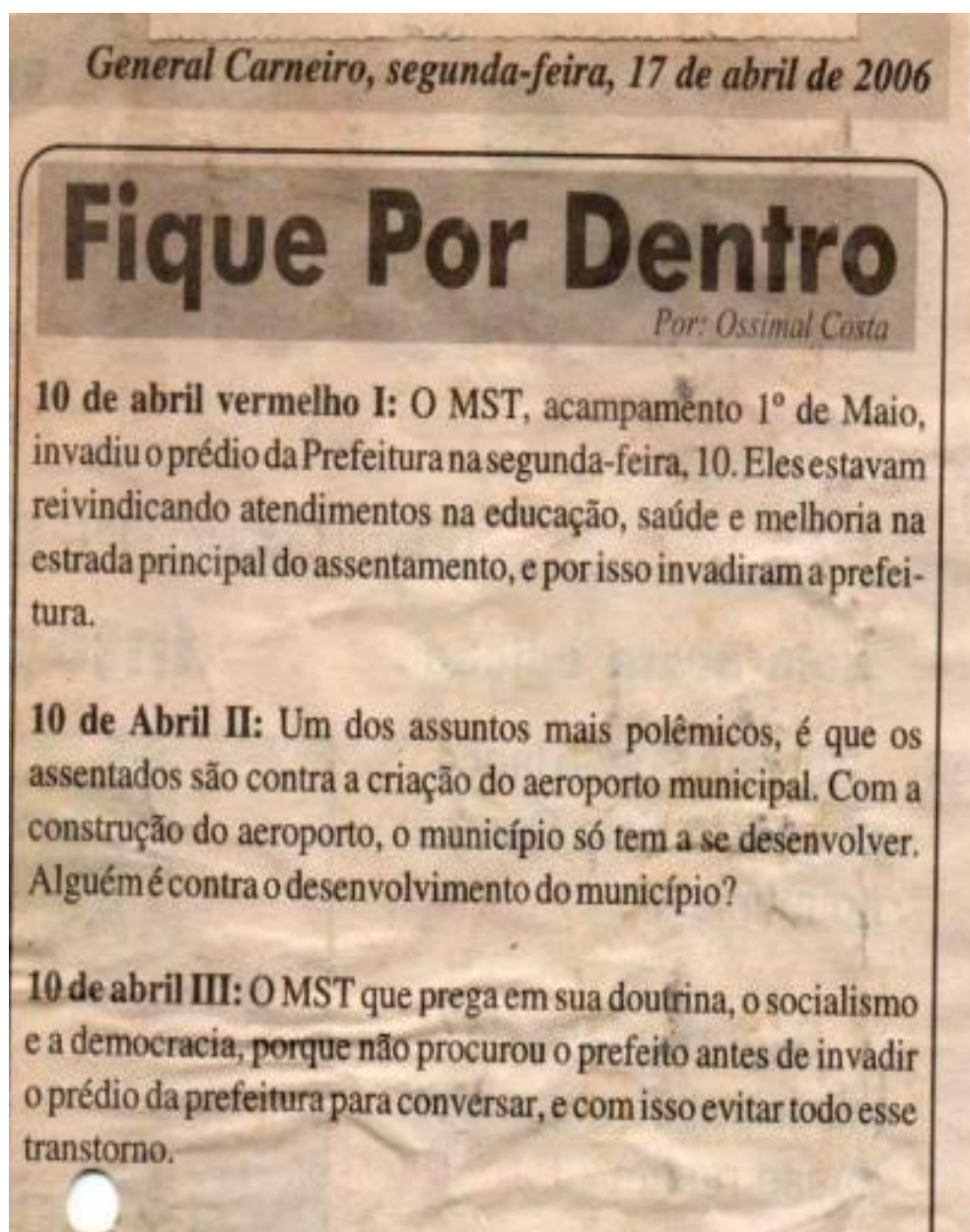
No momento, a escola está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Bituruna, mas será brevemente estadualizada. A Secretaria Estadual de Educação está com um projeto para Escolas Itinerantes, que devem ser instaladas nos acampamentos de todo Estado, a partir de 2004.

Figura 22 - Decreto municipal nº 006/2004 da Prefeitura de General Carneiro



Fonte: Acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST

Figura 23 - Coluna "Fique Por Dentro", Jornal Folha de General Carneiro.



Fonte: Acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST.

Figura 24 - Coluna "Opinião", Jornal O Iguassú

02

Opinião

14, 15 e 16 de abril de 2006.



MST OU MSL?

Por Ari Passos

Esclarecendo as siglas que compõem o título: Movimento dos Sem Terra ou Movimento dos Sem Lei?

O que vem acontecendo no Brasil, principalmente na região sul, com a conivência do governo federal é inaceitável como inaceitável é também a posição de Brasília que parece estar se inspirando nos três macaquinhos da filosofia chinesa. Nada vê, nada escuta e nada fala. A verdade é que estamos a um passo do caos, sem qualquer exagero ou força de expressão. É flagrante e rotineiro o desrespeito aos princípios constitucionais por parte destes movimentos irregulares, ilegais e anárquicos.

Não há precedentes em nossa história dos fatos deploráveis que estão acontecendo e se multiplicando pelo país afora. Invasões, quebra-quebras, saques, desordem generalizada com desrespeito ostensivo aos poderes constituídos e instituições sociais.

O que aconteceu em General Carneiro, só para citar fatos ocorridos perto de nós, foi abuso. Uma afronta à democracia e legalidade. Atacar uma prefeitura carregando para dentro colchões, fogões e até comida - cestas básicas pagas com dinheiro público -, é sintoma nítido de subversão da lei e da ordem. Grupos desordeiros, ignorantes e mimados que não aceitam contrariedade a seus interesses, apoiados por uma esquerda radical e superada que só sobrevive em pontos isolados de alguns países da América Latina, entre eles, lamentavelmente Brasil.

O raciocínio é mais ou menos assim: Não fomos atendidos então vamos invadir, quebrar e saquear. Todas as prefeituras da região foram ameaçadas pelos audaciosos desocupados que andam à cata de propriedades ditas improdutivas, para invadir e pilhar as reservas florestais tão protegidas pelo IBAMA. Aliás, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e o Instituto Ambiental do Paraná, estão sendo os maiores fornecedores de propriedades ociosas, depois das últimas portarias que proíbem até a coleta e comercialização de árvores mortas e secas. Devem ficar no Solo para apodrecer ou mais tarde servir de lenha para os trabalhadores sem terra, que fazem de tudo, menos trabalhar. A sociedade brasileira e nossas instituições não vão tolerar para sempre esta situação. Por bem menos caíram João Goulart e Fernando Collor.

Se não houver uma retomada do controle desta situação, estaremos a um passo de uma grave convulsão social, porque até no comportamento humano vale o princípio: Toda ação provoca uma reação de igual intensidade e em sentido contrário.

Fonte: Acervo da secretaria da Regional do Contestado do MST